

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

OTO JOÃO PETRY

**EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ/
AP: GÊNESE, EXPANSÃO, DILEMAS E DESAFIOS
EM UM CONTEXTO DE MERCADO (DE 1990 A 2005)**

**Porto Alegre
2007**

OTO JOÃO PETRY

**EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ/AP:
GÊNESE, EXPANSÃO, DILEMAS E DESAFIOS EM UM
CONTEXTO DE MERCADO (DE 1990 A 2005)**

Tese Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena M. Barreto Abrahão

Porto Alegre

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O88e Oto, João Petry
Educação superior privada em Macapá - AP: gênese, expansão, dilemas e desafios em um contexto de mercado (de 1990 a 2005). / João Petry Oto. – Porto Alegre, 2007.
201 f.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS.

Orientação: Profa. Dra. Maria Helena M. Barreto Abrahão.

1. Educação Superior - Avaliação. 2. Ensino Privado. 3. Iniciativa Privada. 4. Política Educacional - Brasil. 5. Concorrência. I. Título.

CDD 378.81
378.365

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

OTO JOÃO PETRY

**EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ/AP:
GÊNESE, EXPANSÃO, DILEMAS E DESAFIOS EM UM
CONTEXTO DE MERCADO (DE 1990 A 2005)**

Tese Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2007

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena M. Barreto Abrahão
PUCRS

Profa. Dra. Marta Luz Sisson de Castro
PUCRS

Profa. Dra. Flávia Obino Werle
UNISINOS

Profa. Dra. Marília Costa Morosini
PUCRS

*A todos os meus familiares, indistintamente,
pelo incondicional apoio*

A Iduina, pela compreensão e incentivo

*A Franciele e Michele, minhas filhas, pela
serenidade, paixão, presença e crítica teórica*

*Ao amigo Márcio Guma pelo
imprescindível trabalho técnico profissional*

*A Grace Kelly pela presença e
colaboração nas difíceis travessias*

*Ao amigo Aldenor Benjamim, José Alex,
Anísio Antônio e Roque Moraes pelas leituras,
aconselhamentos e provocações epistemológicas*

*A Lídia Salete pela incondicional
penhora e auxílio profissional*

*Ao professor Juan José Mouriño Mosquera,
pela amizade e doutos conhecimentos*

*À minha orientadora, Maria Helena Menna Barreto Abrahão, pelo acolhimento, amizade
e orientação acadêmica criteriosa que me fez superar as inconsistências teóricas
e práticas, tornando possível o desenvolvimento deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras do Programa de Pós - Graduação em Educação da Faculdade de Educação da PUCRS, pelas valiosas contribuições teóricas imprescindíveis para a minha formação.

Aos meus ilustres colegas do curso de Doutorado em Educação, pela sábia e fraterna convivência, pelas provocações teóricas, pela ternura e amizade.

Às Professoras Marta Luz Sisson de Castro e Flávia Obino Werle, pelas importantes e pertinentes sugestões.

Às funcionárias Anahí dos Santos Azevedo, Andréia Küttner e Patrícia Xavier Botelho, pela cordialidade e profissionalismo.

À Maria Remi, pela paciência e serviços profissionais.

Aos colegas de trabalho da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - SC e da Faculdade Seama - Macapá/AP pelo imperioso apoio pessoal e profissional, sem os quais não ousaria empreender-me em desafio tão magnífico.

Aos alunos e alunas, com os quais sempre pude compartilhar minhas convictas incertezas, fundamentais para a produção teórica.

Aos dirigentes da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC e da Faculdade Seama, pelo apoio institucional para freqüentar o curso de Doutorado em Educação junto a PUCRS.

Às instituições de educação superior que participaram do estudo, pela autorização e acesso aos documentos institucionais, fontes importantes para a feitura da tese.

Aos amigos colegas, Júlio, Gilse, Ledi, Luciane, Carmem, Eduardo e Ir. Nelson.

Aos amigos e colegas de trabalho, Sônia, Lourdes e Luiz, Kelly Dayane, Clênio, Carlos José e Margarida, Cassiana, Alcides e Elen, Daize e Richard, Milton, Dirce, Ivonete, Giovana, Maria Bernadete, Antônio e Enedi, Paulino, Clair, Carmem, Rafael e Izabel, Wanderley, Wilson, Roberto, André, Marcelo, Luciano, Romoaldo e Salete, Ciro, Elizandra, Neusa Maria, Alice e Adilson, Letícia, Inês, Bianca, Tarcísio, Michelle, Álvaro, Ediluci, Aldo, Márcio Ronaldo, Dóris, Ayrton, Hayat, Piedade, Alzira, Ruth, Gobi, Cleusa, Ruth e José, Soeli, pelo apoio e felicidade em verem-me estudando.

Muito obrigado a todos e a cada um!

RESUMO

O estudo objetiva demonstrar que há uma relação estrutural e estruturante entre as mudanças que vêm se processando no capitalismo tardio, nos processos produtivos, com implicações no mundo do trabalho e nas políticas públicas, especialmente, nas educacionais. Na composição do trabalho faz-se a gênese das IES de cunho privado que se instalaram na cidade de Macapá/AP no período de 1990 a 2005, descrevendo as formas e estratégias utilizadas por estas para o seu posicionamento no contexto mercadológico local. Analisa-se os dilemas e desafios com os quais as IES lidam por atuarem em um contexto de mercado cada vez mais competitivo, suscitando possíveis caminhos que poderão ser saída estratégica para as mesmas não sucumbirem frente as demandas do mercado. Dois pressupostos auxiliaram como fio condutor na feitura da tese: se as IES de cunho privado, mesmo as sem fins lucrativos, estão sujeitas às regras do mercado, apesar das boas intenções manifestas em seus planos pedagógicos e documentos de gestão, seus propósitos finais devem ser o lucro, em não existindo esse, sucumbirão à implacável lei de livre mercado que as converteu em empreendimentos mercantis, razão pela qual necessitam focar suas estratégias de negócios no mercado. Segundo, em virtude da nítida configuração de práticas concorrenciais entre as IES do setor, há um caminho, suspeita-se, previsível a ser por elas percorrido, qual seja, o do aligeiramento e precarização da formação. Nos escritos evidencia-se que o fenômeno expansionista verificado no setor da educação superior no Brasil deu-se em razão da privatização do Estado engendrada no bojo das políticas neoliberais. A expansão ocorrida tem a marca da iniciativa privada e atingiu todos os recantos do país. Onde homens e mulheres estiverem, lá estará um empreendimento para ofertar este novo fetiche de consumo em que se transformou um bem social chamado de educação. Hoje, dada as suas características, o setor convive em meio à forte concorrência e alta competitividade, marcas e prenúncio de nova configuração do mesmo.

Palavras-chave: Educação Superior. Expansão. Iniciativa Privada. Fetiche. Mercadoria. Emancipação.

ABSTRACT

The study objectives to demonstrate that there is a structural and structuring relation between changes that have been processing in the late capitalism, in the productive processes, with implications in the world of the work and the public policy, especially, in the educational ones. In the composition of the work it does the genesis of IES of the private particular stamp that have settled in the city of Macapá - AP in the period from 1990 to 2005, describing the forms and strategies used by them for their positioning in the context local market. It analyses the dilemmas and challenges with which the IES deal by act in a context increasingly competitive market, raising possible ways that can be conclusion strategic for them not to perish face the demands of the market. Two presupposes had assisted as conducting wire in making of the thesis: if the IES of private stamp, even the non-profitable ones, are propensity to the rules of the market, despite the good manifest intentions in their pedagogical plans and management documents, their final purpose must be the profit, in absence of this, will succumb to the implacable law of free market that converted them into mercantile enterprises, which require focus its business strategies in the market. Second, because of the clear configuration of competitive practices between the IES of the sector, there is a way, suspicion, previously to be covered by the same ones, which is, of the acceleration and the precarious formation. In writings shows that the verified expansionist phenomenon in the sector of the higher Education in Brazil was given because of the privatization of the State engendered in the bulge of the neo-liberalism policies. The occurred expansion has the mark of the private initiative, and reached all the corners of the country. Where men and women will be there will be an enterprise to offer this new fetish of consumption which transformed in a social property called education. Today, given to their characteristics, the sector lives together in the midst to strong competition and high competitiveness marks and prediction of new configuration of the same.

Keywords: Higher Education. Expansion. Private Initiative. Fetish. Commodity. Emancipation.

LISTA DE SIGLAS

AAEC	-	Associação Amapaense de Ensino e Cultura
ASSEAMA	-	Associação Educacional da Amazônia
ASSUPERO	-	Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo
BIRD	-	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEAP	-	Centro de Ensino Superior do Amapá
CETE	-	Faculdade de Tecnologia do Amapá
DEAES	-	Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
EAD	-	Educação a Distância
ENADE	-	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FABRAM	-	Faculdade Brasil Norte
FAMA	-	Faculdade de Macapá
FAMAP	-	Faculdade do Amapá
FAT	-	Faculdade Atual
FATECH	-	Faculdade de Teologia e Ciências Humanas
FESAM	-	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FIES	-	Financiamento Estudantil
HEMOAP	-	Instituto de Hemoterapia e Hematologia do Amapá
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IECA	-	Instituto de Ensino e Cultura do Amapá
IES	-	Instituição de Educação Superior
IMES	-	Instituto Macapá de Ensino Superior
IMMES	-	Instituto Macapaense de Ensino Superior
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	-	Ministério da Educação
NEM	-	Núcleo de Educação de Macapá
PDI	-	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	-	Projeto Pedagógico Institucional

- ProUni - Programa Universidade para Todos
- PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- SEAMA - Sistema Educacional da Amazônia
- SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo
- Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação Superior
- UFPA - Universidade Federal do Pará
- UNAMA - Universidade da Amazônia
- UNIC - Faculdade de Cuiabá

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições de educação superior privada de Macapá/AP, por categoria administrativa e ano de criação/instalação (1990 - 2005).....	81
Quadro 2 - Instituições de educação superior privada de Macapá/AP: missão, importância.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das IES por sub-categorias no ano de 2005	20
Gráfico 2 - Distribuição das IES por categoria administrativa no ano de 2005.....	20
Gráfico 3 - Distribuição das IES por categoria administrativa no ano de 2005.....	21
Gráfico 4 - IES instaladas por categoria administrativa no ano de 2004 a 2005	21
Gráfico 5 - Número de matrículas na educação superior de 1970 a 2005 (em milhares).....	52
Gráfico 6 - Evolução da matrícula por categoria administrativa (1980-2005).....	53
Gráfico 7 - Número de ingressantes na graduação das IES brasileiras por categoria administrativa de 1997 a 2005	54
Gráfico 8 - Valores estimados ProUni (2005 - 2007).....	55
Gráfico 9 - Ingressos e percentual de crescimento na graduação brasileira de (1997 a 2005)	56
Gráfico 10 - Relação ingressante/vaga na educação superior privada (1997 a 2005)	57
Gráfico 11 - Evolução matrículas ensino médio no Brasil de 1993 a 2006	57
Gráfico 12 - Total de IES por categoria administrativa no Brasil (1990-2005).....	114
Gráfico 13 - Total de IES por categoria administrativa na Região Norte no ano de 2007	115
Gráfico 14 - Total de IES por categoria administrativa na Região Norte no ano de 2007	115
Gráfico 15 - Total de IES por categoria administrativa no Estado do Amapá de 1990 a 2005.....	116
Gráfico 16 - Evolução e oferta de cursos por IES privadas de 1990 a 2007 em Macapá.....	118
Gráfico 17 - Total de vagas e ingressos por ano nas IES no Brasil (1985 a 2005)	119
Gráfico 18 - Total de vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005).....	120
Gráfico 19 - Relação entre o número de vagas ofertadas e ingressos nas IES ‘ de Macapá/AP (1991 e 2005).....	121

Gráfico 20 - Total de vagas por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)	122
Gráfico 21 - Evolução do número de vagas por IES privada no município de Macapá/AP (1990 a 2007).....	123
Gráfico 22 - Total de inscritos por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005).....	124
Gráfico 23 - Total de ingressos por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005).....	125
Gráfico 24 - Total de matrículas por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005).....	126
Gráfico 25 - Total de concluintes por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)	127
Gráfico 26 - Total de vagas, inscritos e ingressos das IES privadas e pública de Macapá/AP (2005)	128
Gráfico 27 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Universidade Federal do Amapá - Unifap, Macapá/AP (2005).....	129
Gráfico 28 - Total de vagas, inscritos e ingressos das IES privadas de Macapá/AP (2005).....	129
Gráfico 29 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Centro de Ensino Superior do Amapá - Ceap de Macapá/AP (2005).....	130
Gráfico 30 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade Seama - Seama de Macapá/AP (2005)	131
Gráfico 31 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Instituto de Ensino Superior do Amapá - Iesap de Macapá/AP (2005)	131
Gráfico 32 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade Atual - Fat de Macapá/AP (2005).....	132
Gráfico 33 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade do Amapá - Famap de Macapá/AP (2005).....	132
Gráfico 34 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Instituto Macapaense de Ensino Superior - Immes de Macapá/AP (2005).....	133
Gráfico 35 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade de Macapá - Fama de Macapá/AP (2005).....	134
Gráfico 36 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Fatech de Macapá/AP (2005).....	134

Gráfico 37 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - Ieca de Macapá/AP (2005)	135
Gráfico 38 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Centro de Educação Tecnológica - Cete de Macapá/AP (2005).....	136
Gráfico 39 - Total de vagas por IES privada de Macapá/AP (2005).....	137
Gráfico 40 - Total de inscritos por IES privada de Macapá/AP (2005)	138
Gráfico 41 - Total de ingressos por IES privada de Macapá/AP (2005)	138
Gráfico 42 - Total de vagas utilizadas por IES privada de Macapá/AP (2005).....	139
Gráfico 43 - Titulação docente em exercício no Brasil (Censo 2005).....	142
Gráfico 44 - Titulação docente em exercício na Região Norte (Censo 2005).....	143
Gráfico 45 - Função docente em exercício por IES no município de Macapá em (2005)	144
Gráfico 46 - Distribuição dos conceitos das IES no município de Macapá/AP - ENADE (2004 - 2006)	150
Gráfico 47 - Distribuição dos conceitos das IES do município de Macapá/AP - ENADE (2004 - 2006)	151
Gráfico 48 - Distribuição dos conceitos das IES do município de Macapá/AP - ENADE - 2004.....	151
Gráfico 49 - Distribuição dos conceitos das IES no município de Macapá/AP - ENADE - 2005.....	152
Gráfico 50 - Distribuição dos conceitos das IES no município de Macapá/AP - ENADE - 2006.....	153
Gráfico 51 - Rendimento médio mensal familiar por anos de estudo de pessoa de referência da família - Brasil - Período 2002-2003	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pórtico do Centro Ensino Superior do Amapá	82
Figura 2 - Pórtico principal da Faculdade Seama	85
Figura 3 - Pórtico do Instituto de Ensino Superior do Amapá - Iesap.....	90
Figura 4 - Pórtico da Faculdade atual - Fat	93
Figura 5 - Pórtico da Faculdade do Amapá - Famap	94
Figura 6 - Pórtico do Instituto Macapaense de Ensino Superior	97
Figura 7 - Pórtico da Faculdade de Macapá	101
Figura 8 - Pórtico da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas	104
Figura 9 - Pórtico do Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - IECA ou Escola Superior	107
Figura 10 - Pórtico da Faculdade de Tecnologia do Amapá	109
Figura 11 - Artistas locais em peça publicitária de atacado local.....	184
Figura 12 - Artista de destaque nacional em peça publicitária de IES Macapá/AP.....	185
Figura 13 - Anúncio publicitário de IES de Macapá/AP	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Titulação docente em exercício no Brasil (Censo 2005)	141
--	-----

SUMÁRIO

1 SITUANDO O ESTUDO E DEMARCANDO OS CAMINHOS TRILHADOS	19
1.1 CARTOGRAFANDO OS MARCOS GEOGRÁFICOS, TEMPORAIS E SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS DO ESTUDO	25
1.2 DO PERCURSO METODOLÓGICO	28
1.3 DA COMPOSIÇÃO ESTRUTURANTE DO TRABALHO	32
2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO TARDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E NOS PROCESSOS FORMATIVOS	36
2.1 A DESTRUTIVIDADE DO CAPITALISMO TARDIO.....	36
2.2 A RE-ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA ADEQUAR-SE ÀS EXIGÊNCIAS DAS NOVAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO	43
2.3 NOVOS CONTORNOS NOS MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA SUA OFERTA E ORGANIZAÇÃO	49
2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL: AS AGRURAS DA LIVRE CONCORRÊNCIA.....	51
3 A GÊNESE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ: DE 1990 A 2005	62
3.1 PIONEIRISMO, EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: PERSCRUTANDO O NASCEDOURO DAS IES NA VOZ DE SEUS DIRIGENTES	63
3.2 FORMAÇÃO FLEXÍVEL, CELERIDADE E RUÍNAS: O GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO NA INSTALAÇÃO DE IES DE CUNHO PRIVADO NA CIDADE DE MACAPÁ	73
3.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ/AP: ANCORAGENS INSTITUCIONAIS.....	79
3.3.1 Centro de Ensino Superior do Amapá - Ceap	82

3.3.1.1 Histórico	82
3.3.1.2 Missão e objetivos	84
3.3.2 Faculdade Seama	85
3.3.2.1 Histórico	86
3.3.2.2 Missão e objetivos	87
3.3.3 Instituto de Ensino Superior do Amapá - Iesap ou Escola Superior	90
3.3.3.1 Histórico	90
3.3.3.2 Missão e objetivos	91
3.3.4 Faculdade atual - Fat.....	93
3.3.4.1 Histórico	93
3.3.4.2 Missão e objetivos	94
3.3.5 Faculdade do Amapá - Famap.....	94
3.3.5.1 Histórico	95
3.3.5.2 Missão e objetivos	96
3.3.6 Instituto Macapaense de Ensino Superior - Immes ou Escola Superior ...	97
3.3.6.1 Histórico	98
3.3.6.2 Missão e objetivos	99
3.3.7 Faculdade de Macapá - Fama	101
3.3.7.1 Histórico	101
3.3.7.2 Missão e objetivos	102
3.3.8 Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Fatech	104
3.3.8.1 Histórico	105
3.3.8.2 Missão e objetivos	105
3.3.9 Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - Ieca ou Escola Superior	107
3.3.9.1 Histórico	107
3.3.9.2 Missão e objetivos	108
3.3.10 Faculdade de Tecnologia do Amapá - CETE	109
3.3.10.1 Histórico	109
3.3.10.2 Missão e objetivos	110
4 PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, NA REGIÃO NORTE E NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP (1990-2005).....	113
4.1 CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE (1990-2005)	113

4.2 CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAPÁ E NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ (1990-2005).....	116
4.2.1 Evolução da oferta de cursos	117
4.2.2 Evolução da oferta de vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes	119
4.2.3 Evolução da oferta de vagas	122
4.2.4 Evolução do número de inscritos	123
4.2.5 Evolução do número de ingressos	124
4.2.6 Evolução do número de matrículas	125
4.2.7 Evolução do número de concluintes	126
4.3 FLUXO DE VAGAS, INSCRITOS E INGRESSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP	127
4.4 A FUNÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ	139
4.4.1 A profissão docente no contexto da Educação Superior Privada de Macapá	144
4.5 AVALIAÇÃO DO PROTAGONISMO EXPANSIONISTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP	149
4.6 EXPANSÃO MERCANTIL: A PERVERSIDADE COMPETITIVA NOS MEANDROS MERCADOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP	153
4.6.1 Educação superior privada e mercantil: a interdição de protagonismos colaborativos e emancipatórios no contexto do setor no município de Macapá/AP	163
4.6.2 Desenvolvimento regional sob a ótica das IES privadas do município de Macapá/AP	167
4.6.3 Desenvolvimento regional espreado e emancipador	168
4.6.4 Desenvolvimento regional tutelado e assistencialista.....	172
5 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: O NOVO FETICHE DE CONSUMO - SIMBOLOGIAS, MARCAS E PRODUTOS	178
5.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM NOVO FETICHE DE CONSUMO	178
5.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: SIMBOLOGIAS, MARCAS E PRODUTOS	181

5.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO FASCÍNIO E REINSCRIÇÃO NO MUNDO.....	190
6 CONCLUSÃO	193
REFERÊNCIAS.....	196

1 SITUANDO O ESTUDO E DEMARCANDO OS CAMINHOS TRILHADOS

O presente estudo nasceu da preocupação e do interesse despertado pelo movimento e novos contornos que foram instituídos e estão se instituindo no âmbito da educação superior em nosso país. As alterações que se procederam nas políticas educacionais, principalmente, a partir dos anos noventa na esteira dos ajustes neoliberais, ou conseqüência desses, provocaram profundas alterações nos marcos regulatórios que tratam desse nível de ensino e que tem repercutido sobremaneira na sua organização e oferta.

Em nome da democratização ao acesso à educação superior, escondem-se de fato interesses econômicos e mercadológicos. Em tempos em que tudo mercadoria parece ser, o capital descobriu um novo e promissor nicho de mercado com consumidores, por um lado, fragilizados pelo fenômeno do desemprego estrutural e, por outro, atraídos pela falácia da empregabilidade, assumem o ônus da formação. É fácil constatar que a ausência do Estado em prover e garantir educação superior pública não paga de forma democrática transfere o ônus aos “desvalidos e pobres” brasileiros e brasileiras.

Nessa direção, e para dar suporte a esse entendimento, os dados apresentados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação do Brasil¹ são esclarecedores. Senão vejamos: em 2005 tem-se 2.165 instituições de educação superior brasileiras, das quais 89,33 (1.934) são do setor privado e 10,67% do setor público. Entre as instituições de educação superior (IES)² privadas, 1.520 são particulares (78,59%) e 414 são comunitárias, confessionais, ou filantrópicas (21,41%), conforme evidenciado no gráfico abaixo.

¹ Dados publicados no Informativo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação do Brasil - INEP ano 3, nº. 120 de 21 de DEZ/2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2005.

² Usar-se-á no estudo IES para designar Instituições de Educação Superior.

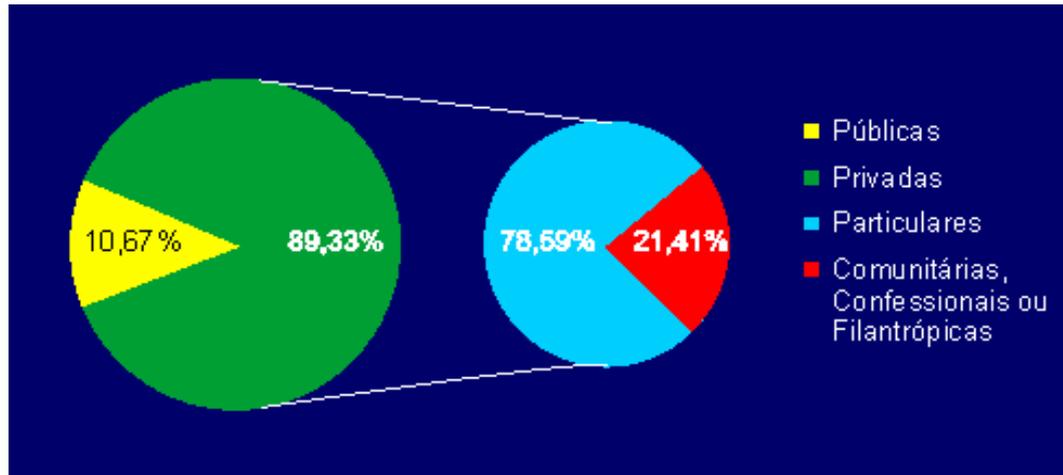


Gráfico 1 - Distribuição das IES por sub-categorias no ano de 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Das IES públicas, 97 são federais, (41,99%), 75 estaduais (32,47%) e 59 municipais (25,54%).

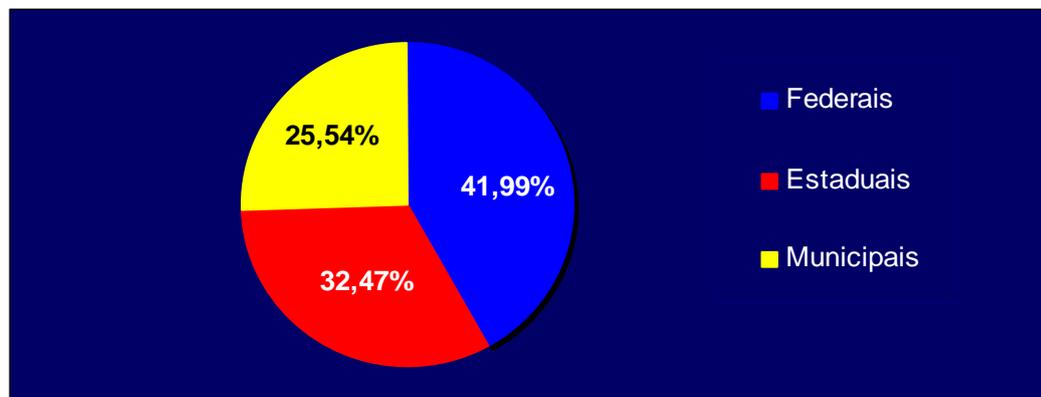


Gráfico 2 - Distribuição das IES por categoria administrativa no ano de 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes

O Censo da educação superior também informa que, das 2.165 IES brasileiras, 8,13% (176) são universidades, 5,27% (114) são centros universitários e 5,4% (117) são faculdades integradas. O maior número de IES são faculdades, escolas ou institutos 72,7% (1.574) e os centros de educação tecnológica (ou faculdades tecnológicas) são 8,5% (184).

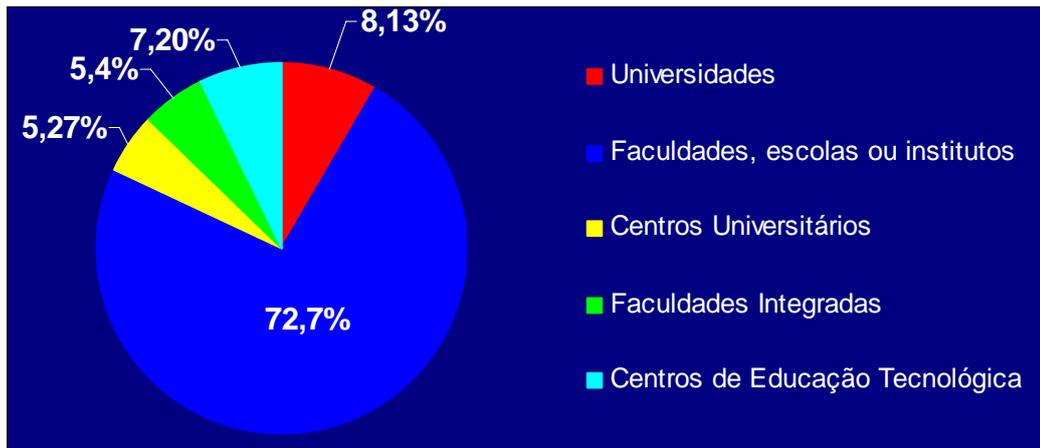


Gráfico 3 - Distribuição das IES por categoria administrativa no ano de 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes

De 2004 a 2005, ainda de acordo com os dados coletados pelo Censo da educação superior, foram criadas 152 novas IES no Brasil, sendo 7 públicas e 145 privadas conforme visualizado no gráfico abaixo.

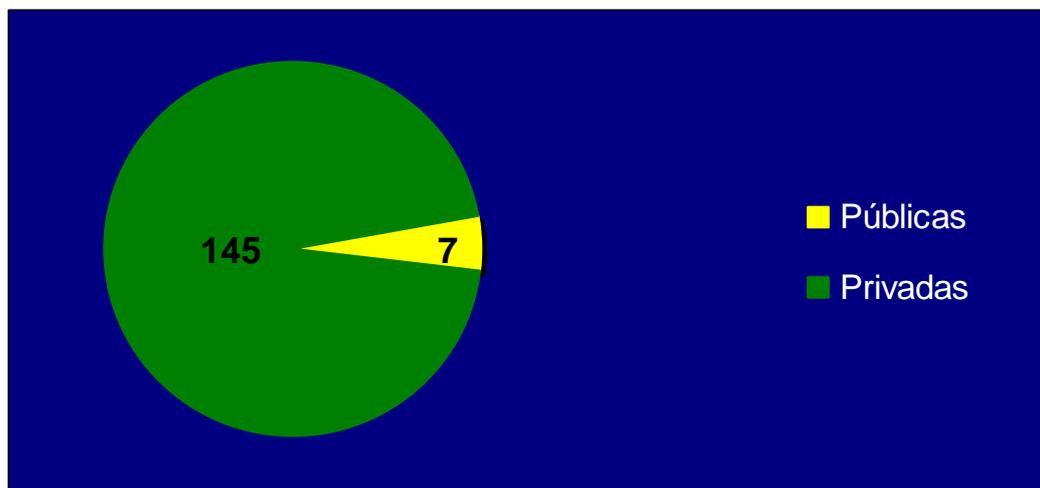


Gráfico 4 - IES instaladas por categoria administrativa no ano de 2004 a 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Em termos percentuais, os dados mostram um crescimento global de 7,02% em relação a 2004. Analisando este por categoria administrativa, consta-se um

aumento no mesmo período de 4,61% das IES públicas contra 95,39 das IES privadas.

De outro quadrante, conforme os dados do Censo da educação superior no período de 1991 a 2005 o número de vagas nas IES brasileiras cresceu de 516.663, para 2.429.737. O Censo demonstra que as universidades concentram 44% do total de vagas, seguidas pelas faculdades, com 36% e depois os centros universitários com 20%. O estudo também mostra que as instituições particulares são as que detêm o maior número de vagas, ou seja, 57%. As IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas têm 31%, já as estaduais e federais com cerca de 5%, respectivamente, e as municipais com 25% do total de vagas (INEP, 1991). Por fim, o Cadastro da educação superior do Inep confirma em 2006 a prevalência de IES privadas (89,83%) frente a 10,17% de públicas.

Destarte, os dados revelam os contornos que a educação superior tem apresentado em nosso país. São, portanto, uma indicação clara e inequívoca da expansão da educação superior privada em razão da ausência de uma política pública educacional que garanta acesso democrático e gratuidade a todos os brasileiros e brasileiras à educação pública superior não-paga.

Conforme análise de Ristoff, Diretor de Estatística e Avaliação da Educação Superior/Inep:

[...] os números dizem, primeiro, que temos hoje um sistema de Educação Superior altamente centralizado [...] e, igualmente, pelos dados acima, que o sistema, embora essencialmente dependente do Estado para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso, autorização para expansão de vagas e outras questões de ordem legal, é altamente privatizado, situando-se, na verdade, entre os mais privatizados do mundo. Embora, o ritmo de crescimento do setor privado tenha reduzido significativamente nos últimos 3 anos, de 19,4% em 2002, para 14,1% em 2003, para 8,3% em 2004, e, embora o ritmo de crescimento do setor público tenha se mantido exatamente estável (em 11,1% nos últimos dois anos) os índices acumulados na década passada mantêm o setor privado responsável por praticamente 90% de todas as IES do país.³

Numa sociedade com uma histórica e brutal desigualdade social, em pleno século XXI, é inaceitável tamanha distorção e injustiça, pois, na condição de mortais

³ RISTOFF, Dilvo. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. In: MOROSINI, Marília. (Org.) **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 39.

cidadãos, individualmente e, por conta própria, cada um a seu modo, assume a responsabilidade de cuidar da sua formação para fazer frente aos desafios humanos de ser na contemporaneidade.

É bem verdade que as mudanças promovidas nos marcos regulatórios da educação superior em nosso país concorreram para a ampliação do número de vagas disponibilizadas, conseqüentemente, aumentando a possibilidade ao acesso, porém, é temerário afirmar que isso represente mais cidadania, mais qualidade de vida, ou ainda, emprego e sucesso profissional, categorias muito presentes nos discursos veiculados pelos que atuam nesse setor.

No estudo em tela se pretende:

- a) demonstrar que há uma relação estrutural e estruturante entre as mudanças que vêm se processando no capitalismo tardio, nos processos produtivos, com implicações no mundo do trabalho e a partir das quais se promoveu acentuadas alterações nas políticas públicas educacionais em nosso país;
- b) retratar a gênese das IES privadas que se instalaram na cidade de Macapá - Amapá no período de 1990 a 2005;
- c) identificar e descrever as formas e estratégias utilizadas por estas IES para seu posicionamento no contexto mercadológico local e regional;
- d) analisar os dilemas e desafios com os quais as IES lidam por atuarem em um contexto de mercado cada vez mais competitivo;
- e) e, por último, apontar possíveis caminhos que poderão ser uma saída estratégica para as IES não sucumbirem frente às demandas do mercado.

A partir desses objetivos, coloca-se um primeiro pressuposto que assim está expresso: se as IES de cunho privado, mesmo as sem fins lucrativos, estão sujeitas às regras do mercado, apesar das boas intenções manifestas em seus planos pedagógicos e documentos de gestão, seus propósitos finais devem ser o lucro, em não existindo esse, sucumbirão à implacável lei da livre concorrência que as converteu em empreendimentos mercantis, razão pela qual necessitam focar suas estratégias de negócios no mercado.

O segundo pressuposto que se coloca é o de que em virtude da nítida configuração de práticas concorrenciais entre as IES do setor, há um caminho, suspeita-se, previsível a ser percorrido pelas mesmas, qual seja, o do aligeiramento e precarização da formação. Para tanto, as IES não exitarão em lançar mão da

diminuição da duração do percurso dos cursos, o estabelecimento de número mínimo de alunos por turmas - sob pena de fazer-se a junção das mesmas -, a redução de contratos de tempo integral e de mestres e doutores, a diminuição de carga horária em atividades extraclasse, dentre outras.

Para responder as questões apresentadas, escolheu-se percorrer a trajetória que se inicia com a análise das relações existentes entre as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações na re-organização das políticas para a educação superior no Brasil; a descrição e caracterização das instituições de educação superior privada da cidade de Macapá, Estado do Amapá, do período de 1990 a 2005 explicitando sua constituição, missão, objetivos, princípios, as formas e estratégias de atuação, seu posicionamento no contexto local e regional; a feita panorâmica da educação superior no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e, especialmente, na cidade de Macapá; ainda, procurar-se-á identificar possíveis relações entre o fenômeno expansionista que ocorreu em Macapá e as políticas para a educação superior no Brasil no cenário socioeconômico hodierno.

Toma-se como marco inicial do estudo o ano da instalação da primeira IES de caráter privado na cidade de Macapá, e final o ano de 2005 por considerar-se um espaço-tempo apropriado para o tipo de estudo em questão, e, por este ser recorte significativo para oferecer informações que podem revelar desdobramentos e repercussões importantes que estão a acontecer em decorrência dos novos marcos regulatórios da educação superior e do dinâmico processo social e produtivo em gestação.

Ao definir-se o Estado do Amapá, mais especificamente, a cidade de Macapá como espaço territorial geográfico, fez-se pelas peculiaridades que a situação da educação superior apresenta, a saber: no período compreendido do estudo, nada menos que 10 instituições passaram a oferecer educação superior paga no Estado; hoje, meados de 2007, já ultrapassam a vinte, e não há estudo em andamento sobre esse processo, aliás, como também são escassos os escritos sobre a própria história da educação do Estado do Amapá.

1.1 CARTOGRAFANDO OS MARCOS GEOGRÁFICOS, TEMPORAIS E SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS DO ESTUDO

A cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, localiza-se ao extremo norte do Brasil e dista a 345 km de Belém do Pará. O nome é de origem tupi, com uma variação de Macapaba, que quer dizer lugar de muitas bacabas, um fruto de palmeira nativa da região.

A extensão territorial que hoje configura o Estado do Amapá e onde se localiza sua capital, palco de contendas quanto à conquista, ocupação e domínio das terras, remonta ao final do século XV. Os antecedentes históricos do Amapá, portanto, estão diretamente vinculados às Grandes Navegações do século, representados principalmente por Portugal e Espanha.⁴ Sua população é composta basicamente de migrantes. Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 01/07/2005 a população estimada é de 355.408, dos quais a ampla maioria reside no perímetro urbano.

Em Macapá, no limiar do século XXI, encontramos fortes traços da cultura, dos costumes, da tradição dos povos originários que forçosamente se entrecruzam, se entrelaçam com elementos do modo de produção capitalista tardio. É muito comum encontrar-se em uma mesma rua residindo os ascendentes e descendentes de uma mesma família. Presentes aí estão elementos que eram marcas constituintes e agregadoras das comunidades originárias que povoaram e povoam a região norte do país.

Neste caso, utilizamos o termo comunidade representando grupos sociais conforme descreveu Santos:

O termo comunidade é usado, não muito freqüente, para significar determinados grupos sociais onde se vivem relações de aconchego, intimidade, contacto social, amizade, renúncia, sacrifício, comunhão de partilha e de valores recíprocos.⁵

⁴ MORAIS, Paulo Dias & ROSÁRIO, Ivoneide Santos. **Amapá: de capitania a território**, Macapá: JM, 2005.

⁵ SANTOS, Aldenor Benjamim dos. **Formação, juventude e afetividade no contexto amazônico da modernidade**. Macapá: Faculdade SEAMA, 2005, p. 23-24. Mimeografado.

Esta forma de reunião social, comumente, se dá por laços consangüíneos em que os mais idosos assumem a função de proteção e de guarida. As gerações mais novas, por sua vez, têm um respeito muito profundo pelas gerações que as antecederam.

O processo de constituição da identidade de homens e de mulheres macapaenses, seguramente foi, e continua sendo, marcado por convivências de partilha, solidariedade, ajuda, proteção, espírito colaborativo, luta e devoção. Todas, marcas de um tempo histórico e geográfico protagonizado pelos povos originários em espaços onde se praticavam atividades, fundamentalmente, de subsistência e do bem viver.

Macapá possui uma dinâmica peculiar. Por vez, são as marés do Rio Amazonas que regulam a movimentação dos trabalhadores na cidade, por outra, são as turbinas das aeronaves que irrompem o céu da cidade, com horários bem definidos, substituem na verdade os sinos da idade média ou os apitos dos complexos industriais da idá revolução industrial.

“Macapá é a cidade dos tempos”- dizia outro dia um menino franzino. Agora mesmo é o tempo de soltar rabiola, mas tem o tempo da bola-de-gude, tem o tempo do futelama, tem o tempo dos mergulhos, tem o tempo das peladas, tem o tempo do esconde-esconde, tem o tempo das rezas, romarias e procissões, enfim, tem o tempo envolvente da eleição, e aí tudo é política eleitoral; ou você está do lado de cá ou do lado de lá.

Ao par disso, a cidade de Macapá continua mergulhada em um profundo processo de ocupação e povoamento com o que se tem, talvez de mais avançado em termos de produção capitalista, cujo processo, suspeita-se produzirá profundas alterações nos modos de vida da população local. É com certeza, um novo tempo, o tempo de profundas mudanças nas relações sociais de produção, impulsionadas pelo expansionismo capitalista tardio.

Não se tem dúvidas de que se vivencia um momento de crise de identidade marcada, por um lado, pelo caldo de uma tradição cultural que não quer se ver banida no espaço e na história, lutando e resistindo frente aos elementos protagonistas de um novo modo de produção com características que se chocam com a tradição autóctone. É a dinâmica capitalista com todas as suas facetas alcançando por inteiro o Estado do Amapá e alterando as formas de produção e

convívio social, estabelecendo de ora em diante novas relações sociais e de produção.

Para as novas forças produtivas que se instalaram nos últimos anos e continuam a se instalar em “terras de tucujus”⁶, certamente ainda vale o conceito cunhado por Pe. Júlio Maria Lombaerd, que ao descrever o caboclo amapaense assim se pronunciou:

O tipo macapaense é de um moreno bastante acentuado; é inteligente, mas indolente e acomodado à situação. Encontram-se pessoas de uma constituição muito forte, mesmo bem apessoados, porém tendo pouca educação e pouca aspiração pelo progresso. É um povo sem iniciativa, sem grandes qualidades. Quem com ele vive julga-o religioso, todavia, é mais dado a uma certa religiosidade (Marabaixo). Muito ignorante em matéria religiosa; sente a realidade da religião em geral, contudo, é bastante preguiçoso para praticá-la. Todos acreditam em palavras, mas muito pouco em atos. Todos respeitam a religião e acham boa. Para os outros o fundo de seu temperamento, como de sua religião - é a indolência, o hábito contrário.⁷

A visão eurocêntrica presente nos escritos de Pe. Júlio Maria Lombaerd se assemelha muito a dos desbravadores contemporâneos que atuam em vários segmentos do expansionismo capitalista tardio. Estes marcam presença com empreendimentos no setor produtivo, inclusive incentivados pelo poder público local através do programa denominado Amapá Produtivo.

É a nova frente agrária-produtora de grandes proporções, são os novos empreendimentos em mineração, são os grandes empreendimentos extrativistas, são os novos empreendimentos imobiliários, são as poderosas redes de comunicação, e a bem articulada rede de transportes e distribuição dos produtos que fazem com que nos mais distantes locais não falte produto algum. Enfim, são os

⁶ Encontramos registro em MORAIS, 2005, p. 40-41. Sobre o nome originário do Amapá afirma o autor de que foram feitas as primeiras concessões de terras em 1544, Carlos V. da Espanha, entrega as terras amapaenses ao explorador e navegador Francisco Orellana, as quais receberam o nome de Adelantado de Nueva Andaluzia, primeiro nome oficial que recebeu o Amapá, sendo que a região do Cabo Norte (Pará, Maranhão e as Guianas) era conhecida como Província dos Tucujus. Havia três grupos indígenas; os Aruaques, os Caraíbas e Tupis-Guaranis. Eram civilizações primitivas vivendo basicamente de raízes (mandioca) e a coleta de frutos. [...] baseado em relatórios emitidos pelo governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco de Pedro de Mendonça Gurjão, resolveu elevar a Capitania do Cabo Norte à condição de Província, em 1.748 denominada Tucujus ou Tucujulândia.

⁷ BOTELHO, D. A. O lutador. In: SANTOS, A. B. **Formação, juventude e afetividade no contexto amazônico da modernidade**. Macapá: Faculdade Seama, 2005, p. 26. Mimeografado.

novos e ousados empreendimentos no setor educacional com acentuada presença na educação superior privada.

Tem-se, portanto, um cenário povoado por um conjunto de protagonismos que estão re-desenhando as configurações geográficas, culturais, econômicas e sociais da cidade de Macapá e do Estado do Amapá. Um desses tem despertado interesse especial pela amplitude e influência que exerce sobre a comunidade local. Trata-se dos empreendimentos do setor da educação, mais especificamente, dos direcionados à oferta de educação superior privada e particular na cidade de Macapá, parte dos quais serão aqui objeto de estudo a partir dos procedimentos descritos a seguir.

1.2 DO PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo se insere na linha de pesquisa, Fundamentos, Políticas e Práticas da Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e caracteriza-se como pesquisa qualitativa. O projeto de tese, por força da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e dispositivos legais complementares, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Seama do qual recebeu Certificado de Isenção.

Em 20 de dezembro de 2006, a Proposta de Tese de Doutorado foi submetida à sessão pública de defesa. A Comissão Avaliadora foi constituída pela Doutora Marta Luz Sisson de Castro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela Doutora Flávia Obino Corrêa Werle, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e sob a Presidência da Doutora Maria Helena Menna Barreto Abrahão, diretora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Após a defesa a Comissão fez as devidas argüições com sugestões ao autor, as quais foram aceitas e culminaram com a reformulação substancial do estudo, o qual se reveste de grande importância, pois permitirá compreender um movimento que está em curso na cidade de Macapá, e certamente em outras cidades do Brasil,

decorrente da re-orientação das políticas educacionais que estimularam e facilitaram a oferta de educação superior pela iniciativa privada.

Conforme Natali (2006),

o número de instituições de ensino superior (IES), especialmente as particulares, continua em crescimento. Estudo encomendado pelo Ministério da Educação (MEC) mostrou que 3,2 novas IES surgem por semana no Brasil, somando-se ao total de 2.013 que existem hoje. O último levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aponta que em 2004 foram implantadas 154 novas instituições, sendo 137 exclusivamente no setor privado e 17 no setor público. Em 2002 eram 195 públicas e 1.442 particulares; em 2003, o número aumentou para 207 públicas e 1.652 particulares; e em 2004, 224 públicas e 1.789 particulares.

Os dados do Censo mostram ainda que em 2004 foram oferecidas 2.320.421 vagas, número 15,9% maior que no ano anterior. Desse total, 308.492 são oriundas do setor público e 2.011.929, do privado.⁸

Os dados são inequívocos e ilustram os resultados de uma política indutiva promovida no contexto das reformas neoliberais e que têm a marca da desresponsabilização do Estado em prover educação superior de caráter público e gratuita, transferindo para a iniciativa privada tal tarefa, em última análise, ao consumidor, pois é este que arca com os custos finais pela aquisição dessa nova e disputada mercadoria, vista desta forma pela ótica do mercado.

Os efeitos expansionistas dessa atividade comercial se fazem presentes na cidade de Macapá. Para se ter uma idéia, no início do presente estudo havia dez IES, as quais se instalaram de 1990 a 2005. Hoje, já somam mais de vinte instituições que oferecem serviços educacionais, dos quais destacadamente, ensino de graduação.

As implicações desse processo relacionadas ao desenvolvimento local e regional ainda não são sabidos. Que implicações poderão advir desse fenômeno? As demandas potenciais para os empreendimentos relacionados à educação superior não se esgotarão em um futuro próximo? Os empreendimentos do setor suportarão a concorrência que já é visível nos anúncios dos produtos ofertados

⁸ NATALI, A. Executivos sob medida. **Ensino Superior**, São Paulo, Segmento, ano 8, n. 94, 2006, p. 40.

pelas mesmas? Com o aumento da concorrência entre os empreendimentos do setor não haverá a precarização dos serviços disponibilizados?

Essas e outras perguntas são recorrentes, embora não se tenha a pretensão de respondê-las cabalmente no estudo aqui proposto, daí a limitação do mesmo, principalmente pela dificuldade encontrada na reunião de informações que pudessem auxiliar a descrever e analisar esse fenômeno.

Das dez instituições pesquisadas, uma não disponibilizou material institucional para a consulta e outra não participou da entrevista semi-estruturada, inclusive oferecendo resistências quanto ao acesso, para análise, às fontes documentais da IES.

Como instrumento para a coleta de informações iniciais sobre as IES foi utilizada a fonte oral com a realização de nove entrevistas a partir de questões semi-estruturadas dirigidas ao dirigente máximo de cada instituição, a saber:

1) Em que contexto surgiu a IES que dirige aqui no Estado do Amapá?

Com as informações que esse primeiro questionamento suscitou, complementadas com informações documentais, elaborou-se por a gênese das IES pesquisadas, bem como, procurou-se identificar os interesses que moveram a criação e instalação das referidas instituições de educação superior na cidade de Macapá/AP.

2) Qual a importância da IES para o Estado do Amapá e região?

O segundo questionamento procurou identificar a razão primeira da instalação da IES e o seu comprometimento com o contexto local, estadual e regional. Também procurou-se identificar possíveis pontos de ancoragem da IES com a comunidade local.

3) Quais os princípios que orientam e pautam as ações da instituição de educação superior?

Saber dos princípios, missão, objetivos, finalidades, propósitos e ações da IES, constituiu-se em pista importante para uma análise inicial sobre os fins e razão principal da presença e atuação das IES na cidade de Macapá/AP.

4) A partir dos anos 1990 houve uma expansão da educação superior privada no país com a implantação de inúmeras instituições em todos os rincões do mesmo, em especial aqui na cidade de Macapá. O que tens a dizer a respeito? Há parcerias ou processos de colaboração entre as instituições privadas de educação superior aqui em Macapá?

Com os questionamentos em epígrafe, identificou-se a visão que os dirigentes das IES privadas possuem com relação à oferta de educação superior no país, das políticas educacionais, além de saber-se se há processos de colaboração entre as IES instaladas em Macapá/AP.

- 5) Sabe-se da carência por ora de quadros docentes qualificados para atuar na educação superior em Macapá. Como a instituição tem suprido essa carência?

Este questionamento suscitou informações sobre o processo de recrutamento dos profissionais para atuar nas IES que se instalaram no período de 1990 a 2005 na cidade de Macapá. Revelou ainda a opinião dos dirigentes com relação à vinda de profissionais de outras regiões do país, bem como do processo de inserção desses profissionais no contexto macapaense.

- 6) As IES que aqui se instalaram têm ressaltado o compromisso com o desenvolvimento regional. Como a IES que dirige tem dado conta desse compromisso?

Na última interlocução procurou-se desvendar se de fato as IES estão dando conta nas suas ações o que anunciam em seus documentos oficiais. Como os cursos consolidam ações que apontem para o desenvolvimento regional? Há estudos que orientam essas ações? Há planejamento integrado com outros atores institucionais e sociais no sentido de articular ações integradas para dar conta desse objetivo? Como os cursos são pensados? A partir de que demandas são planejadas as ações das IES?

Nesta parte do estudo persiste uma limitação no sentido da compreensão dos aspectos suscitados, dada a complexidade desta e de não ter-se conseguido reunir informações consistentes para formar juízo razoável sobre as questões propostas anteriormente.

É importante que se registre que as interlocuções foram cunhagens preliminares que serviram como orientação para o entrevistador. Durante o processo de interlocução o mesmo apresentou questões complementares para auxiliar na elucidação de aspectos do estudo.

Também foram utilizadas na análise fontes documentais como Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Regimento Geral das IES, publicações das instituições, do IBGE e INEP, veículos de propaganda institucional, sites e endereços eletrônicos das IES, além de referências que tratam do assunto.

Do PDI, PPI e Regimento Geral foram retiradas informações sobre a missão, objetivos e gênese das IES. Dos sites, das publicações institucionais, extraíram-se informações sobre as formas utilizadas pelas IES na oferta de seus produtos educacionais. Por fim, no Censo do IBGE e do INEP, buscou-se informações para compor um conjunto de composições gráficas que visualizam individualmente e no conjunto o posicionamento das dez IES objeto do estudo no contexto local e regional no período de 1990 a 2005.

Outro aspecto que foi analisado pelo estudo é de como as IES se posicionam no mercado e de quais estratégias as mesmas lançam mão para fazê-lo. Os materiais institucionais de *marketing* e *merchandising* foram objeto de estudo, pois se entende que esses são carregados de sentido e podem revelar uma dimensão importante assumida pelas instituições em estudo no que se refere a identidade das mesmas.

As informações reunidas foram trabalhadas a partir de procedimentos de análise de conteúdo descritos por Bardin (1977).⁹

Finalmente, no exame das informações, foram integrados elementos obtidos das leituras, sempre no sentido de validação e complementação de informações já anteriormente trabalhadas.

1.3 DA COMPOSIÇÃO ESTRUTURANTE DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos organizados a partir de uma exposição didático-metodológica jeitosamente preparada, que por um lado perfila parte por parte os elementos constitutivos da tese, e por outro, os problematiza à luz da necessária dialética teórico/prática. Nos capítulos, vez outra, optou-se por uma organização em seções para auscultar e analisar aspectos específicos, contudo, sem perder-se de vista o fio condutor principal que constituiu em demonstrar que houve um processo de expansão da educação superior no Brasil nos últimos anos, marcadamente, protagonizado pela iniciativa privada.

No capítulo introdutório organizado em três seções faz-se uma primeira aproximação ao objeto em análise sinalizando para aspectos importantes a serem

⁹ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

contemplados no estudo, apresenta-se a metodologia adotada que orientou a feitura dos escritos, bem como considerações gerais quanto a estrutura do trabalho.

Já na primeira seção do segundo capítulo procura-se demonstrar como se processaram as mudanças no estágio atual do modo de produção chamado de capitalismo tardio e as repercussões destas na organização da vida em sociedade. São analisadas também as implicações que tais mudanças desencadearam no âmbito do mundo do trabalho e na concepção das políticas públicas educacionais.

Na segunda seção do mesmo capítulo, sustenta-se que há uma relação umbilical entre as novas feições do modo de produção capitalista tardio e as alterações engendradas nos marcos regulatórios que definem o papel do Estado na sociedade atual. Houve uma minimização da ação do Estado brasileiro no campo das políticas públicas, especialmente as afetas à educação. Com isso criam-se as condições ideais para a entrada e expansão de empreendimentos da iniciativa privada mercantil no setor da educação superior no Brasil.

Uma abordagem breve relacionada aos aspectos dos novos contornos da educação superior - os quais confirmam - que dos embates havidos prevaleceram os interesses do setor privado mercantil, está grafada na terceira seção.

Ladeado por um conjunto de informações extraídas do banco de dados do Inep e, transformados em composições gráficas, na quarta seção do segundo capítulo, demonstra-se de forma inequívoca a expansão do setor ocorrida no Brasil, capitaneada pela iniciativa privada. Também se destaca as agruras que o setor passa a enfrentar por conta da concorrência que se estabeleceu entre os empreendimentos que atuam neste novo segmento de mercado. Destaca-se ainda, o reposicionamento dos empreendimentos no setor que transitam de uma situação expansionista e de alta competitividade para a abertura ao capital internacional e entrada na bolsa de valores, o que inaugura uma nova fase desta atividade mercantil.

No terceiro capítulo, fez-se um retrato focado na gênese das instituições de educação superior privadas da cidade de Macapá/AP. Podem ser consideradas características enquanto elementos fundantes justificadores de sua instalação, presentes no contexto local da época: a insipiente oferta de vagas públicas para uma expressiva demanda real de candidatos; o pioneirismo; a preocupação e apelo ao desenvolvimento do Estado do Amapá e Região; a ausência de empreendimentos de cunho privado que ofertassem educação superior; a existência de demandas o que despertou o interesse em empreendimentos de cunho mercantil

a instalarem-se na cidade; a vocação regional; a presença de IES de outras regiões e a alta competitividade no setor.

Analisar as feições da educação superior privada de Macapá no período de 1990 a 2005 foi o objetivo do quarto capítulo e suas respectivas seções. Confirma-se nas cunhagens deste capítulo que a expansão no setor da educação superior no Brasil foi marcada pela expressiva participação da iniciativa privada por meio de empreendimentos que ofertam serviços educacionais espalhados por todo o país. As instituições de educação superior privadas tornaram-se parte dos negócios de muitas cidades brasileiras. Como instituições de negócios as mesmas mantêm uma forte presença nos cenários nacional, regional e, principalmente, no contexto local que passa a ser seu foco preferencial.

Na primeira seção do capítulo em tela, apresenta-se as características da educação superior no Brasil e na Região Norte. Ancorado em sete subseções, a segunda seção enfatizou a oferta de cursos, vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes da educação superior no Estado do Amapá. Na terceira seção, suscitou-se informações mais detalhadas sobre as IES do estudo, inserindo-se também dados da Universidade Federal do Amapá nas composições gráficas o que permitiu compreender melhor o fenômeno expansionista na cidade de Macapá. A função docente, no contexto da educação superior, a profissão docente no âmbito da educação superior privada são analisadas na seção 4 e respectiva subseção. Com informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, fez-se nessa seção uma análise dos resultados obtidos pelas IES no Estado do Amapá. Na sexta e última seção, bem como nas quatro subseções que a compõe fecha-se o quarto capítulo analisando o processo de expansão do setor privado na cidade de Macapá, seus protagonismos, especialmente, as ações focadas no desenvolvimento regional que no estudo é denominado de espraiado emancipador e tutelado assistencialista.

Por fim, no quinto capítulo, sustenta-se que a educação, um bem social está sendo transformada em mercadoria pelos empreendimentos da educação superior privada no Brasil. Na cidade de Macapá em razão de sua natureza encontra-se forte apelo comercial no posicionamento deste setor no mercado local. Na primeira situa-se a educação como fetiche, característica atribuída à mesma no contexto da educação superior mercadológica. Na seção seguinte, descreve-se as indelévels formas que são utilizadas pelos empreendimentos de educação superior para a apresentação aos potenciais consumidores da mais nova mercadoria em que foi transformada a

educação. Na última seção do capítulo, a nova mercadoria é situada no contexto das mercadorias e de consumo. Nos anúncios e na oferta dos produtos educacionais encontra-se um forte apelo comercial que enaltece os poderes que esta mercadoria contém no sentido da realização de sonhos e projeção ao sucesso.

2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO TARDIO¹⁰ E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E NOS PROCESSOS FORMATIVOS

2.1 A DESTRUTIVIDADE DO CAPITALISMO TARDIO

No presente capítulo, a partir das contribuições dos principais teóricos que têm se preocupado com o estudo das novas configurações que o capitalismo contemporâneo (tardio) está adquirindo, marcadas principalmente pela dinâmica das relações de produção, notadamente pela migração do modelo taylorista/fordista para o modelo toyotista, pretende-se reunir elementos que nos auxiliem a entender melhor o que se passa no mundo do trabalho e suas implicações nas reformas educacionais em curso em escala mundial, especialmente aquelas promovidas em nosso país.

A fase de acumulação capitalista tardia adquire características muito peculiares. Além de manter as tradicionais formas de acúmulo de capital nos setores primário e secundário, estende-se acentuadamente para o terceiro setor, ou o setor dos serviços. Onde homens e mulheres estiverem lá estará alguma mercadoria para dar seqüência ao processo de ampliação e acúmulo do capital.

Outra característica do capitalismo tardio diz respeito a sua forma virtual-financeira. Seu dinamismo ancora-se nas sofisticadas tecnologias microeletrônicas e

¹⁰ Em JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996, p. 23-24, encontramos que [...] parece correto afirmar que hoje temos uma idéia a desse novo sistema (chamado de “capitalismo tardio” para marcar sua continuidade em relação ao que o precedeu e não a quebra, ruptura ou mutação que conceitos como “sociedade pós-industrial” pretendiam ressaltar). Além das empresas transnacionais [...] suas características incluem a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosas de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores (incluindo as imensas dívidas do Segundo e do Terceiro Mundo), novas formas de inter-relacionamento das mídias (incluindo os sistemas de transportes como a containerização e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, ao lado das conseqüências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional, a emergência dos *yuppies* e a aristocratização em escala agora global [...] o qualitativo “tardio” raramente significa algo tão tolo quanto o envelhecimento, colapso ou fim do sistema como tal (esta é uma visão temporal, que parece pertencer mais ao modernismo do que ao pós-modernismo). O que “tardio” geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização, menos perceptíveis e menos dramáticas porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas.

de comunicação. Para a forma atual não há mais fronteiras, muito menos obstáculos. Sua forma virtual é sutil, indelével, quase invisível operando em todas as partes do mundo de forma instantânea e veloz.

Outra característica que marca a fase atual da acumulação capitalista é a associação do capital virtual-financeiro aos empreendimentos do terceiro setor. Um dos novos alvos da sanha capitalista tardia se situa no setor dos serviços. Trata-se da mercadoria chamada educação. Aos poucos foram removendo os poucos obstáculos que ainda restavam para a entrada definitiva deste setor no campo da expropriação mercadológica.

Hoje, ao invés de se instalarem indústrias, instalam-se empreendimentos, negócios no setor do ensino superior. Em cada canto do país, lá estará uma ou mais empresas do setor oferecendo seus produtos, que tendem a se diversificar cada vez mais. A expansão deste setor conforme será demonstrado no estudo é decorrente desta nova forma em que se transformou o processo de acumulação capitalista tardia.

Não há dúvidas de que o tempo presente, com todos os seus eventos, tem características que o diferencia de outros tempos, porém, afirmar tratar-se de um tempo singular e genuíno é ignorar a historicidade da existência material e humana como postula Jameson quando diz que:

[...] O delírio de apelar para qualquer elemento virtual do presente com o intuito de provar que este é um tempo singular, radicalmente distinto de todos os momentos anteriores do tempo humano, parece-nos, por vezes, abrigar uma patologia distintamente auto-referencial, como se nosso completo esquecimento do passado exaurisse na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico, incomparável por definição.¹¹

Oportuno, portanto é dizer que as novas configurações que estão se processando em amplos aspectos do modo de produção, dos modos de vida e da organização social, carregam as marcas de um tempo que se foi, mas nem por isso deixou de existir, um tempo que não se repete, mas nem por isso ausente, um tempo que já foi, mas continua, necessariamente, como prolongamento das existências.

¹¹ JAMESON, 1996, p. 17.

Historicizar o tempo presente, buscando os necessários vínculos com acontecimentos históricos e políticos do passado, constitui-se em tarefa importante para não se perder a dimensão temporal e histórica de nossas existências. Talvez não tenha existido na história da humanidade período que se possa comparar ao do final e início do século XX no tocante ao distanciamento e negação em relação ao passado, conforme nos alerta Hobsbawm quando afirma que:

A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. [...] Os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas.¹²

Nessa linha, argumenta-se que as transformações em curso na estrutura do modo de produção carregam marcas de um tempo ido, ao mesmo tempo em que são o embrião de uma série de outras mudanças, amplas e pontuais, que atingem a nós todos, e que ainda não sabemos ao certo que contornos adquirirão na sua constituição, Antunes;¹³ Castells;¹⁴ Jameson;¹⁵ Lombardi;¹⁶ Mészáros;¹⁷ Sanfelice;¹⁸

¹² HOBBSAWM, Erich J. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13-14.

¹³ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

¹⁴ CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁵ JAMESON, 1996.

¹⁶ LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE José Luís (Org). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

¹⁷ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transformação. São Paulo: Boitempo, 2002.

¹⁸ SANFELICE, José Luís. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador, SC: UnC, 2001.

Santos;¹⁹ Santos;²⁰ Saviani.²¹

No empreendimento teórico em questão, lança-se mão da teoria do materialismo histórico, por tratar-se da ferramenta teórica mais apropriada para estudar e compreender esse fenômeno, pois conforme ensina Frigotto citando Anderson²²:

Os fundamentos da pesquisa sobre trabalho-educação no interior do capitalismo tardio [...], para serem críticos, não podem ser buscados nos umbrais do estruturalismo, do pós-estruturalismo, ou do pós-modernismo, mas no materialismo histórico. A relação entre estrutura, determinações e sujeito, em sua tensão e mútua imbricação dialética deve ser considerada como fio condutor dos nossos objetivos específicos sobre a pesquisa trabalho-educação.²³

No entanto pode-se afirmar que os referenciais teóricos de forma geral estão em crise, todavia, “isso não configura o fim de nenhum destes”.²⁴ Todos ao seu modo, e de acordo com os interesses que os movem, continuam sendo utilizados para dar suas conformações e explicações da realidade social, inclusive o materialismo histórico - com a devida releitura face ao novo contexto sócio-histórico.

No que tange às análises que se posicionam numa perspectiva pós-estruturalista, pós-moderna, pós-crítica, em que pese suas contribuições no tocante ao questionamento à racionalidade capitalista, ao cientificismo e economicismo, têm a marca da ambigüidade. Seus problemas situam-se, de um lado, no fato de negarem as dimensões estruturais da realidade social e, de outro, de fixarem-se na suposta igualdade de forças dos infinitos aspectos desta. Trata-se de posturas que se negam a estabelecer relações, ou mediações, de maior determinação do que outras na produção de um determinado fato histórico e se fixam na descrição dos

¹⁹ SANTOS, B. S., 1997.

²⁰ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: RECORD, 2004.

²¹ SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

²² ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

²³ FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 70.

²⁴ *Id.*, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria; (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, 41.

fatos, dispositivos, falas, eventos, daí a razão bastante consistente em fazer-se a opção pelo viés do materialismo histórico Frigotto²⁵.

Hoje, mais do que nunca, é elementar direcionar nosso olhar nas formas e mecanismos que a dinâmica do capital está a engendrar. Na atual fase do capitalismo, sua dinâmica está a fugir de qualquer controle, seu dinamismo está mais para a destrutividade do que para a gestação de processos emancipadores. Para Antunes,

a sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, ao mesmo tempo em que cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado e estranhado, impede que os verdadeiros produtores da riqueza social participem até mesmo do universo (restrito e manipulado) do consumo.²⁶

Essa destrutividade, ainda de acordo com o autor, expressa-se também quando descarta, elimina e torna supérflua, descartável contingentes significativos da força humana mundial que trabalha, onde cerca de um terço se encontra ou realizando trabalhos parciais, precarizada ou desempregada. Por fim conclui Antunes²⁷, o capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho *part-time*, terceirizado, que se encontra em enorme crescimento no mundo produtivo industrial e de serviços.

Mészáros dentre outras contribuições, presta inestimável subsídio científico-político para entendermos o sociometabolismo que está no cerne da dinâmica do capital em seu estágio atual. O autor húngaro, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si, postula que ao “contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a exceção e não a regra”.²⁸ (grifos do autor).

Para este autor, o capital não é simplesmente uma “entidade material”, tampouco “um mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado”, [...] mas é sim, “em

²⁵ FRIGOTTO, 2001.

²⁶ ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Superfluidade. In: LOMBARDI, C. J.; SAVIANI, D.; SANFELICE J. L. (Org). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 36.

²⁷ *Ibid.*, 2002.

²⁸ MÉSZÁROS, 2002, p. 96.

última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico”.²⁹ O sistema, portanto, “forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio surgido no curso da história como uma poderosa estrutura ‘totalizadora’, de controle, mas de longe a mais poderosa à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, devem se ajustar”.³⁰

Com o referido autor, compartilha-se da idéia de que o modo de produção em seu atual estágio, (capitalismo tardio), globalizado e em escala mundial, constitui-se em estrutura altamente poderosa e totalizadora, mas não imune às categorias da historicidade, dinamicidade, destrutividade, mutabilidade e contradição a partir das quais se constituiu e continua a se constituir, daí razão bastante óbvia de sua possível superação, refutando-se igualmente a idéia do atual sistema ser base paradigmática para qualquer democracia concebível.

Não há, por fim, segundo os ensinamentos esclarecedores de Mészáros como pensar que a partir da “livre opção econômica”, no seu devido tempo, surgirão os frutos da “livre opção política”, pois,

não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente - e, neste importante sentido, ‘totalitário’ - do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos mais fortes e contra os mais fracos.³¹

Nós humanos somos produção histórica, nos fazemos nas mediações que estabelecemos conosco mesmo, com o mundo e com os outros. Também sofremos processos de mediação do mundo próximo e distante. Fizemo-nos no mundo e mediados pelo mundo somos. Na condição de portadores de historicidade, temos a possibilidade de engendrar processos históricos, ainda que limitados pelas relações sociais de produção de nossas existências.

²⁹ MÉSZÁROS, 2002, p. 96.

³⁰ *Ibid.*, p. 96.

³¹ *Ibid.*, p. 96.

Na condição de humanos, nos movemos em determinadas condições históricas, banhadas de contradições e antagonismos. É no movimento da história com suas variáveis e variantes que nós nos produzimos e somos produzidos, conforme esclarece Frigotto:

Que as condições não escolhidas se referem a um conjunto de determinações que produziram uma determinada estrutura e superestrutura social que nos condiciona. Não se trata, porém, de uma estrutura e superestrutura produzidas por uma causalidade relacionada às forças da natureza, mas de um processo teleológico tecido nas relações de força e de poder entre os próprios seres humanos. Trata-se, pois, de estruturas e determinações socialmente produzidas, e, portanto, socialmente passíveis de serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos.³²

Portanto, de longe está superada a contradição entre o trabalho social e as relações de produção no capitalismo tardio, há, um permanente tensionamento (dialético) entre as determinações estruturais situadas no âmbito das forças produtivas e relações de produção, e as forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das forças sociais e processos históricos, a luta de classes.³³

Aliás, essa contradição tem se acentuado com o avanço das forças produtivas - mediante, sobretudo a ciência e a tecnologia, incorporadas à produção - e a exponencial concentração de riqueza, que ao invés de liberar tempo de efetiva liberdade para o desenvolvimento humano, libera tempo supérfluo subordinado ao trabalho alienado, daí poder-se extrair o necessário ensinamento de que a tese da centralidade do trabalho continua válida, mais do que isso, é a partir do estudo desta que efetivamente compreenderemos as implicadas facetas do capitalismo contemporâneo (tardio)³⁴.

De outro norte, Antunes ao caracterizar o atual estado do capitalismo assinala que,

³² FRIGOTTO, 2002, p. 63.

³³ *Ibid.*, p. 64.

³⁴ *Ibid.*, p. 67.

estamos vivenciando a plenitude da sociedade involucral, geradora do descartável e do supérfluo. Nesta era da sociedade *entertainment* do qual o *shopping center*, este verdadeiro templo de consumo do capital, faz aflorar, com toda a evidência, o sentido do desperdício e de superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea; o que as classes médias altas e especialmente as classes proprietárias têm em abundância, de modo compulsivo, a maioria dos que vivem do seu trabalho (ou que dele são também excluídos) não pode sequer ter acesso visual.³⁵

Transformar em mercadoria a todos e a todas é o ideário e nesta condição somos supérfluos, descartáveis e sujeitos à destrutividade do mercado, como bem esclarece Antunes. Esta destrutividade que se expressa também quando nos leva a viver efemeramente, quando fratura nosso cotidiano. O dia já não é mais um dia por inteiro, hoje ele se constitui em um dia de momentos. O trabalho outrora fonte de segurança e estabilidade transformou-se em objeto de desejo, inalcançável para a maioria da população.

Em torno de uma lógica produtiva dinâmica, e por isso mesmo instável, gravitam homens e mulheres instáveis, multifacetados, incompletos, desesperados e inquietos, contudo esperançosos, crentes de em momento qualquer serem alçados para integrarem-se na dinâmica produtiva, ainda que sob condições adversas e temporárias.

2.2 A RE-ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA ADEQUAR-SE ÀS EXIGÊNCIAS DAS NOVAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO

Conforme assinalado anteriormente, estão em curso significativas mudanças e transformações que se processam no mundo do trabalho e na produção, originadas pelo incremento das relações sociais capitalistas e traduzidas, nesta virada de século, pelo expressivo avanço tecnológico e pela globalização do capital e do trabalho com repercussões profundas e variadas na organização da vida de todos nós, ainda que de forma peculiar. Nessa direção Saviani³⁷ ensina que:

³⁵ ANTUNES, 2002, p. 35.

³⁷ SAVIANI, 2002, p. 21.

Diferentemente da primeira revolução industrial, que operou a transferência das funções manuais para as máquinas, a revolução microeletrônica, também denominada “revolução da informática” ou “revolução da automação”, fruto do avanço tecnológico impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas do período de recuperação econômica pós-1930 e que se estende até 1970, transfere para as máquinas as próprias operações intelectuais. [...] Nesse processo, a capacidade produtiva do trabalho humano inegavelmente atinge proporções ilimitadas. A produção automatiza-se, isto é, se torna autônoma, auto-regulável, o que permitiria liberar o homem para a esfera do não-trabalho, possibilitando o cultivo do espírito através das artes, das ciências, da filosofia e do desfrute do tempo livre. Entretanto, essas potencialidades são tolhidas pelas relações sociais vigentes que, fundamentadas na apropriação privada dos meios de produção, dificultam a generalização da produção baseada na incorporação maciça das tecnologias avançadas. Nessas condições o avanço tecnológico foi utilizado para alterar o padrão produtivo, introduzindo a acumulação flexível a qual substitui o taylorismo-fordismo pelo toyotismo, com o que se deslocaram os mecanismos de controle para o interior das próprias empresas, secundarizando o papel dos sindicatos e do Estado.

Já a partir do final dos anos 80, entram em cena as reformas neoliberais que ainda estão em curso. Sob a inspiração do toyotismo, busca-se flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento. O Estado, agindo em consonância com os interesses dominantes, transfere responsabilidades, sobretudo no que se refere ao financiamento dos serviços e encargos educativos, mas concentra em suas mãos as formas de avaliação institucional. Assim também na educação, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle, inserindo-a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção da ordem vigente³⁸.

Conforme postula Saviani³⁹, está em curso nos meandros do modo de produção capitalista uma relevante transformação que atingiu em cheio o mundo do trabalho e a educação na segunda metade do século XX, mantendo-se presente no princípio do século XXI, que consiste em um processo intencional de administração das crises. Mediante esse processo, a política econômica mundial alterna deliberadamente períodos de crescimento e de recessão ou combina crescimento em alguns países e recessão em outros. Com isso, ela mantém nas mãos da grande burguesia internacional o controle da situação, neutralizando, em conseqüência, as pressões dos trabalhadores. De acordo com Saviani⁴⁰, “não é possível, portanto,

³⁸ SAVIANI, 2002, p. 23.

³⁹ *Ibid.*, p. 23-24.

⁴⁰ SAVIANI, 2002, p. 17.

compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea sem se compreender o movimento do capital”.

Postulado semelhante encontramos em Ianni ao cunhar em seus escritos que:

Estão em curso reformas nos sistemas de ensino em escala mundial, sob orientação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), desde os anos 50 do século XX, adentrando ao século XXI, notadamente de caráter “economicista” e “tecnocrático”, abandonando os valores e os ideais humanísticos de cultura universal e pensamento crítico, ao passo que implementam diretrizes, práticas, valores e ideais pragmáticos, instrumentais e mercantis. Tudo o que diz respeito à educação passa a ser considerado uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital; o que passa a influenciar decisivamente os fins e os meios envolvidos; de tal modo que a instituição de ensino, não só privada como também pública, passa a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado.⁴¹

De outro norte, Santos⁴², ao discutir o papel da universidade no século XXI, atribui à perda de prioridade na universidade pública e nas políticas públicas do Estado, a perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo teórico-ideológico conhecido por neoliberalismo aspecto propulsor da denominada “globalização neoliberal” que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente.

O autor defende que o “modo selvagem e desregulado como este mercado emergiu e se desenvolveu são a prova de que havia a favor dele uma opção de fundo”.⁴³ Essa opção na verdade constitui-se daquilo que o mesmo nomeou de “descapitalização e desestruturação da universidade pública a favor do emergente mercado universitário”.⁴⁴

No processo de mercadorização da universidade podem-se identificar duas fases,

⁴¹ IANNI, Octávio. O cidadão do mundo. In LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE José Luís. (Orgs) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 32-33.

⁴² SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 17.

⁴³ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 17.

na primeira, que se situa do início da década de 1980 até meados da década de 1990, expande-se e consolida-se o mercado nacional universitário. Na segunda, ao lado do mercado nacional, emerge com grande pujança o mercado transnacional da educação superior e universitária, o qual, a partir do final da década, é transformado em solução global dos problemas da educação por parte do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio.⁴⁵

Já quanto ao processo de mercadorização - o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade - constitui-se no pilar que transforma a educação como bem público em mercadoria.

O primeiro nível de mercadorização consiste em induzir a universidade pública a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, nomeadamente através de parcerias com o capital. Mantém-se a sua autonomia e privatiza-se parte de seus serviços. O segundo nível consiste em eliminar tendencialmente a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercadoria.⁴⁶

Por fim, têm-se as agências educacionais que,

passam a ser vislumbradas como um dos elos de socialização dos conhecimentos técnico-científicos historicamente produzidos pelo desenvolvimento de habilidades, capacidades e competências sociais requeridas, predominantemente, em sintonia com o setor produtivo.⁴⁷

Nessa mesma direção, Frigotto afirma que a “educação formal e a qualificação formal são situadas como elementos de competitividade, reestruturação produtiva e da ‘empregabilidade’”.⁴⁸

As indicações dos autores já citados e de outros que se dedicam ao estudo estabelecem uma relação profunda entre aquilo que acontece no mundo do trabalho

⁴⁵ SANTOS, 2004, p. 17.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 18-19.

⁴⁷ DOURADO, L. F.; PARO, Vítor Henrique. H. (Orgs.) **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001, p. 49.

⁴⁸ FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 15.

e o que se propõe em termos de educação. Se no cenário mundial, na macro estruturação do capital e das formas de produção estão se processando profundas mudanças, isso também estaria acontecendo nas formas de conceber, organizar e patrocinar a educação?

Para Scheibe,

as reformas educacionais levadas a efeito na última década em nosso país, bem como em outros países da América Latina, têm como objetivo adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado.⁴⁹

Por sua vez, Dourado, afirma que o processo de reforma do Estado no Brasil se dá neste cenário - o do ideário neoliberal - e está assentado em premissas de modernização, racionalização e privatização, tendo o mercado como portador da racionalidade sócio-política, conservadora, configurando-se pela minimização do papel deste no tocante às políticas públicas. O mercado, portanto, como eixo das relações sociais, a defesa do Estado Mínimo em detrimento do Estado Benfeitor, tem sido orientador das políticas sociais e muito especialmente das políticas educacionais.⁵⁰

Neste sentido, é importante aprofundar o estudo sobre e a partir do mundo do trabalho, não que esse seja determinante pura e simplesmente, mas para captar o movimento que está se dando no seu interior e, assim, ser possível decifrar as relações que daí decorrem, as quais, possivelmente, como já apontado anteriormente, têm implicações na re-estruturação das políticas públicas e da educação em nosso país.

Se de início havia uma grande desconfiança que mais uma vez no Brasil se estava promovendo ajustes microeconômicos, políticos e educacionais, diga-se - a partir de experiências mal sucedidas em outros países - para adequação a uma lógica macroeconômica, hoje temos indicativos e evidências de que isso efetivamente está se processando. Para Nunes, "a [...] I reforma estrutural da educação brasileira, em seu aporte institucional, curricular e jurídico, em curso

⁴⁹ SCHEIBE, Leda. Formação docente para a Educação Básica: um desafio par ao Ensino Superior no século XXI. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (Orgs.) **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 12.

⁵⁰ DOURADO, 2001, p. 49.

durante toda a década de 1990, encontrou na reforma educacional espanhola sua inspiração principal”.⁵¹

O autor sustenta, ainda, que na Espanha, como aqui no Brasil, as reformas caminharam na direção da ampliação ideológica do neoliberalismo e redução participativa dos setores sociais críticos à lógica instrumental do capital, nada mais fazendo que uma atualização modernizadora reformista e adaptativa da educação ao projeto neoliberal.

Outro autor que é emblemático ao abordar o tema é Sguissardi. O mesmo vê uma nítida transferência de responsabilidade em se tratando da oferta de educação superior no contexto nacional e internacional. Neste sentido afirma que,

serão os ventos e a avalanche neoliberais na economia, na reforma do Estado e na concepção do conhecimento e do ensino superior como bem privado, quase-mercadoria, serviço educacional regulamentável no âmbito na Organização Mundial do Comércio, que irão condicionar nos últimos anos a nova configuração da universidade em nosso país e no exterior, também sob o ponto de vista dos modelos universitários.

A drástica redução do financiamento público, a criação de fundações privadas no interior das IES públicas, entre outras formas de retirada do Estado da manutenção do setor, e a contenção na sua expansão, assim como o desenfreado processo de expansão da universidade privada, em especial a com fins lucrativos; o aumento da diferenciação institucional e a adoção de modelos gerenciais ou empresariais de administração universitária, são apenas algumas decorrências das profundas mudanças na economia pós-fordista e na organização do Estado pós-moderno ou pós-Estado do Bem-Estar.⁵²

Posto está, assim, que em nosso país, a exemplo do que ocorreu em tempos passados, somos submetidos a um conjunto de reformas que alteram, substancialmente, a organização da sociedade brasileira em vários aspectos, especialmente aos relacionados à educação superior, sem se saber, ao certo, os resultados desse movimento de ajuste em pleno processo de constituição.

⁵¹ NUNES, César. Filosofia, dialética e educação: elementos para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador, SC: UnC, 2001, p. 158.

⁵² SGUISSARDI, Valdemar. A universidade no Brasil dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília. (Org.) **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 364-365.

2.3 NOVOS CONTORNOS NOS MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA SUA OFERTA E ORGANIZAÇÃO

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 16 de dezembro de 1996, no contexto das reformas neoliberais no Brasil constituiu-se em marco e abertura para a entrada da iniciativa privada no setor da educação superior no Brasil. O formato do texto aprovado é síntese de um longo embate, que durou cerca de oito anos, entre duas propostas distintas. A primeira, conhecida como Projeto Jorge Hage, foi o resultado de uma série de discussões e debates abertos com a sociedade, organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo apresentado na Câmara dos Deputados. A segunda proposta foi cunhada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em articulação e tutela com o poder executivo através do MEC.

As propostas divergiam fundamentalmente em relação ao papel do Estado na educação. Enquanto a proposta dos setores organizados da sociedade civil apresentava uma grande preocupação com instrumentos de controle social do sistema de ensino, a proposta dos senadores previa uma estrutura de poder mais centrada nas mãos do governo. Apesar de contemplar alguns aspectos levantados pelo primeiro grupo, o texto final da LDB se aproxima mais das idéias levantadas pelo segundo grupo, resultado da influência e apoio do governo neoliberal de FHC nos anos derradeiros da tramitação.

Conforme Dourado (2001), a LDB, de inspiração neoliberal, e consubstanciada em uma sucessão de decretos que a antecede e a sucede, redireciona o paradigma da educação e da escola no Brasil. Representa, pelo menos em relação ao projeto inicial, ao projeto aprovado na Câmara e ao substitutivo Cid Sabóia, um recuo em termos de responsabilidade estatal pela implantação de um sistema nacional de educação pública e pela ampla democratização da educação, enfatizando ao contrário, o trinômio produtividade, eficiência e qualidade total.

Essas categorias, indubitavelmente, se inserem no processo de globalização e permitem uma maleabilidade maior das IES na relação necessária que estabelecem com o mundo do trabalho e com os processos produtivos. A atual

dinâmica da produção acompanhada por um conjunto de novas exigências laborais e formativas também rompe com as antigas formas de gestão e de formação impondo às IES desafios permanentes no sentido de adequação e atendimento a esta dinâmica. Ainda, e em compasso com o processo de expansão do capitalismo em nosso país, instalado está um tensionamento entre educação pública e privada.

No embate, têm-se indicativos suficientes para afirmar que as forças político-econômicas que atuam no setor privado da educação superior no Brasil foram vitoriosas, prevalecendo, portanto, o viés mercadológico neste campo de atuação das empresas de serviços educacionais.

Em 1997, conforme dados do MEC/Inep/Deaes, por exemplo, tinha-se um total de (900) IES. Destas (211) eram públicas o que correspondia a 23,44%. Já em 2005 registra-se um total de 2.165 IES das quais (231) são públicas o que equivale a 10,67%, e (1.934) IES de caráter privado, ou seja, nada menos que 89,33%. Nota-se, portanto, um encolhimento de 12,77% no setor público para uma ampliação de 12,78% no período no setor privado. Há sem dúvidas expansão no número de IES no Brasil, todavia e notadamente protagonizada pela participação do setor privado.

Os dados permitem afirmar que se tem expansão, mas com novos contornos. Na expressão e advertência de Silva Jr. e Sguissardi, estes, ou às novas faces da educação superior no Brasil e os efeitos das mudanças ocorridas no interior do capitalismo não estão circunscritas aos aspectos meramente econômicos. Suas repercussões atingem aspectos mais amplos da sociedade, assim expresso nas palavras dos autores:

O processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação segundo sua própria racionalidade, entretanto, não o fazendo apenas do ponto de vista econômico: no ato mesmo da reorganização econômica, a esfera de natureza simbólica-cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da lógica do capital em um processo de subsunção do educacional à produção, econômica, no contexto de tecnificação da política e da cultura. Portanto, a um só tempo, redefinem-se as ações de natureza pública e privada, nas mais variadas atividades humanas no âmbito do Estado e da sociedade civil.⁵³

⁵³ SILVA Júnior João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. ver. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001, p. 80.

Ademais, pode-se afirmar que os processos econômicos e os novos atores sociais são definidores em grande parte na configuração da vida acadêmica, administrativa e pedagógica das IES. Conforme Trigueiro,

as IES são instadas a mudar processos, rotinas, currículos e a sua própria forma tradicional de inserção e relacionamento com a sociedade. Tudo isso acontece no momento em que se verifica a ampliação de novos cursos, vagas e estratégias de competição entre estas instituições, redirecionando antigas formas de disputa e envolvendo não só o setor público/estatal como também o setor privado.⁵⁴

A dupla face colocada por tais demandas é perversa, já que, por um lado, exige-se qualidade - o que requer das IES cada vez mais investimentos para atendê-la - e por outro, o prazo de vencimento para esse atendimento assume uma dimensão específica de efemeridade para atender determinadas necessidades. Em decorrência ter-se-á, possivelmente, ao contrário do que acontecia até então, a redução dos tempos de duração dos cursos e a oferta destes com seus respectivos percursos cada vez mais efêmeros. Certo é que com o processo de “industrialização do setor de ensino”⁵⁵ teremos uma “reconfiguração do campo educacional, segundo uma racionalidade não específica de sua natureza [...] fazendo-se de forma ampla, conjugando setores do Estado, da sociedade civil e do setor produtivo”.⁵⁶

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL: AS AGRURAS DA LIVRE CONCORRÊNCIA

O setor da educação superior privada no Brasil ainda está sob os efeitos das novas *nuances* que o mesmo adquiriu no contexto das reformas neoliberais implementadas no país, especialmente a partir dos anos 90. Se nas três décadas anteriores o setor amealhava grandes lucros com essa atividade, principalmente,

⁵⁴ TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **O ensino superior privado no Brasil**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000, p. 17.

⁵⁵ Expressão cunhada por ENGUITA, Mariano Fernández. **Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993, p. 260.

⁵⁶ SILVA JR; SGUISSARDI, *op cit.*, p. 103.

pela pouca concorrência que existia, a partir de meados de 90 e com maior repercussão nos dias atuais, o setor experimenta as agruras da competitividade e da concorrência reclamadas pelo setor para a sua expansão, mas indesejáveis quando se trata de manter a qualidade a um custo menor e com redução da aferição de lucro com esta atividade mercantil.

Alguns elementos de ordem estrutural conjugados com outros de ordem conjuntural vão dando os contornos a este setor, que denomino de “atividade sujeita as regras do livre mercado”⁵⁷. O setor vive, portanto, uma transição marcada por **bons dividendos** para um estado de **alta competitividade** e diminuição acentuada de lucros⁵⁸.

Os gráficos a seguir nos auxiliam a sustentar o argumento de que uma transição está acontecendo neste setor, cujas conseqüências ainda não estão totalmente dadas, mas que podem ser desenhadas, propósito este estabelecido para o presente estudo e que será feito mais adiante.

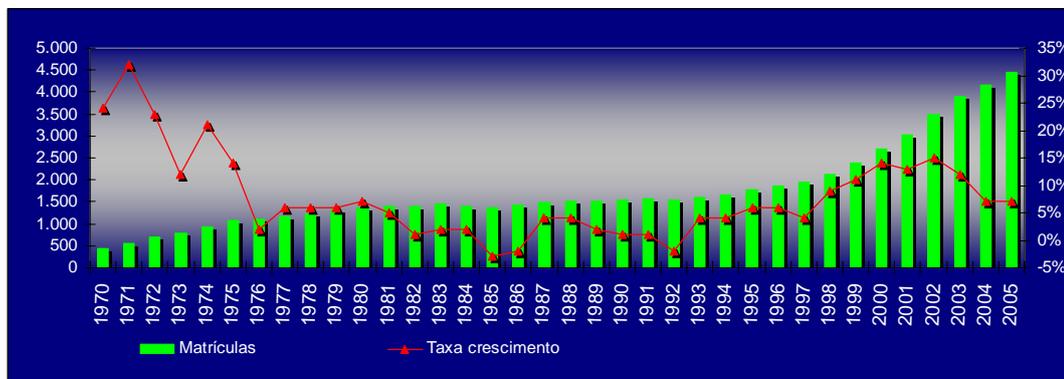


Gráfico 5⁵⁹ - Número de matrículas na educação superior de 1970 a 2005 (em milhares)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Da leitura do gráfico acima se pode extrair, dentre outras, duas informações importantes: a primeira confirma a existência do ciclo expansionista caracterizado pelo aumento de matrículas que iniciou em 1970 mantendo-se em curva ascendente até 2005. Tal curva pode ser explicada pelo aumento da oferta de vagas, a

⁵⁷ Grifo nosso.

⁵⁸ Grifos nossos.

⁵⁹ Gráfico elaborado a partir de modelo de BRAGA, Ryon. In: Elementos mercadológicos e competitivos na gestão das instituições de ensino superior. Palestra, 2006.

flexibilização dos processos de seleção, a interiorização das IES, a diminuição do valor médio das mensalidades pela presença da concorrência que se instala juntamente com os empreendimentos de caráter privado, a existência de uma demanda reprimida, formada acentuadamente com ingressantes nas faixas etárias acima de 24 anos, somada à associação que tem sido feita pelo setor entre formação em nível superior e sucesso profissional.

A segunda informação, não menos importante, revela e sinaliza para uma estabilização das taxas de crescimento do setor, decorrente da diminuição da demanda de possíveis ingressantes. Tal situação vai acarretar e exigir do setor novos ajustes no tocante a seu posicionamento no mercado. As IES diante do aumento de vagas disponibilizadas resultado do fenômeno expansionista e a redução da demanda por educação superior, marcas do setor no momento, são impelidas a assumirem-se cada vez mais enquanto empreendimentos perfilados às leis do livre mercado.

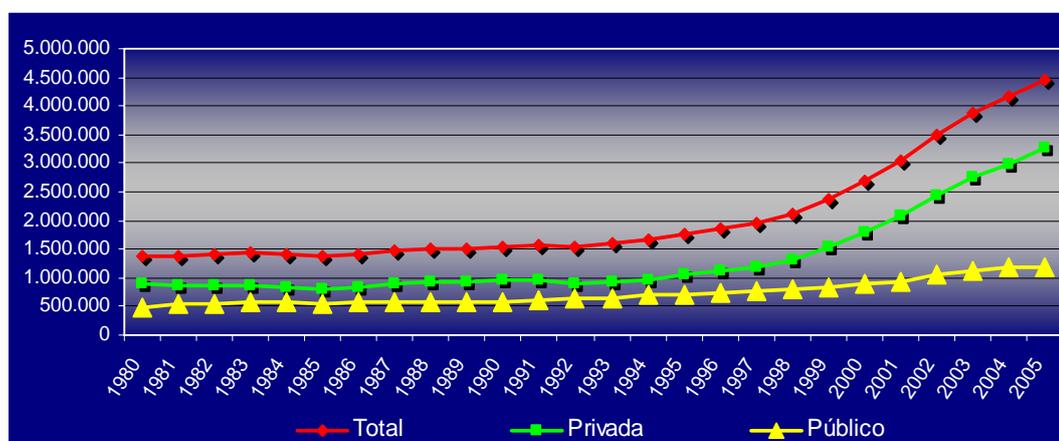


Gráfico 6 - Evolução da matrícula por categoria administrativa (1980-2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Nas curvas esculpidas no gráfico acima, por conta do fluxo de matrícula registrado no período de 1980 a 2005, fica evidenciado mais uma vez, o que o estudo de forma recorrente vem assinalando. Houve expansão no setor com o aumento na oferta de vagas e este se deu notadamente pela iniciativa privada. Há uma simetria entre a curva ascendente que inicia em 1996 quanto ao total de

matrículas e as registradas no setor privado, enquanto que as do setor público revelam uma pequena alteração para mais.

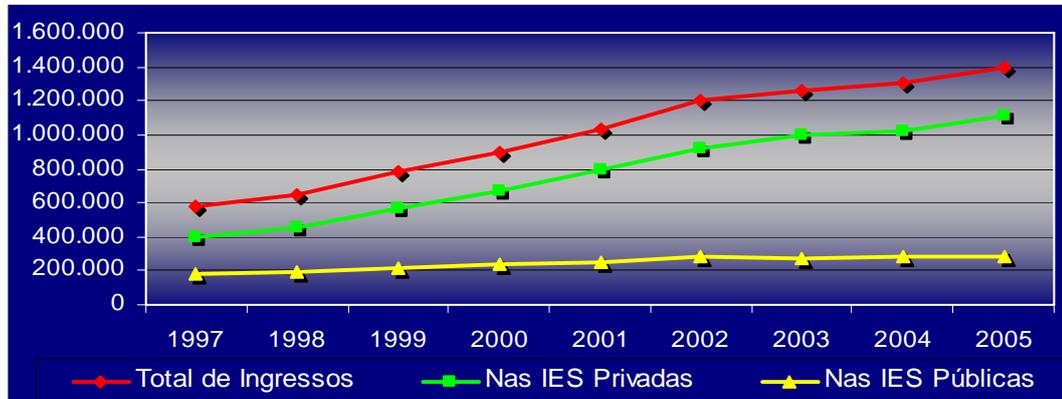


Gráfico 7 - Número de ingressantes na graduação das IES brasileiras por categoria administrativa de 1997 a 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Seguindo a lógica anterior o gráfico (7) confirma o que se sustenta no presente estudo. Houve um acentuado crescimento no número de alunos ingressantes na educação superior, reconhecidamente em IES de cunho privado. No período de 1997 a 2005, enquanto que o número de ingressantes no setor público fica praticamente inalterado, as IES privadas registram um aumento superior a cem por cento. Neste sentido, pode-se afirmar que a política de transferência da responsabilidade da oferta de educação superior do Estado para a iniciativa privada foi exitosa.

Nesta linha as políticas de incentivo disponibilizadas pelo Estado tais como o Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), contribuíram de forma substancial para a robustez do setor e a ampliação das matrículas. Potenciais consumidores vêm-se contemplados com essas políticas, pois as mesmas são suporte financeiro inicial importante para brasileiros e brasileiras desprovidos de recursos financeiros suficientes para custear o ônus dos serviços utilizados.

Estes, para obterem um curso superior aderem aos programas de financiamento transpondo, desta forma, a linha que os separa ao acesso pela razão financeira. O número de alunos que aderiram ao ProUni saltou de 112.275 mil em

2005 para 160.852 em 2007. Com relação a bolsas ofertadas no triênio 2005/2007 no Estado do Amapá totalizaram 1.073 correspondendo a 0,29%, do total de 359.525 ofertadas no Brasil.

No período 2005/2007 os valores estimados/despendidos pelo ProUni e que são considerados renúncia fiscal, foram respectivamente os seguintes conforme visualizado no gráfico a seguir: em 2005 a renúncia fiscal correspondeu a R\$ 106.737.984,00 (cento e seis milhões, setecentos e trinta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais), para o ano de 2006 e 2007 os valores estimados respectivamente foram de R\$ de 114.721.456,00 (cento e quatorze milhões, setecentos e vinte e um mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais) e, R\$ 126.050.707,00 (cento e vinte e seis milhões, cinqüenta mil e setecentos e sete reais).

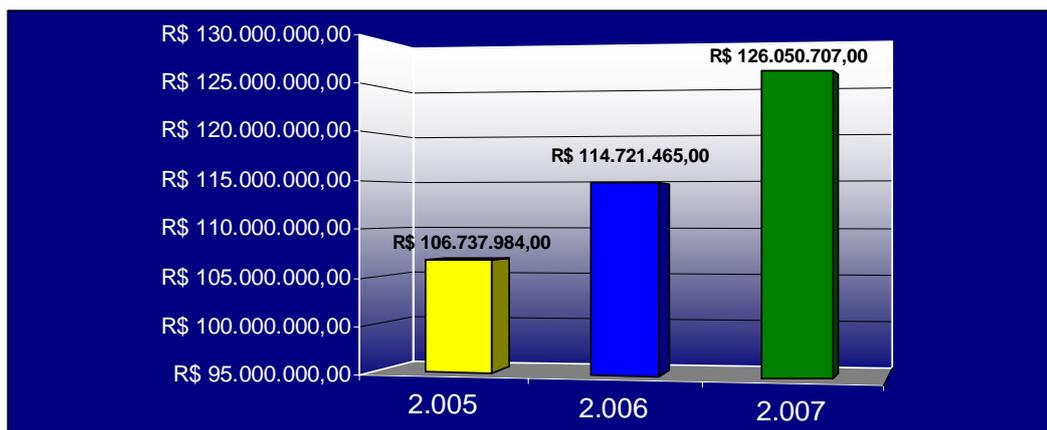


Gráfico 8 - Valores estimados ProUni (2005 - 2007)

Fonte: Receita Federal - Coordenação-Geral de Política Tributária Nota COPAT nº. 2007, de 02/03/2007

Por outro lado, na análise dos dados relativos ao setor percebem-se consistentes sinais de que há mudanças em curso. Se por um lado, conforme visualizado no gráfico (9), o número de ingressantes entre o ano de 1997 a 2005 tem se movimentado em curva ascendente, o percentual de crescimento tem oscilado, atingindo seu ponto máximo em 1999 com a taxa de 20,9% e está em curva de declínio desde o ano de 2002 chegando em 2005 com uma taxa de crescimento de apenas 0,8%.

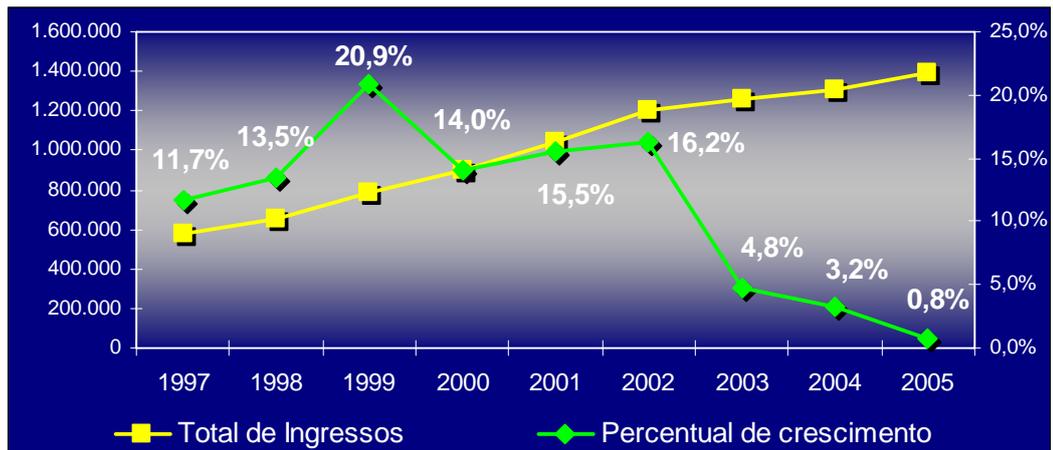


Gráfico 9 - Ingressos e percentual de crescimento na graduação brasileira de (1997 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

A educação superior privada nos tempos atuais começa a experimentar os efeitos perversos das políticas públicas educacionais adotadas no Brasil na década de 90 e que lhe oportunizaram a entrada no setor. A mesma lei do livre mercado que passa a se fazer presente naquele momento e lhe era muito favorável dada às circunstâncias conjunturais, hoje impõe ao mesmo e aos empreendedores desta atividade econômica limites na expansão e cuidados na gestão pela alta competitividade já identificada e com a tendência de acentuar-se.

No gráfico (10) as linhas indicam que do ano de 2000 a 2004 ocorreu um aumento no número de vagas disponibilizadas, mas não ocorreram ingressos na mesma proporção, daí resultando uma oferta maior que a demanda, originando a instalação da competitividade e concorrência.

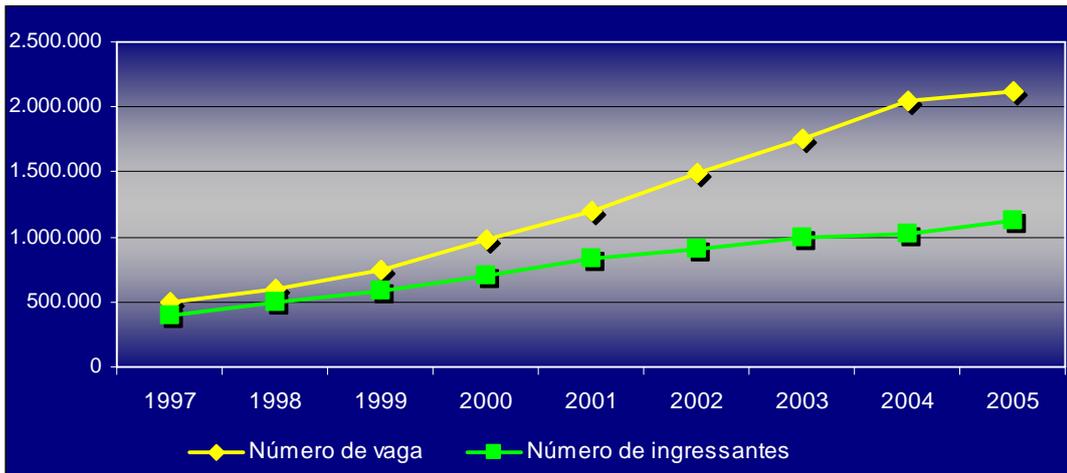


Gráfico 10 - Relação ingressante/vaga na educação superior privada (1997 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na composição gráfica a seguir, tem-se uma ilustração do novo cenário com o qual o setor da educação superior privada terá que lidar. O cenário em processo de constituição sinaliza para uma estabilização, até decréscimo das matrículas e concluintes do ensino médio brasileiro. Do ponto mais alto da taxa de crescimento atingido pelo ensino médio em 1997 (11,6%), para uma taxa de (-1,4%) em 2006. Essa situação deve provocar significativas alterações no modo de ser e de fazer a gestão das IES, pois reflete um refluxo no setor com a diminuição de ingressos, conseqüentemente acarretará diminuição de receitas.

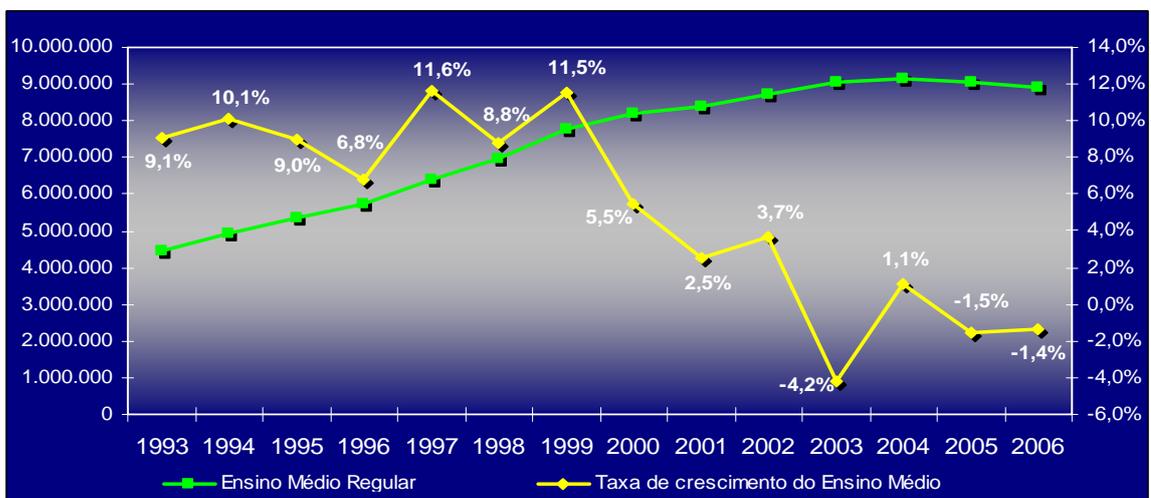


Gráfico 11 - Evolução matrículas ensino médio no Brasil de 1993 a 2006

Fonte: MEC/Inep/Deaes

A diminuição de potenciais consumidores da mercadoria educação associada a crescente oferta desta, trará conforme sustentado no presente trabalho um alinhamento das IES para um viés cada vez mais mercadológico, a incorporação/fusão de empreendimentos, a associação de empreendimentos de educação a outras atividades mercantis, a transnacionalização do setor, bem como a possível falência de outras, constituem-se não apenas em sinais que se avizinham, mas são fato real.

Nessa linha há indicativos consistentes que confirmam a reconfiguração do setor que transita da fase de expansão e consolidação para a fase da abertura para o mercado internacional e a entrada na bolsa de valores, situação que acarretará também novos desdobramentos sob o ponto de vista da gestão e subsistência enquanto empreendimentos de mercado.

Comuns são as manchetes e notícias que se reportam a este tema encontrado na mídia. Na edição de agosto de 2007, na Revista Ensino Superior anuncia-se o que pode ser a marca dos tempos que serão experimentadas pelo setor da educação superior privada no país. As IES de cunho privado, que aqui são denominadas de empresas prestadoras de serviços educacionais, dentre outros, oferta o que habitualmente é conhecido como sendo ensino superior, passam a constituir-se, transformam-se, ou são transformadas em ações comercializadas na Bolsa de Valores, e ou, associam-se ou são associadas, inclusive por este mecanismo ao capital transnacional.

O anúncio do mês de agosto de 2007 encontrado à (p. 4) da revista anteriormente citada mostra as transformações já em curso no setor. No canto esquerdo superior da referida página está esculpido: “Pitágoras entra na Bolsa de Valores” com a seguinte descrição:

A Kroton Educacional, empresa que administra o grupo Pitágoras, de Minas, publicou um aviso ao mercado de que vai abrir capital na bolsa de valores. Será a segunda instituição de ensino superior brasileira a passar pelo processo. O prospecto disponível no site da Kroton mostra que mais de 50% do capital poderá ser vendido. Dessa maneira, não haverá sócio majoritário e os acionistas poderão interferir igualmente na organização e decisões da empresa.⁶⁰

⁶⁰ ENSINO SUPERIOR. São Paulo: Segmento, ano 9, n. 107, 2007, p. 4.

Na mesma página, na parte direita superior, lê-se “Fundação Portuguesa chega a Suzano” com a cunhagem do enunciado a seguir:

O Instituto Jean Piaget assinou, em Viseu, Portugal, um contrato com o município paulista de Suzano para a construção de um centro universitário na cidade. A nova universidade está avaliada em mais de € 25 milhões (R\$ 64 milhões), mais pode chegar a € 40 milhões (R\$ 106,4 milhões). O centro universitário deve receber os primeiros alunos em 2009. O presidente do Instituto Piaget disse, à Agência Lusa, que estão previstas três fases. A primeira, que envolve mais de 40% do investimento, será feita em dois anos. Apenas a primeira etapa deve custar aproximadamente € 7,5 milhões de (R\$ 19,2 milhões). A universidade terá 18 cursos em áreas como engenharia, ciências sociais e humanas, economia e gestão, saúde, educação e motricidade humana. Segundo o presidente do Instituto Piaget, a instituição poderá futuramente abrir novas universidades no Brasil. ‘Se, em Portugal, temos sete, no Brasil podemos ter mais. Mas é um trabalho para 20 ou 30 anos’, afirmou. O instituto já está instalado em outros países de língua portuguesa como Angola, Cabo Verde e Moçambique.⁶¹

Para subsidiar a argumentação em tela destaca-se uma terceira informação “Anhanguera compra instituições no Sul” que integra a seção da p. 4 denominada pela revista de Mural, Política, Economia e Sociedade esculpida conforme segue:

O vice-presidente da Anhanguera Educacional, José Luís Poli, anunciou no final de julho a assinatura de contrato com a mantenedora Sociedade Educacional Noiva do Mar para adquirir o controle acionário das faculdades Atlântico Sul de Pelotas e Rio Grande, ambas no Rio Grande do Sul. O valor do negócio foi mantido em sigilo. Segundo Poli, uma pesquisa preliminar foi determinante para o investimento na região. O tamanho da cidade e o número de formandos de segundo grau sem acesso ao ensino superior garantiram que exista mercado para expansão na Zona Sul, disse o vice-presidente ao jornal Diário Popular, do Rio Grande do Sul. A proposta da Anhanguera é implantar os novos cursos em tramitação, cuja aprovação é esperada para até novembro. Outros cursos, especialmente da área de engenharia, terão pedidos de aprovação ao Ministério da Educação encaminhados em setembro, para autorização em um ano, em média, segundo o vice-presidente. Em dois anos, a Anhanguera quer ter 15 cursos em cada uma das duas faculdades da Atlântico Sul.⁶²

Os três destaques feitos anteriormente ilustram com precisão a transformação que já está em curso no dinâmico setor da educação superior privada no Brasil.

⁶¹ ENSINO SUPERIOR, 2007, p. 4.

⁶² *Ibid.*, p. 4.

Tomemos as principais categorias presentes nos escritos para entender a reconfiguração em processo. No primeiro destaque encontra-se: bolsa de valores, acionistas, sócios majoritários, decisões da empresa. No segundo tem-se: está avaliada, investimentos, novas universidades, está instalado em outros países. Já no terceiro destaque dito está: controle acionário, valor do negócio, mantido em sigilo, pesquisa preliminar, investimento na região, mercado para expansão, implantar novos cursos.

No contexto em apreço pode-se formular a seguinte convicção: *a educação superior privada foi transformada em mercadoria e assim é tratada pelos empreendedores do setor.*⁶³ É assim que este se movimenta e, é assim, que esse se situa no mercado. O setor é visto desta forma. Não deixa de ser um empreendimento como outro qualquer. As regras de mercado, as oportunidades de mercado, a disponibilidade de acionistas compradores e investidores, o potencial consumidor é que irão definir se tal investimento ou empreendimento deve ou não ser realizado.

Para isso, não há mais fronteiras internas e nem externas. As IES ultrapassam os limites territoriais locais, instalam-se onde há mercado potencial consumidor. Nos empreendimentos há a associação entre investidores locais e transnacionais. Ademais, a categoria ou figura do controle acionário, ou do controlador dos investimentos (agora também presente no setor) exigirá, desencadeará um novo tipo de gestão. Não haverá espaço para amadorismo, romantismo, boa vontade. A gestão dar-se-á sempre na ótica de dividendos econômicos. Não se quer aqui desmerecer a gestão de resultados, mas sim a mudança que esta nova configuração do setor está adquirindo e as repercussões que isso provocará nas organizações.

Por, um lado, tem-se a abertura de mercado para colocar em processo de competição IES x IES, redesenhando o cenário da educação superior no Brasil, por outro, novas categorias fundantes, como as anteriormente demonstradas, estão presentes e cada vez mais vão assumindo papéis determinantes na constituição dos cenários futuros desta atividade.

Estes novos protagonismos traduzem-se em fatos, em atitudes, em decisões, em novos investimentos, que atingem todos os espaços. Onde há espaço territorial e potencial consumidor lá estarão os empreendimentos, sem contar os espaços virtuais que demandam outra análise e que são componentes também definidores do setor em

⁶³ Grifo nosso.

análise, bem como elementos no contexto local que combinados aos externos dão vigor à expansão do setor.

A cultura local, o fetiche presente no imaginário social, especialmente em setores que até então não tiveram a oportunidade de fazer um curso superior, para os quais o título acadêmico representa uma nova condição social, são fontes que ainda alimentam a capacidade de expansão do setor mercantil, inclusive com a prática de preços exorbitantes na comercialização de seus produtos.

Em Macapá, no contexto das novas configurações do setor, ainda em processo de transição e constituição, os desdobramentos de mercado, também já estão em marcha. O estudo proposto examina a expansão da educação superior privada ocorrida nos últimos quinze anos no município protagonizada, principalmente, pelas dez IES que compõem a unidade de análise da presente tese.

Fato é, que em dias recentes, dentre as dez IES em análise, desdobramentos vêm ocorrendo. Estão em andamento tratativas que indicam aquisição/fusão de empreendimentos locais. Em pelo menos uma situação, na feitura do processo seletivo/vestibular 2008, este se dá de forma unificada, entre duas IES e que permite a transferência dos alunos entre os empreendimentos signatários do documento, conforme transcrito abaixo:

Instituto de Ensino e Cultura do Amapá, IECA, denominado Faculdade Brasil Norte, FABRAN, e o Instituto Macapá de Ensino Superior, IMES, denominado Faculdade de Ensino Superior da Amazônia, FESAM, realizarão o Processo Seletivo 2008 - 1º. Semestre unificado e em fases independentes, a partir do mês de outubro, prolongando-se pelos meses subseqüentes. [...] Este Processo [...], é unificado, de modo a permitir, a qualquer momento do curso, a transferência do aluno do curso de um Instituto para o mesmo curso do outro, a critério da direção geral das Instituições.⁶⁴

Este é o processo em curso. A lógica do mercado orienta o processo. Os interesses privados e o bom humor dos acionistas definem a hora, o local, a envergadura deste ou daquele investimento que deva ou não ser concretizado. Do bom humor e dos dividendos que se espera de determinados empreendimentos é que podem nascer ou desaparecer instituições de educação superior.

⁶⁴ Informações extraídas do Manual do Candidato, Processo Seletivo 2008 1º. Semestre. Macapá/AP, Faculdade Fabran - Brasil Norte e Faculdade de Ensino Superior da Amazônia - Fesam, 2007.

3 A GÊNESE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ: DE 1990 A 2005

No presente capítulo, a partir de informações reunidas por meio de entrevista semi-estruturada, realizada junto aos dirigentes máximos das IES objeto de estudo, complementadas com outras extraídas de documentos institucionais compor-se-á a gênese das IES privadas da cidade de Macapá/AP.

O entremear de lentes que conduzirão a feitura do retrato procurará captar os movimentos iniciais que deram origem às IES situadas entre os quinze anos definidos como período cronológico do estudo. Contudo, é importante que se registre que na composição dos retratos deve-se levar em consideração o ângulo e posicionamento do personagem que dirige e conduz as lentes. As lentes captarão imagens, movimentos, informações a partir do olhar de quem as conduz.

Destarte, embora nesse processo de composição de distintos retratos se reconheça o esforço do necessário distanciamento, bem como de manterem-se as lentes tecnicamente ajustadas para captar na sutileza dos movimentos caracterizados, principalmente, pelo dito-não-dito ou bem-dito informações essenciais para uma boa composição fotográfica do período em estudo, certamente, as marcas do condutor estarão presentes, dada a impossibilidade de separar-se este do objeto que capta as digitais cunhadas no tempo e no espaço e relacionadas ao próprio objeto de estudo.

Na incursão, destaca-se que tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento situam-se em um movimento dialético e dinâmico em que vez o sujeito que está a fotografar, nos seus melhores momentos de posicionamento das lentes, consegue captar imagens antes nunca vistas, outra, é na movimentação do objeto que variadas formas e conteúdos dão-se a revelar.

O objeto do conhecimento não pode ser entendido como uma entidade autônoma e independente do sujeito. Entre o sujeito e o objeto se dá uma relação dialética e dinâmica. Nesse sentido, dizemos que conhecimento é conhecimento de alguma coisa e por alguém.⁶⁵

⁶⁵ GAMBOA, Silvio Sánchez. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: SP: Práxis, 1996, p. 39.

Este será o olhar e o princípio que norteará todo o escrito. Nas dobraduras dos fatos e fenômenos buscar-se-á elementos para dar forma à propositura definida e em construção.

Dez são as IES que nasceram ou que se instalaram no período de 15 anos na cidade de Macapá. Protagonizaram em nível local o expansionismo do setor que atingiu todo o país. Os empreendimentos conforme se depreende das informações extraídas das entrevistas, de documentos institucionais, dos sítios eletrônicos das IES, das publicações do INEP, moveram-se, ora por sonhos e desejos pessoais, ora por tradição familiar de entes que atuavam no setor educacional em nível da educação básica, e, notadamente pelas razões de mercado.

3.1 PIONEIRISMO, EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: PERSCRUTANDO O NASCEDOURO DAS IES NA VOZ DE SEUS DIRIGENTES

Conforme o interlocutor (1), a primeira IES denominada de Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap), surgiu de um desejo pessoal da família que atuava na educação em outros níveis. Como havia demanda e somente o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), uma espécie de campus avançado da Universidade Federal do Pará (UFPA) que ofertava educação superior, transformou-se uma necessidade em oportunidade e assim nasceu a primeira IES de cunho privado na cidade de Macapá. A mesma foi autorizada e instalada no ano de 1990. Até então, os alunos egressos do ensino médio que possuíam condições financeiras procuravam outros centros do país para cursar o ensino superior.

A idéia surgiu de uma necessidade que nós observamos. Os alunos, estudantes que concluíam o ensino médio antes de 1992, eles teriam que obrigatoriamente que se deslocar aqui de Macapá em busca de continuar seus estudos, então de uma necessidade, de uma aspiração da própria sociedade, dos próprios estudantes e nós então observando isso criamos o Centro de Ensino Superior do Amapá, justamente para ver se atendíamos esse pessoal para continuar conosco aqui na nossa cidade (interlocutor 1).

Hoje, sabido é, que o Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap) é associado à Universidade da Amazônia (Unama), também de cunho privado, tornando-se assim em IES bem posicionada no cenário local e regional, todavia, não a exime de ter que se mover em um ambiente cada vez mais competitivo, pois, o fato de estar associada a outra IES, embora lhe traga alguns benefícios, não a torna imune à dinâmica de mercado, feição cada vez mais explícita e assumida pelo setor.

Em 2000, nasceu a segunda Instituição de educação superior de Macapá. Da mesma família que cunhou a primeira IES privada no Estado do Amapá, nasceu neste ano a segunda IES também de caráter privado conforme dito pelo seu dirigente máximo e sócio-proprietário, interlocutor (2), bem como pelos documentos institucionais consultados. A oferta de vagas para ingresso somente aconteceu para o ano de 2001, uma vez que o ato autorizatório foi publicado nos dias derradeiros do mês de dezembro de 2000.

A Faculdade Seama surgiu da necessidade de preenchimento de ofertas de ensino superior no Estado do Amapá. Havia apenas uma IES particular com cursos de Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis. Sentindo essa carência, a Seama procurou investir em cursos de grande demanda nacional para trazer ao jovem amapaense a possibilidade de cursar estes aqui perto de sua família, de seu habitat e a grande motivação foi a de ajudar a construir um Amapá melhor, com mais oportunidades, mais desenvolvimento, mais futuro e esperanças ao jovem e à toda a comunidade. O contexto era de carência de ofertas no ensino superior (interlocutor 2).

A terceira IES que se instalou na cidade de Macapá não participou do estudo, razão pela qual as informações cunhadas ao longo do estudo foram retiradas de documentos institucionais disponíveis, e em versão *on line*.

Conforme apontado pela interlocutora e dirigente máxima da quarta IES particular a se instalar na cidade de Macapá, esse desejo já era alentado há mais tempo. O ato autorizatório foi publicado no mês de dezembro de 2001. Vontade e desejo, são marcas anunciadas na implantação de mais um empreendimento educacional na cidade.

A Faculdade Atual era um desejo antigo da anterior sócia, que já tinha uma escola de 1º. e 2º. Grau e pretendia oferecer o curso superior. Eu comecei como consultora do projeto, ela não teve condições de estruturar sozinha e nós decidimos em torno da sociedade e depois de 2 anos eu comprei a parte dela. Eu acredito muito na educação como uma forma de transformação da vida das pessoas da Amazônia, não só da Amazônia, mas de todo lugar, enfim abracei isso mesmo como um projeto de vida (interlocutora 4)

O quinto empreendimento privado de educação superior que foi instalado na cidade de Macapá data do ano de 2002. Trata-se da Faculdade do Amapá (Famap), uma espécie de franqueada ou subsidiária da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro. A mesma adota outra lógica na sua instalação. Posiciona-se em segmentos do mercado que apresentava ainda grande demanda, em comparação aos dias atuais. De acordo com o interlocutor (5):

O cenário em 2001 quando surgiu o projeto (Famap) aqui no Estado do Amapá era diferente do de hoje. [...] Tinha uma demanda muito grande na área da administração e do direito. Então a Famap surgiu para cobrir esse vácuo, esta demanda reprimida que existia. Só que o cenário hoje mudou. Logo com a implantação da Famap em 2002 também começou a surgir inúmeras outras instituições. Hoje nós já sentimos que a demanda não mais existe, a competitividade entre todas estas IES é muito grande, chega até ser desleal em alguns momentos pela busca do acadêmico, pela busca do candidato ao vestibular, então é uma disputa muito grande neste aspecto e nós temos que sobreviver dentro desse mercado (interlocutor 5).

A alta competitividade presente hoje no cenário da educação superior na cidade de Macapá apontada pelo interlocutor acima é, na verdade, uma marca do setor. A competitividade e a concorrência são intrínsecas às instituições privadas, principalmente em um contexto com demandas restritas e circunscritas a determinado espaço geográfico. A cidade de Macapá, dada às suas circunstâncias topogeográficas, culturais e econômicas, por ora apresenta um crescimento vertical e circular. A expansão econômica/social também é circular e vertical. É neste contexto que as IES movimentam-se e se posicionam, daí ser pertinente a preocupação do interlocutor e dirigente máximo da IES, quanto a concorrência que o setor passa a experimentar.

A situação da concorrência, muitas das vezes desleal, tem sido preocupação do setor de ensino superior brasileiro. Na edição de recente publicação o presidente do Semesp⁶⁶, Hermes Figueiredo, em seu escrito anuncia a criação da Câmara Mediadora de Assuntos Concorrenciais, afirmando que,

[...] o setor de ensino superior brasileiro deu provas de maturidade e alcançou uma conquista há muito desejada. [...] A existência de um órgão conciliatório servirá para evitar a disseminação de efeitos que, muitas vezes, podem ser solucionados em sua raiz, de forma conciliatória. A Câmara Mediadora de Assuntos Concorrenciais será um fórum permanente para auxiliar em questões como a 'guerra' desenfreada de preços das mensalidades e outras estratégias predatórias de competição entre as instituições de ensino.⁶⁷

A criação da Câmara Mediadora, embora se situe no âmbito do ensino superior privado do Estado de São Paulo, trará repercussões no contexto do setor em nível nacional, uma vez que este é um problema enfrentado em todos os quadrantes do Brasil, sem se contar dos efeitos que ainda hão de advir com a entrada dos empreendimentos transnacionais neste segmento de mercado, embora limitados a 30% pela Proposta da Reforma Universitária.

O Instituto Macapaense de Ensino Superior (Immes) é a segunda de quatro IES que se instalam no ano de 2002 em Macapá e a sexta na cidade. As razões apontadas para mais um empreendimento educacional na cidade pouco diferem das demais. As demandas de mercado, o desprendimento e doação para auxiliar no desenvolvimento do Estado do Amapá são indicados como justificativa de acordo com as palavras colhidas na sexta interlocução e esculpidas a seguir.

O Immes surgiu da necessidade de se ter outros cursos no Estado do Amapá, e da existência de demanda. Cursos que realmente atendessem a essa demanda, e por meio destes discutir-se o desenvolvimento do Estado. Neste sentido, foram idealizados os nossos cursos. Fizemos uma avaliação do que já existia em termos de cursos na cidade. Havia a carência de cursos focados no desenvolvimento do Estado do Amapá, por exemplo, diferente como nós pensamos o nosso curso de Engenharia Florestal, o de

⁶⁶ Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

⁶⁷ FIGUEIREDO, Hermes. Em busca da conciliação. **Ensino Superior**, São Paulo, Segmento, ano 9, n. 108, 2007, p. 10.

Serviço Social, o curso de Psicologia e de Nutrição. Com esses cursos atenderíamos a demanda não só do aluno, que saía daqui para estudar fora, porque não havia oportunidade de fazer esses cursos aqui, mas também, buscando no meio acadêmico a discussão do desenvolvimento do Estado. Com isso poder-se, realmente, e por meio da pesquisa, da extensão se buscar o desenvolvimento do Estado, discutir com o meio acadêmico e com os profissionais que já existiam esse desenvolvimento que traz logicamente recursos e melhoria na qualidade de vida do povo do Amapá (interlocutor 6).

No fundo, os empreendedores, mesmo não assumindo explicitamente o fato de alvejarem dividendos financeiros com esta nova atividade no contexto econômico comercial local, vêem na demanda potencial de consumidores uma oportunidade de renda gerada pela venda de um produto ou uma mercadoria, ainda que se trate de educação. Ou alguém acredita que um empreendimento privado, com fins lucrativos, ou até mesmo não visando o lucro como fim deste, subsistiria neste contexto sem assim atuar?

Embora os empreendedores apresentem razões até um tanto românticas para justificar a implantação de suas atividades, é plausível aceitar o fato destas situarem-se em um contexto de mercado. Assim, restam-lhes poucas possibilidades, como se tem demonstrado no estudo, além daquelas tipicamente afetadas aos meandros da dura realidade concorrencial mercadológica.

O sétimo empreendimento educacional do setor da educação superior privada na cidade de Macapá foi implantado também no ano de 2002. Trata-se da Faculdade de Macapá (Fama). Conforme o sexto interlocutor e dirigente máximo da IES à época da entrevista, a mesma instalou-se, associada em forma de parceria, com um Colégio tradicional da cidade.

Este empreendimento está associado à UNIC, conforme revelado pelo interlocutor do estudo.

A Faculdade de Macapá (Fama) pertence ao grupo (UNIC) que possuem outras doze instituições espalhadas pelo país: Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Bahia e agora aqui em Macapá. A Fama veio para Macapá mais precisamente no dia 27 de setembro de 2001, graças a uma parceria firmada com o Colégio Santa Bartoloméia que é uma Instituição de Ensino com 40 anos de tradição aqui na cidade de Macapá (interlocutor 7).

Neste caso, tem-se a criação de uma IES em associação estratégica a um tradicional e bem sucedido estabelecimento de ensino na cidade. Além disso, os empreendedores valeram-se de estudos preliminares para tomar a decisão em instalar na cidade de Macapá o seu décimo segundo empreendimento, conforme estampado nas palavras do interlocutor.

Naquela época nós enviamos um grupo de consultores para fazer uma análise do mercado da região norte e entre as informações que nós colhemos optou-se pela cidade de Macapá aqui no Estado do Amapá, em virtude da grande demanda de pessoas que precisariam ser qualificadas e da pouca oferta de curso até então existentes aqui. [...] A oferta de vagas era bastante limitada e IES de outras regiões do país fretavam até aviões para as pessoas de Macapá fazerem vestibular em como é o caso da Universidade Mogi das Cruzes e a Braz Cuba (interlocutor 7).

Um desafio apontado pelo interlocutor diz respeito a não existência de profissionais qualificados para implementar cursos de graduação na cidade. Tal fato também é relatado por outros interlocutores, os quais fazem menção a não existência de quadros profissionais qualificados para assumir as funções da docência na educação superior.

A Faculdade Fama usa como estratégia, para resolver esta questão, a oferta de cursos de especialização para preparar quadros profissionais que atendam às emergentes demandas profissionais produzidas pela oferta de novos cursos na cidade.

Havia um problema muito sério. Existia na cidade mão-de-obra, mas pouco qualificada, não existiam pessoas qualificadas para que a gente pudesse de imediato dar início com os cursos de graduação, nós tínhamos 4 (quatro) cursos de graduação aprovados, mas não tínhamos professores. A Fama adotou a seguinte estratégia: fornecer um curso de pós-graduação para qualificar os nossos professores e aproveitar alguns desses alunos para trabalhar na graduação. Foi o que ocorreu, nosso primeiro vestibular foi em meados de 2002, julho de 2002 a agosto de 2002. Quando efetivamente começamos os cursos de graduação, já a pós-graduação não. Nós, ainda no final do ano de 2001 iniciamos com cursos de especialização para qualificar profissionais para a atuação nos cursos de graduação (interlocutor 7).

Uma das características da educação superior privada na cidade de Macapá tem sido, na sua fase inicial, a da dificuldade de encontrar em nível local profissionais com

qualificação necessária para a atuação no setor. Cada empreendimento, ao seu modo, procurou resolver a questão, uma vez que o corpo docente poderia representar um diferencial para o aluno no momento da opção por esta ou aquela, IES.

A Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (Fatech) é a oitava IES de cunho privado a se instalar na cidade de Macapá e a quarta no ano de 2002. Na fala do interlocutor e dirigente máximo da mesma encontram-se elementos que corroboram o construto de uma das características que marcaram o início desta atividade no Estado do Amapá. Trata-se da dificuldade que os empreendedores encontraram para contratar quadros profissionais qualificados para assumir os postos de trabalho que eram oferecidos em razão da implantação de novos cursos de graduação na cidade.

A Fatech situa-se neste contexto. Inicia suas atividades com a implantação do curso de Teologia. Aliás, este é o único curso da IES até o presente momento. A mesma é concebida a partir do sentimento muito particular de seu proprietário.

A Fatech surgiu de um sentimento muito profundo no meu coração. Entrei com o projeto do MEC para a autorização do curso e o credenciamento da IES, que não foi muito fácil, aliás, foi muito difícil. Foi difícil conseguir o corpo docente qualificado. Mas graças a Deus nós, conseguimos em 2002 a autorização do curso pelo MEC e o credenciamento. A Fatech é a 1ª Faculdade de Teologia e Ciências Humanas do Estado. Para nós é uma vitória muito grande, não é orgulho, mas é uma satisfação muito grande que nós temos em saber que Deus nos permitiu e nos deu de presente, e o povo precisava. Digamos graças a Deus porque alcançamos o objetivo, estamos já no 4º ano e este ano se Deus quiser se forma a primeira turma e vamos levando aí com muita dificuldade, mas nós sabemos que Deus está no projeto (interlocutor 8).

Qual é a gênese da educação superior privada no município de Macapá? Está na alma, no coração, no desejo, na bem-aventurança e no bem querer o germe que deu origem à história desta modalidade de educação no Estado do Amapá? Aos poucos, recolhido das interlocuções estabelecidas com os dirigentes maiores das IES privadas da cidade de Macapá, é possível destacar alguns aspectos que marcam a possível gênese.

Na constituição dos empreendimentos é inegável a presença da idéia motriz do pioneirismo, do apelo para o desenvolvimento do Estado do Amapá, e de certa aposta pessoal em uma atividade identificada com o proponente, muito ligada às

crenças, convicções e paixões de cunho muito pessoal. Contudo, outra marca, a do negócio que pode gerar dividendos, mesmo que de forma indelével, entremeia todos os empreendimentos.

Ademais, encontramos a presença de uma característica que se dá no contexto da educação superior privada no Brasil. Instituições de educação superior de centros maiores, já consolidadas, em face muitas das vezes da concorrência acirrada estabelecida nos espaços geográficos do seu nascedouro, expandem sua atuação para outros nichos de mercado. Seguem a mesma lógica das demais empresas capitalistas.

Como demonstrado, estudos preliminares indicam a sua expansão para regiões ou localidades onde há demanda potencial de consumidores. Na cidade de Macapá, das IES estudadas, ao menos três instituições possuem estas características, ou seja, são uma espécie de subsidiárias de empreendimentos educacionais instalados em outras regiões do país.

O nono empreendimento do setor da educação superior privada foi implantado no ano de 2003. Conforme seu dirigente máximo, o Instituto de Ensino e Cultura do Amapá (Ieca),

surgiu da necessidade social das cidades da região, ainda carente de curso de formação superior, fato que levava a população estudantil a procurar os grandes centros, distantes das suas residências e que, além dos transtornos que acarretavam implicavam ainda em gastos extras muitas vezes incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade. Desta forma, o processo de criação do Ieca, foi decorrente da ampliação de sua área de atuação surgida em função das demandas da população local (interlocutor 9).

A existência da suposta demanda por educação superior na cidade e no Estado do Amapá foi outro forte argumento utilizado até aqui por todos os empreendimentos que se instalaram na cidade voltados para esta atividade mercantil. Contudo, outros elementos fundantes combinados com esse foram decisivos na gênese constituinte deste setor. A educação superior na cidade de Macapá alterou e continua a alterar a paisagem da cidade.

Em que pese o caráter privado e pago desta modalidade de educação é inegável a sua contribuição na configuração de novos protagonismos na cidade e nos

contextos em que atuam os egressos dos cursos implantados pelas instituições de educação superior privada de Macapá, contudo, o que se sustenta também aqui é de que o caráter mercadológico situado por dentro dos empreendimentos não pode deixar de ser considerado como marca e característica na gênese destes.

Por fim, cunham-se as características da décima IES de caráter privado particular instalada na cidade de Macapá objeto do estudo em tela. A Faculdade de Tecnologia do Amapá (Cete) instalou-se no ano de 2004. Esta iniciou suas atividades, na verdade, em 1993 por meio da oferta de cursos livres de informática, contudo o objetivo final sempre foi o de alçar para a oferta de cursos em nível superior, como descreveu o interlocutor e dirigente da IES.

A Faculdade de Tecnologia do Amapá (Cete) iniciou suas atividades em 1993 por meio dos cursos de informática livres. Desde então, atua na área do ensino de informática. Eu comecei com cursos livres, porém sempre almejando o ensino regular e claro já projetando o ensino superior. Este sempre foi um projeto maior, então surgiu do contexto do seu educador e também o de iniciar os nossos projetos contemplando os cursos de informática (interlocutor 10).

Mais uma vez esculpida está a marca pessoal na instalação de um novo empreendimento de educação superior privado na cidade de Macapá. Contudo, o idealizador e proprietário desta IES a situa claramente no contexto de mercado. Para este, a iniciativa privada visa o lucro, embora não desconsidere que a qualidade é meta a ser alcançada.

É claro, nós da iniciativa privada o objetivo nosso é o lucro, mesmo que sempre pensando na qualidade, oferecer uma educação de qualidade cada vez melhor, mas não dá para oferecer esta sem o retorno financeiro, quer dizer, precisa ter o financeiro para bancar a qualidade (interlocutor 10).

Outra característica presente neste empreendimento é a marca do pioneirismo. Este tem sido reiteradas vezes utilizado como elemento justificador da implantação da IES.

Nós quando começamos com cursos de informática, nós fomos praticamente os pioneiros. Havia outras escolas, mas foram escolas que se instalavam com curta duração. Nós percebemos isso, e ainda, que havia a necessidade, por exemplo, de uma escola técnica. Então nós implantamos a primeira escola técnica em informática, porque havia necessidade e carência de mercado. Também porque nosso objetivo era ampliar nossos horizontes [...] passar para Escola Técnica Regular e depois para Faculdade de Tecnologia (interlocutor 10).

Em síntese, na parte anterior esculpiu-se a gênese da educação superior privada na cidade de Macapá no período de 1990 a 2005. Podem ser consideradas características enquanto elementos fundantes justificadores de sua instalação, presentes no contexto local da época e facilmente perceptíveis: a insipiente oferta de vagas públicas para uma expressiva demanda real de candidatos; o pioneirismo; a preocupação e apelo ao desenvolvimento do Estado do Amapá e Região; a ausência de empreendimentos de cunho privado que ofertassem educação superior; a existência de demandas o que despertou o interesse em empreendimentos de cunho mercantil a instalarem-se; a vocação regional; a presença de IES de outras regiões; a alta competitividade no setor.

Todavia, nas faces ocultas de muitos desses empreendimentos, e como resultado das suas empreitadas, conforma-se e consolida um ideal de cidadão e de sociedade. Homens e mulheres são e existem enquanto existências potenciais e consumidoras de fato. Potenciais, pois crianças e jovens desde cedo são ideologicamente preparados, para estudar nesta ou naquela IES e, conseqüentemente, serão alguém na vida.

Os consumidores de fato, são aqueles que se situam em contextos próximos, mais sensíveis e vulneráveis à sociedade mercantil consumidora fazendo-os presas fáceis da falácia veiculada, propagada reiteradamente, de que a academia produz, *ipso facto*, sucesso profissional, qualidade de vida, futuro seguro.

Consolidam-se os ideais do neoliberalismo globalizado com suas intermináveis e efêmeras fruições consumidoras. Tudo é situado no mundo das mercadorias. Alunos que pagam, e por isso definem a dinâmica dos processos educativos. Empreendimentos que compram o trabalho profissional, por isso decidem sobre as tonalidades a serem utilizadas para tingir o cotidiano das salas de aula. As texturas uniformes auxiliam na produção de um protótipo idealizado para um possível mercado.

Falta faz uma problematização mais profunda sobre as humanas existências, sobre o sentido da vida, sobre as outras possibilidades, por exemplo: da educação enquanto um bem social, a academia enquanto espaço do debate aberto, da formação do pensamento crítico e comprometido com ideais da possível convivência colaborativa e fraterna.

Falta faz uma educação superior situada na pluralidade, no bem pensar, no bem querer, na boa vida, na cultura coletiva, no rigor e profundidade do debate, livre de preconceitos e tutela. Falta faz uma educação dos direitos, da justiça, da inclusão, da emancipação, marcas de um ideal de homens e de mulheres que se situam para além do mundo das mercadorias.

3.2 FORMAÇÃO FLEXÍVEL, CELERIDADE E RUÍNAS: O GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO NA INSTALAÇÃO DE IES DE CUNHO PRIVADO NA CIDADE DE MACAPÁ

Na parte em análise procurar-se-á destacar a partir das interlocuções estabelecidas com os dirigentes das IES que se instalaram na cidade de Macapá, entre o período de 1990 a 2005, a importância que estes atribuem às mesmas no cenário da educação superior privada local. Pioneirismo e preparo dos amapaenses para o crescimento, desenvolvimento do Estado do Amapá e da região é contribuição que a primeira IES que se instalou na cidade pode oferecer à comunidade local. Ressalta-se aqui que este pioneirismo pode ser sinônimo de quem chegou primeiro, a vantagem que levou sobre as demais e não necessariamente como protagonismo do desenvolvimento emancipador.

O discurso do pioneirismo e do preparo das novas gerações para o processo de desenvolvimento do Estado e da região é constituinte argumentativo e justificador da instalação da primeira IES e recorrente nas outras IES que são instaladas na cidade de Macapá. Tal argumento fica evidenciado nas palavras recolhidas junto ao dirigente máximo da IES em análise, conforme segue:

A importância que eu vejo, é o preparo dos amapaenses para o crescimento, o desenvolvimento do Estado e da região. Nós precisávamos preparar justamente pessoas, da própria região. Eu acredito que é bem melhor para a região para que ela possa contribuir para o desenvolvimento do Estado. Nós estamos ofertando todos os cursos de todas as áreas. Hoje, por exemplo, o Ceap já está com cursos nas três áreas: ciências humanas, ciências biológicas e ciências exatas graças a Deus (Interlocutor 1).

No estudo, também é recorrente o discurso e apelo ao desenvolvimento do Estado e da região como forma de se justificar a instalação das IES. Do contrário seria difícil mesmo justificar a instalação de uma IES. Essas precisam, de fato, ter um vínculo com o desenvolvimento de uma cidade ou de uma região. Bastante óbvio, portanto, é atribuir como fim da IES o comprometimento com o desenvolvimento do Estado.

A segunda IES que se instalou, atribui como importância a qualidade dos cursos que a mesma pode proporcionar nas atividades a serem desenvolvidas. Outro aspecto apontado é a participação na vida comunitária da sociedade. Ainda, o de formar um profissional competente, crítico, criativo e ético.

A importância da Faculdade Seama penso que seja mais do que a oferta de cursos inéditos de educação superior no Estado. A qualidade que a IES procura imprimir em suas atividades, não só nos cursos, mas na estrutura especialmente idealizada e construída para ser um ambiente de ensino, a aquisição de professores já titulados, laboratórios de primeira qualidade, tecnologia de ponta e participação na vida comunitária da sociedade. Creio que o aluno da Seama possa estudar confiante de que estamos realizando nossas atividades com o fulcro de ajudar a construí-lo num bom profissional, competente, crítico, criativo e ético (Interlocutor 2).

Formar quadros profissionais locais na própria cidade é tido como importante. Aliar formação de mão-de-obra local e desenvolvimento do Estado é outra importância atribuída na instalação da quarta IES na cidade de Macapá. Em mais uma IES - Faculdade Atual - a categoria da formação de quadros profissionais locais para contribuir com o desenvolvimento do Estado é apresentada com alto grau de importância.

Considerando que o Estado do Amapá é novo e que a região norte era a menos desenvolvida do país e tem essa imensidão de terra, se torna difícil buscar qualificação fora do deste. Então, eu vejo que o aumento de cursos superiores no Estado do Amapá é hoje um grande benefício, porque nós podemos formar com qualidade profissional da região norte, e, sobretudo que o Estado do Amapá está em pleno e constante desenvolvimento, é uma questão de aliar seriedade e compromisso. Dá para oferecer um curso com baixo custo e de qualidade como é o nosso e de algumas outras congêneres. Então eu vejo como uma forma muito boa de desenvolver o Estado com mão-de-obra local sem haver necessidade de qualificação fora do Estado, que é difícil (interlocutor 4).

De fato, o discurso e argumento em favor da qualificação de mão-de-obra e do desenvolvimento de uma cidade e de um Estado é muito forte e convincente. Qual é o sentido de uma Instituição de educação superior? Afora as importâncias apontadas, que outras podem ser escaladas para tornar importante a presença de uma IES na cidade?

Empenhar-se na responsabilidade social e no remodelamento do perfil comercial da cidade e do panorama do Estado é apontado como importante feito pela quinta IES privada que se instalou na cidade de Macapá. A formação profissional da Famap é focada na problemática local e estadual, e constitui-se em preocupação da instituição conforme interlocução a seguir:

A importância está em umas das características da Faculdade do Amapá (Famap) que é a responsabilidade social. Também queremos proporcionar ao Estado, colocar no mercado de trabalho administradores com condições de enfrentar o mercado e mudar inclusive o panorama do mesmo hoje. Não há um setor produtivo aqui muito forte. Da mesma forma não há um setor comercial muito forte. A gente vê o comércio do Amapá; é um comércio que precisa ser remodelado e então dentro desse cenário também eu acredito que nós estamos procurando cumprir o nosso papel para que a gente possa colocar esses novos profissionais para a gente remodelar a situação (interlocutor 5).

O sexto empreendimento de educação superior privado na cidade de Macapá é apresentado como importante, pois, foca o ensino em cursos com identidade local e regional, articulando a pesquisa e extensão e seu desenvolvimento na problematização do contexto local.

Já a Faculdade de Macapá (Fama), sétimo empreendimento do setor na cidade, apresenta-se como importante pela diversidade de cursos, proporcionando as maiores oportunidades ao povo de Macapá. Outro aspecto indicado e que define sua importância é o compromisso com as questões sociais e o desenvolvimento do Estado do Amapá.

Hoje, seguramente, a Faculdade de Macapá é a maior do Estado e que oferece as maiores oportunidades para o povo de Macapá. Seu papel é revelador, principalmente nas questões sociais e no desenvolvimento do nosso Estado, na qualificação profissional e do ser humano (Interlocutor 7).

A oitava IES, pelas suas próprias características, tem uma importância peculiar conforme suscitado por intermédio de seu dirigente e proprietário. A mesma mantém um único curso. Trata-se do curso de Teologia. O mesmo é tido como importante por fazer a hermenêutica religiosa.

Porque ser teólogo, não é só crer na bíblia, no que a Bíblia diz. É estudar, conhecer e interpretar a palavra de Deus é conhecer a hermenêutica, é fornecer a homilética é conhecer os conteúdos exegéticos. Isso está dentro do curso e, é de grande importância, até porque, se sabe que o nosso Estado já fez concurso para ensino religioso e quem não for cursado não tem como, pode até fazer o concurso e passar, mas na hora de apresentar os documentos, seu currículo, cadê o curso? Não vamos poder entrar nas escolas, nos colégios para dar o ensino religioso. Há uma grande importância, tanto para o povo, como também para os bacharelados, os mestres de teologia, porque é profissionalizante, desenvolve o Estado tanto no sentido secular como também no religioso (interlocutor 8).

Formação profissional, preparação para o mercado de trabalho, desenvolvimento do Estado são igualmente tidos como importantes e justificam a existência das IES.

No nono empreendimento de educação superior privada instalado na cidade de Macapá, aponta-se como elemento importante na sua constituição o conhecimento. Este é entendido como ferramenta para realizar a análise da realidade social, econômica, política e cultural, tendo como objetivo a sua

compreensão. Outro aspecto indicado é a formação de profissionais comprometidos com a resolução dos problemas do Estado e da região.

Reconhece-se a importância do conhecimento para a formação de sujeitos, e para o processo de desenvolvimento da sociedade. O leca pretende produzir conhecimento articulando o ensino com pesquisa a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, para melhor compreendê-la e na mesma intervir. Para realizar esta missão a instituição assume compromisso na formação de profissionais comprometidos com a solução dos problemas do Estado e da região (Interlocutor 9).

Por fim, o décimo empreendimento justifica sua atuação e atribui importância à sua presença no contexto da educação superior privada pela característica de seus cursos. São cursos tecnológicos de curta duração e por este fato acompanham de forma mais atual as mudanças que acontecem no dinâmico setor das tecnologias e inovação. Conforme pronunciado pelo interlocutor,

os cursos de tecnologia tem esse objetivo de acompanhar essa celeridade aí do processo de evolução. Então as Faculdades de Tecnologia, elas trabalham com este tempo curto porque você faz curso de Tecnologia em Redes em dois anos e você é especialista em Redes. Porque daqui a dois anos o que você aprendeu pode estar novamente ultrapassado, já está obsoleto. Então há a necessidade de você fazer mais dois anos. Nós trabalhamos com os Cursos de Tecnologia e esses cursos são muito importantes, são muito importantes exatamente por essas razões aí de o mercado ficar desamparado quanto aos profissionais rapidamente preparados para aquela tecnologia (interlocutor 10).

Não há dúvidas quanto ao grau de importância que a IES em tela apresenta para a sua atuação no concorrido e dinâmico mercado capitalista hodierno. A celeridade na formação constitui-se em marca e identidade assumida pela IES. Atribui-se-lhe alto grau de importância. Este argumento analisado numa perspectiva histórica pode não ser tão robusto, pois a formação efêmera para um mercado dinâmico e em constante processo de constituição pode transformar esta formação tida como célere e adaptada rapidamente às necessidades de consumo, também celeremente ultrapassada. A médio e longo prazo, possivelmente, uma formação mais ampliada, ainda que obtida em tempo mais longo, poderá ser mais adequada e

célere do que esta que por ser assim é entendida como mais apropriada às céleres exigências do mercado.

Mesmo assim, a IES em questão aposta em suas ações e, de fato, crê que a formação em menos tempo seja a mais adequada para um mercado de trabalho em constante mudança e transformação, daí ser esta uma marca importante para a IES, conforme continua o interlocutor nos seus argumentos.

Então nós estamos trabalhando atualmente com esses dois cursos de Tecnologia em Informática, mas nós estamos solicitando curso de Radiologia Médica, dois anos, curso de Tecnologia em Construção Civil, também dois anos. Quer dizer, um engenheiro que se formava em cinco anos, agora ele vai, se possível - não com a nomenclatura de engenheiro -, mas vai ser possível de em dois anos ele poder construir um prédio de até dez andares. Então é o Ministério da Educação que dá essa abertura. No mundo os cursos de tecnologia já estão em número maior do que os cursos de graduação convencionais. Os cursos de tecnologia estão crescendo muito. No Brasil de três anos para cá o crescimento foi em progressão geométrica, então são cursos muito importantes independente de serem para da nossa região. São importantes para o todo; é uma tendência mundial, cursos com duração menor (Interlocutor 10).

Possivelmente, esta é uma tendência, como bem ilustram os dados do Inep quando mostram que houve um vertiginoso crescimento dos cursos superiores de tecnologia. De 1996 a 2004, estes cursos passaram de 496 para 2.949, representando um aumento de (594,55%). Já as matrículas que em 1996 totalizavam 65.215 passaram para 153.307, indicando um crescimento real superior a (235,07%).⁶⁸

No exemplo descrito pelo interlocutor, temos certamente, a primeira e mais importante sinalização do que apresentamos como ponto a ser problematizado no estudo. Trata-se de uma tendência adotada para fazer-se frente ao concorrido mercado em que se transformou o setor da educação superior privada no Brasil, e especialmente, na cidade de Macapá com o grande afluxo de IES que passaram a atuar neste setor.

Ou seja, as novas feições da educação superior privada, por conta da concorrência inevitável presente nesta, sinalizam para a precarização na formação

⁶⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Inep. Educação Superior: cursos e instituições. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em: jun. 2007.

em nome de processos formativos mais rápidos e adaptados ao dinâmico processo capitalista de produção que requer trabalhadores cada vez mais flexíveis. A flexibilidade, a formação flexível está assentada exatamente em bases fundantes contrárias. Requer, pois, uma formação geral, ampliada e sólida, que permite ao trabalhador mover-se com mais facilidade no mundo do trabalho flexível, diferente desta proposta pela IES como importante componente para dar conta das exigências céleres do mundo do trabalho.

Nesta linha, Kuenzer nos ensina que o trabalhador para e nos tempos da flexibilização dinâmica capitalista de produção requer uma formação que contemple o desenvolvimento de competências cognitivas superiores.

Quanto mais se simplificam as tarefas, mais se exige conhecimento do profissional, e não mais relativo ao saber fazer, cada vez menos necessário. Ao contrário, a crescente complexidade dos instrumentos, de produção, informação e controle, nos quais a base eletromecânica, é substituída pela base microeletrônica, passa a exigir o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento.⁶⁹

A construção destas competências exige uma visão mais ampliada do e no mundo. Para tanto, é condição uma sólida formação geral, o exercício da problematização de contextos existenciais, o aprofundamento de estudos. Evidentemente que a elaboração e manejo destas competências não serão fáceis de se engendrar em cursos e percursos de curta duração.

3.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MACAPÁ/AP: ANCORAGENS INSTITUCIONAIS

Nesta seção compõe-se panorama descritivo das dez IES contempladas com o estudo. Dessas, somente parte disponibilizou os documentos institucionais

⁶⁹ KUENZER, Acácia Zeneida. O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças no mundo do trabalho? In: CASTANHO, Sérgio & CASTANHO, Maria Eugênia. **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 17.

previstos e indispensáveis para o estudo, razão pela qual não foi possível dar conta de todos os propósitos do mesmo e organizar os escritos de forma uniforme.

Na tessitura reuniram-se informações que permitiu caracterizar cada IES, nas suas especificidades, especialmente relacionadas ao histórico, missão e objetivos, e ter-se mais uma visão, que integrada às demais indicações e interlocuções mantidas ao longo do trabalho completa o olhar sobre as mesmas, embora em âncoras institucionais e legais. A organização do escrito seguiu a ordem cronológica da instalação dos empreendimentos conforme disposto no quadro 1.

Quadro 1 - Instituições de educação superior privada de Macapá/AP, por categoria administrativa e ano de criação/instalação (1990 - 2005)

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	ANO INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	DADOS DA CRIAÇÃO
1. Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap)	1990	Rod. Duque de Caxias s/n Km - 0 68906-720 Macapá/AP www.ceap.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Decreto Federal 98.842 de 17/01/1990 Publicação: 18/01/1990
2. Faculdade (Seama)	2000	Av. Nações Unidas, 1201 68908 - 126 Macapá/AP www.seama.edu.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 2152 de 22/12/2000 Publicação: 28/12/2000
3. Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap) ou Escola Superior	2001	Av. Feliciano Coelho, 125 68900 - 260 Macapá/AP www.iesap.edu.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 1.873 de 22/08/2001 Publicação: 24/08/2001
4. Faculdade Atual (Fat)	2001	Avenida Mendonça Furtado, 1220 68906-350 Macapá/AP www.faculdadeatual.com.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 2.720 de 12/12/2001 Publicação: 14/12/2001
5. Faculdade do Amapá (Famap)	2002	Rodovia Juscelino Kubitschek s/n 68900 - 002 Macapá/AP www.famap.edu.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 954 de 27/03/2002 Publicação: 28/03/2002
6. Instituto Macapaense de Ensino Superior (Immes) ou Escola Superior	2002	Av. Mendonça Júnior 1105 68900 - 002 Macapá/AP www.immes.com.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 960 de 27/03/2002 Publicação: 28/03/2002
7. Faculdade de Macapá (Fama)	2002	Rodovia Duque de Caxias s/n Km - 05 68900-000 Macapá/AP www.faculdademacapa.com.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 2076 de 18/07/2002 Publicação: 19/07/2002
8. Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (Fatech)	2002	Av. Professora Cora de Carvalho, 1648 68906 - 370 Macapá/AP	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 2.646 de 19/09/2002 Publicação: 20/09/2002
9. Instituto de Ensino e Cultura do Amapá (Ieca) ou Escola Superior	2003	Av. Almirante Barroso, 861 68906 - 350 Macapá/AP www.unilist.com.br/ieca/	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 3.626 de 04/12/2003 Publicação: 08/12/2003
10. Faculdade de Tecnologia do Amapá (Cete)	2004	Rua Pedro Siqueira, 333 68903-150 Macapá/AP www.cete.edu.br	Privada Particular em Sentido Estrito	Portaria MEC 1.956 de 06/07/2004 Publicação: 04/08/2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes

3.3.1 Centro de Ensino Superior do Amapá - Ceap



Figura 1 - Pórtico do Centro Ensino Superior do Amapá

3.3.1.1 Histórico⁷⁰

O Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap), a despeito de sua nomenclatura, legalmente enquadra-se como Faculdade Privada Particular em sentido estrito. É uma instituição de ensino superior, de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços à comunidade, de natureza privada decorrente da personalidade jurídica de sua Entidade Mantenedora - Associação Amapaense de Ensino e Cultura (AAEC), fundada em 10 de novembro de 1980, com estatuto original inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º. Ofício de Notas da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, apontado sob nº. 2.873, do Livro A-2, fls. 54 a 56, com alteração procedida em 30 de janeiro de 1992 e apontada sob o nº. 0186, do Livro A-6, no mesmo Cartório.

Foi autorizada para funcionamento pelo Decreto Federal nº. 98.842 de 17/01/1990, publicado em 18/01/1990. Constitui-se na primeira IES Privada Particular do Estado do Amapá. Situa-se na Rodovia Duque de Caxias s/n no Km 0,

⁷⁰ Elaborado a partir de informações do Plano de Desenvolvimento Institucional, 2005, e de entrevista realizada junto ao dirigente máximo da IES.

Bairro Alvorada na cidade de Macapá/AP. Pode ser localizada também no sítio eletrônico⁷¹. Seu dirigente máximo é o professor Leonil de Aquino Pena Amanajás.

Esta nasceu no contexto da criação e instalação do Estado do Amapá. Como não havia nenhuma Instituição de educação superior no Estado, e a IES pública que também estava se instalando, na verdade Fundação Universidade Federal do Amapá com a oferta dos cursos de Licenciatura e Pedagogia, coube, segundo as palavras do interlocutor ao Ceap, a responsabilidade social de atender outras áreas do conhecimento, dessa forma, implantou o curso de Direito e o curso de Ciências Contábeis ambos com o início de funcionamento em 05 de março de 1992.

Em 1999, a IES expandiu sua oferta de vagas por meio dos cursos de Ciências Econômicas, Administração com habilitação em Financeira, Mercadológica e Recursos Humanos. Em 2003 o curso de Secretariado Executivo e a ampliação das vagas para o curso de Direito e Ciências Contábeis.

Na constituição da primeira IES de cunho privado no Estado do Amapá, além do pioneirismo presente na configuração deste empreendimento de educação, fica latente que havia uma demanda composta por alunos concluintes do ensino médio que ao não poderem continuar seus estudos em nível superior deixavam a cidade.

Todavia, é preciso considerar que, possivelmente, somente egressos do ensino médio que possuíam recursos para tal deixavam a cidade. Os demais, ano após ano, vão constituindo uma demanda reprimida que passa a ser alvejada como possíveis compradores de um serviço educacional, o qual começa a ser oferecido de ora em diante pela iniciativa privada.

O Ceap, no seu nascedouro surge como um empreendimento educativo familiar, porém hoje está associado à UNAMA, universidade da Amazônia. O dirigente máximo afirma que a IES surge como uma continuidade de trabalho que iniciou com um empreendimento educativo na pré-escola. O mesmo aponta duas razões para justificar o empreendimento de então: deixar *“uma marca para a posteridade”*, alguma coisa que marcasse a passagens dele como educador, e, em segundo lugar, para *“provar para a sociedade que apesar de tudo é possível fazer um trabalho de qualidade”* (Interlocutor 1).

Mais adiante o interlocutor fala do zelo que existe relacionado ao empreendimento quando diz que: *“nós temos muito cuidado porque temos a*

⁷¹ Extraído de <<http://www.ceap.edu.br>>.

responsabilidade de preparar bons profissionais para poder levar em frente justamente um trabalho eficiente” (Interlocutor 1).

3.3.1.2 Missão e objetivos

A Missão da IES consiste em difundir a cultura amazônica para a solidariedade humana. Seus objetivos estão assim esculpidos no PDI:

- a) promover a formação de profissionais e especialistas em nível superior nas diferentes áreas de conhecimento, aptos ao exercício profissional e à participação no desenvolvimento contínuo da sociedade brasileira, em especial da sociedade amazônica, concedendo-lhes os graus acadêmicos correspondentes, assim como facultar-lhes programas educacionais que propiciem contínuo aperfeiçoamento;
- b) promover, estimular e aprimorar a criação cultural, em especial a amazônica, e desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo;
- c) promover o ensino a pesquisa e a investigação científica, através de todas as espécies e formas de cursos de formação em nível superior admitidas pela legislação vigente, assim como através de cursos de aperfeiçoamento, de especialização, de extensão, de treinamento profissional e de outras modalidades educacionais em todos os ramos do saber, tendo em vista o desenvolvimento das ciências, da tecnologia e a criação e a difusão da cultura;
- d) promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando a difusão dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição, através de cursos e outras formas de comunicação;
- e) suscitar, no homem amazônico, o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em especial os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;

- g) promover o intercâmbio e a cooperação científica e técnica com instituições de diversos níveis e graus de ensino;
- h) participar, contínua e decisivamente do processo de desenvolvimento do país e, de modo particular da região amazônica, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços;
- i) promover a realização de cursos de pós-graduação, quando devidamente autorizados na forma da Lei, bem como de atualização, de treinamento e de desenvolvimento profissional;
- j) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, comunicando o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

3.3.2 Faculdade Seama



Figura 2 - Pórtico principal da Faculdade Seama

3.3.2.1 Histórico⁷²

A Faculdade Seama, mantida pela Associação Educacional da Amazônia (ASSEAMA), é uma instituição de educação superior privada particular em sentido estrito, foi credenciada pelo MEC por meio da Portaria nº. 2.152, de dezembro de 2000, com sede e foro na cidade de Macapá, Município de mesmo nome, no Estado do Amapá. Caracteriza-se por ser um estabelecimento isolado particular de educação superior, de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade, regendo-se pela Legislação Federal vigente, pelo Estatuto da ASSEAMA, por seu Regimento e demais normatizações.

A manutenção e a supervisão da mesma cabem a ASSEAMA, fundada em 04 de outubro de 1998, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, tendo seu Estatuto original inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no TABELIONATO de 2º. OFÍCIO “Cristiane Passos”, de Macapá, no livro nº. 002, as fls. 87 à 93, sob o nº. 036, em 30 de março de 1999, tendo foro na sede de Macapá/AP.

A IES iniciou a oferta de vagas para o ingresso na Faculdade Seama em 2001, com entradas para os cursos de Graduação - Bacharelado em Turismo, Portaria nº. 2.151, expedida pelo MEC em 28 de dezembro de 2000, e Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, com autorização do MEC pela Portaria nº. 139 de 01 de fevereiro de 2001. No mesmo ano, foram autorizados os cursos de Sistemas de Informação, Portaria Ministerial nº. 1.154 de 11 de junho de 2001 e Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda, autorizada pela Portaria MEC nº. 1.609, de 24 de junho de 2001, ainda o curso de Nutrição por meio da Portaria nº. 2.493 do MEC, de 21 de novembro de 2001.

Em 2002 são autorizados os cursos de Tecnologia em Informática Educativa, com a Portaria nº. 389 do MEC, de 07 de fevereiro de 2002. Em março de 2002, o curso de Hotelaria. Na seqüência, Comunicação Social - Habilitação em Relações Públicas, cuja oferta de vagas é autorizada pela Portaria Ministerial nº. 1.871, de 27 de junho de 2002, Tecnologia em Redes de Computadores com Ato Autorizatório nº. 2.695 expedido pelo MEC em 25 de setembro de 2002.

⁷² Histórico elaborado a partir do Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Seama, 2005.

Já no ano de 2003 expande a oferta de vagas por meio do curso de Direito com Portaria nº. 3.356 do MEC, de 05 de dezembro de 2002, e em 2004 por intermédio dos cursos de Biomedicina - Habilitação em Análises Clínicas com autorização concedida pela Portaria Ministerial nº. 3.634 de 04 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 08 de dezembro de 2003, e de Fisioterapia com Portaria nº. 3.635 de 04 de dezembro de 2003.

Por meio da Portaria MEC nº 1.811, de 30/05/2005, foi autorizado o curso de Psicologia. Em novembro de 2006 foi autorizado, pela Portaria do MEC nº. 890 de 13/11/2006, o curso de Bacharelado em Enfermagem e em dezembro de 2006 foi autorizado pela Portaria MEC nº. 1.095 de 14/12/2006 o curso de Bacharelado em Fonoaudiologia. Em 5 de abril de 2007, pela Portaria Ministerial nº. 281 foi autorizado o curso em Saneamento Ambiental Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde.

Duas marcas estão presentes no segundo empreendimento de educação superior privado que se instala em Macapá. A primeira é a constatação que de fato havia demanda para ser atendida dada a pouca oferta de cursos, e isso manteria os jovens na cidade, pois, lhe era oportunizada a possibilidade de cursar este nível de ensino aqui mesmo. A segunda, o desejo de contribuir no desenvolvimento do estado do Amapá.

3.3.2.2 Missão e objetivos

Em seu PDI está grafado que a missão da IES é a de:

Prestar serviços educacionais com eficiência, provendo a formação de um profissional competente, criativo e crítico orientado por valores éticos e humanísticos, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida comunitária, do desenvolvimento científico e tecnológico do Amapá e da Amazônia⁷³

⁷³ PENTRY, Oto João. (Org.) **Projeto Pedagógico Institucional**. Macapá: Faculdade Seama, 2005, p. 10.

No mesmo documento encontra-se a indicação dos objetivos que a IES pretende atingir, quais sejam:

- a) promover a formação de diplomados e especialistas em nível superior nas diferentes áreas de conhecimento e campos de saber, aptos ao exercício profissional e à participação no desenvolvimento contínuo da sociedade brasileira, em especial da sociedade amazônica, concedendo-lhes os graus acadêmicos correspondentes;
- b) estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- c) promover o ensino, a pesquisa e a investigação científica, através de cursos de graduação, seqüenciais, pós-graduação, aperfeiçoamento, especialização e extensão, bem como outras modalidades educacionais em todos os ramos do saber, tendo em vista o desenvolvimento das ciências, da tecnologia e a criação e a difusão da cultura;
- d) promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando a difusão dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição, através de cursos e outras formas de comunicação;
- e) suscitar, no homem amazônico, o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e de preservação à natureza;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em especial os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- g) promover o intercâmbio e a cooperação científica e técnica com instituições de diversos níveis e graus de ensino;
- h) participar continuamente do processo de desenvolvimento do país e, de modo particular da região amazônica, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços;
- i) promover a realização de cursos de pós-graduação, quando devidamente autorizados na forma da Lei, e de treinamento e desenvolvimento profissional;
- j) preservar a democracia e a ética correlacionando-a com outras concepções veiculadas e propondo-a como alternativa de leitura do sentido da existência humana;

- k) promover a formação globalizada da pessoa humana como ator social eticamente responsável;
- l) promover a criação e a difusão cultural nos segmentos da sociedade;
- m) aguçar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e proporcionar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, contextualizando;
- n) incentivar, promover e estimular o desenvolvimento das ciências e das artes, preservando e conservando a natureza e interagindo com o ecossistema amazônico;
- o) interagir com diversos segmentos da sociedade através de estudos, projetos, pesquisa, extensão e serviços com vistas à solução de problemas regionais embasados nos valores étnicos, ecológicos e artísticos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região amazônica;
- p) contribuir na formação da consciência nacional, em consonância com a ética e o respeito à dignidade da pessoa humana, tendo em vista, o saber universal;
- q) priorizar a criação de cursos na área da saúde, visando formar profissionais competentes para atuação em toda a região norte e amazônica, suprimindo a grave carência atualmente existente nestas localidades.

3.3.3 Instituto de Ensino Superior do Amapá - Iesap ou Escola Superior



Figura 3 - Pórtico do Instituto de Ensino Superior do Amapá - Iesap

3.3.3.1 Histórico⁷⁴

O Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap) com limite territorial circunscrito ao município de Macapá, Estado do Amapá, é um estabelecimento isolado de educação superior privado particular, mantido pelo MODERNO - CENTRO DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro em Macapá, Estado do Amapá, e com seu estatuto registrado na Junta Comercial do então Território Federal do Amapá, em 23 de abril de 1986, sob o nº. 16 2 0001126 3, com alterações devidamente averbadas, sendo a última delas na Junta Comercial do Estado do Amapá, em 3 de junho de 1997.

⁷⁴ Elaborado a partir do Regimento Geral do Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP, 2002.

3.3.3.2 Missão e objetivos

O Iesap é uma instituição de educação superior privada, genuinamente amapaense, credenciada pelo Ministério da Educação - MEC, por meio da Portaria nº. 1.873, de 22 de agosto de 200, tem a missão de participar do desenvolvimento estadual, regional e nacional como instituição impulsionadora de processos produtivos, através da sua capacidade formadora de recursos humanos qualificados para o estudo e a resolução de problemas econômicos, políticos e sociais do Estado do Amapá e do Estado brasileiro como um todo.

A IES destina-se a promover a educação, sob múltiplas formas e graus, a ciência e a cultura geral. As suas finalidades estão esculpidas em seu regimento da seguinte forma:

- a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por intermédio do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e

- g) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em seu quadro de oferta o lesap mantém, na graduação, os cursos de Letras, (Bacharelado) Habilitação Tradução Português/Inglês e Tradução Português/Francês. O curso de Pedagogia (Licenciatura) Habilitação em Administração Educacional e Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e o curso de Turismo, todos reconhecidos pelo MEC com conceito B. Oferece, ainda, o curso de Complementação Pedagógica voltado para a formação docente de bacharéis e tecnólogos que tenham interesse em se dedicar à docência na educação básica. No que tange a Pós-Graduação a instituição oferta, desde 2003, cursos concentrados em áreas afins as da graduação em nível de especialização.

Recentemente, o lesap incorporou à sua estrutura organizacional o Instituto Superior de Educação do Amapá (ISEA), célula administrativo-pedagógica que abriga a todos os cursos, programas e projetos voltados à formação inicial e continuada dos professores.

Com esse movimento o lesap assume e propõem-se a impulsionar a formação em nível superior amapaense, confirmando seu compromisso social em promover o ensino, a pesquisa e a extensão, o qual tem como fundamento a construção, a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e cultural; e assim contribui com o desenvolvimento econômico, político e social do Estado do Amapá e do brasileiro como um todo, conforme consta em seus documentos institucionais.

3.3.4 Faculdade atual - Fat



Figura 4 - Pórtico da Faculdade atual - Fat

3.3.4.1 Histórico⁷⁵

A Faculdade Atual (Fat), é uma Instituição de educação superior privada particular em sentido estrito, fica situada na Avenida Mendonça Furtado, nº. 1220, na cidade de Macapá. Também pode ser encontrada no sítio⁷⁶. Foi autorizada pela Portaria MEC nº. 2.720 de 12 de dezembro de 2001. Sua diretora é a professora Katy Eliana Ferreira Motinha.

O terceiro empreendimento de educação superior privado no Estado do Amapá, *“nasce de um desejo pessoal de duas educadoras”*. O *“espírito empreendedor”*, aliado à crença na *“educação como possibilidade de mudar o mundo e na dificuldade das pessoas buscarem formação fora do Estado”*, pode-se destacar que são marcas presentes no surgimento desta IES (interlocutora 4).

⁷⁵ Elaborado a partir de informações coletadas junto ao site da IES, 2006.

⁷⁶ Elaborado a partir de informações reunidas junto ao site <<http://www.faculdadeaatual.com.br>>. Acesso em: fev. 2006.

3.3.4.2 Missão e objetivos

Sua missão consiste em servir pessoas e instituições, formando profissionais demandados pela sociedade local, regional e nacional, atendendo os requisitos dos padrões de qualidade de gestão e do sistema de ensino preconizado pelo MEC.

Enquanto empresa, quer ser reconhecida como uma referência dos setores educacional e de formação, buscando a vanguarda das transformações, aprimorando a qualidade das relações com as pessoas a quem estiver servindo e assim cumprir com a vocação social amazônica enquanto produtores de conhecimentos para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável da região norte.

A Faculdade Atual (Fat) tem como objetivo, servir pessoas e instituições, formando profissionais demandados pela sociedade local, regional e nacional, atendendo os requisitos dos padrões de qualidade de gestão e do sistema de ensino preconizados pelo MEC.

3.3.5 Faculdade do Amapá - Famap



Figura 5 - Pórtico da Faculdade do Amapá - Famap

3.3.5.1 Histórico⁷⁷

O Projeto Famap, assim denominado pelo seu dirigente máximo surgiu no ano de 2001. Na época existiam apenas três instituições de educação superior no Estado, contexto bem diferente do atual. As IES eram a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), de caráter público, o Centro de Ensino Superior Ceap e a Faculdade Seama. Havia uma demanda muito grande na área da administração e direito razão pela opção feita para a oferta destes dois cursos. Nas palavras do interlocutor,

a Famap surgiu, portanto para fazer frente a essa demanda reprimida existente no Estado do Amapá. Hoje o cenário é bem diferente. Não há mais essa demanda, somada a uma competitividade entre as IES, chegando a ser desleal em alguns momentos, em se tratando de buscar novos acadêmicos, pela busca dos candidatos ao vestibular. É uma disputa muito grande neste aspecto e as IES precisam conviver dentro desse contexto de mercado (interlocutor 5).

A Faculdade do Amapá (Famap), foi credenciada por meio da Portaria Ministerial nº 954 de 27 de março de 2002 e publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2002. Realizou seu primeiro vestibular em 11 de maio de 2002 para os primeiros cursos então autorizados pela Portaria nº 955 de 28 de março de 2002 quais sejam: Administração nas habilitações Geral, em Marketing e Cidades, com 300 vagas anuais para cada habilitação distribuídas em 150 vagas semestrais nos turnos vespertino noturno. Em 2003, a Famap passa a ofertar também 200 vagas anuais por intermédio do curso de Administração em Comércio exterior. Já em 2004, a IES expande sua atuação autorizando o curso de Direito com a oferta de 200 vagas anuais.

A Famap, conforme recolhido na fala do interlocutor, tem seu foco na qualidade e com a oferta de poucos cursos. “Nosso foco é na qualidade e não na implementação de muitos cursos, pois se nós temos que ser bons naquilo que nós

⁷⁷ Elaborado a partir de informações extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, 2002.

fazemos, então, abrir muito o leque de curso a gente acaba se dispersando do foco”.
(Interlocutor 5)

Uma das características da IES é o foco na qualidade sinônimo de responsabilidade social. Esta responsabilidade social é apresentada como sendo,

a colocação no mercado de trabalho com condições de enfrentar o mesmo e, inclusive, mudar o panorama no Estado. Tem-se um setor produtivo forte, porém, o comércio deixa a desejar, este precisa ser remodelado, e neste sentido os profissionais formados pela IES poderão dar a sua contribuição (interlocutor 5).

3.3.5.2 Missão e objetivos

A missão da Faculdade do Amapá está assim expressa em seu PDI,

oferecer educação de excelência enfatizando a importância da qualidade, para formar profissionais capacitados, éticos e conscientes do seu compromisso para com o desenvolvimento do Estado do Amapá e do município de Macapá.⁷⁸

No mesmo documento encontram-se estampados os objetivos da IES, quais sejam:

- a) a formação de profissionais e especialistas de nível superior dos cursos por ela ministrados;
- b) o incentivo e apoio à pesquisa e à produção acadêmica;
- c) a realização e o incentivo a atividades criadoras, estimulando vocações e organizando programas, particularmente vinculados às necessidades regionais e nacionais;

⁷⁸ Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, 2002, p. 10.

- d) a extensão do ensino à comunidade mediante cursos e serviços especiais, prestando colaboração constante na solução de seus problemas;
- e) o oferecimento de condições para a realização de mestrado e doutorado do seu corpo docente;
- f) o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico;
- g) o oferecimento de condições para a especialização e aperfeiçoamento do seu corpo docente e técnico-administrativo;
- h) a cooperação com a comunidade local, regional e nacional, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de direito público ou privado, em matérias vinculadas aos seus fins e às suas atividades;
- i) a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos por meio do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação.

No documento supra citado, constam as metas da instituição. A Famap quer contribuir para a formação de profissionais com elevado potencial de inserção no mercado de trabalho - indivíduos capazes, de portanto, de se ajustar de forma flexível às mudanças no mercado de trabalho e de continuar a se aperfeiçoar; com espírito empreendedor, público, demonstrado pelo engajamento e comprometimento com os problemas da comunidade, da cidade, do Estado e do País.

3.3.6 Instituto Macapaense de Ensino Superior - Immes ou Escola Superior



Figura 6 - Pórtico do Instituto Macapaense de Ensino Superior

3.3.6.1 Histórico⁷⁹

O Instituto Macapaense de Ensino Superior (Immes) é uma instituição privada particular de educação superior, em sentido estrito, mantida pelo Instituto Macapaense de Ensino Superior S.C. Ltda.

O Instituto Macapaense de Ensino Superior S.C. Ltda. é uma sociedade civil de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Macapá, Estado do Amapá. Seu estatuto é registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas, do Cartório Cristiane Passos, em Macapá/AP, sob o nº 128, livro 005 de Pessoas Jurídicas, fls. 179/180, em 02.05.2000 e credenciado pelo MEC, através da Portaria Ministerial nº 960, de 27.03.02.

Conforme as palavras de sua diretora-geral o Instituto Macapaense de Ensino Superior - Immes,

apesar de ser jovem, tem mostrado à sociedade amapaense que veio para ficar e trabalhar com responsabilidade e compromisso para com a população. Os cursos oferecidos nesta Instituição de Educação Superior, nas diferentes áreas do conhecimento, foram idealizados na certeza de que os alunos egressos do ensino médio não precisam somente de uma formação em um curso qualquer, mas precisam de uma formação em cursos que proporcionem espaços privilegiados no mercado de trabalho. (2006).⁸⁰ Não paginado.

Na sua trajetória a IES implantou o curso de Serviço Social autorizado pela Portaria Ministerial nº. 961 de, 27 de março de 2002, o curso de Administração Sócio-Ambiental autorizado pela Portaria Ministerial nº. 962 também de, 27 de março de 2002, o curso de Nutrição pela Portaria nº. 2.381 de, 22 de agosto de 2002, o curso de Engenharia de Florestas Tropicais pela Portaria nº. 1.922, de 17 de outubro de 2002, o curso de Psicologia pela Portaria do MEC nº. 3.353 de 19 de outubro de 2004, o curso de Fisioterapia pela Portaria nº. 3.930 de 14 de novembro de 2005, o curso de Farmácia pela Portaria Ministerial de nº. 3.931 de 14 de

⁷⁹ Elaborado a partir de informações extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, 2006.

⁸⁰ MANUAL ACADÊMICO, MACAPÁ, AP: Instituto de Macapaense de Ensino Superior - Immes, 2006.

novembro de 2005 e o curso de Agronomia pela Portaria nº. 3.932 também de, 14 de novembro de 2005.

3.3.6.2 Missão e objetivos

Está estampado no PDI do Immes que sua missão é a de:

Formar profissionais - cidadãos comprometidos com a comunidade-, com elevado potencial de inserção no mercado de trabalho e flexíveis às mudanças por que passa a sociedade brasileira, buscando desenvolver espírito empreendedor, público, crítico e comprometido com a sociedade, através de processo educativo que envolva todos os agentes do instituto e também da sociedade do Amapá e do país (PDI, 2006, n.p.)⁸¹

No mesmo documento a IES expressa que o objetivo principal desta é ofertar educação superior de qualidade. A IES elenca também um conjunto de objetivos específicos, a saber:

- a) a formação de profissionais e especialistas de nível superior dos cursos por ela ministrados;
- b) a realização e o incentivo a atividades criadoras, estimulando vocações e organizando programas, particularmente vinculados às necessidades regionais e nacionais;
- c) o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico;
- d) a cooperação com as comunidades local, regional e nacional, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de direito público ou privado, em matérias vinculadas aos seus fins e às suas atividades;
- e) a participação nas atividades sociais da comunidade, buscando o desenvolvimento das instituições através de estágios supervisionados;

⁸¹ MANUAL ACADÊMICO, 2006.

- f) a extensão do ensino à comunidade, mediante cursos e serviços especiais, prestando colaboração constante na solução de seus problemas;
- g) o oferecimento de condições para a realização de especialização, mestrado e doutorado do seu corpo docente;
- h) o oferecimento de condições para o aperfeiçoamento do seu corpo técnico-administrativo;
- i) a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos através do ensino, de Publicações e/ou de outras formas de comunicação.

Com relação às suas finalidades está escrito:

- a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formando profissionais aptos a colaborar com o desenvolvimento da sociedade brasileira;
- b) incentivar e promover a pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura;
- c) promover a extensão aberta à participação da população e difundir a criação cultural, a pesquisa científica e a tecnologia gerada na instituição.

Em decorrência desses objetivos o Immes propõe no seu planejamento estratégico atingir as seguintes metas:

- a) a formação de profissionais e especialistas de nível superior dos cursos ministrados. A partir de 2006, pretende-se formar, no mínimo, anualmente, 105 Administradores Sócio-Ambientais e 112 Assistentes Sociais. A partir de 2007, pretende-se formar, anualmente, 84 Engenheiros de Florestas Tropicais e 56 Nutricionistas;
- b) a extensão do ensino à comunidade, mediante cursos e serviços especiais, prestando colaboração constante na solução de seus problemas, seja através de projetos de extensão, seja através de estágios supervisionados, sendo estes obrigatórios para a obtenção do diploma;
- c) o oferecimento de condições para a realização de mestrado e doutorado do seu corpo docente, às expensas do IMMES, pretendendo-se qualificar um mestre e um doutor por ano, a partir de 2006;
- d) a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos através do ensino, de publicações e outras formas de comunicação. Atualmente o

IMMES dispõe de um **site** para divulgação das atividades e deverá criar, até o final de 2004, um jornal mensal acadêmico;

- e) o oferecimento de serviços à comunidade através de estágios supervisionados, obrigatórios para todos os alunos para o período de no mínimo 6 meses. Prevêem-se, até 2006, 188 estágios por ano e a partir de 2007, 332 estágios por ano.

3.3.7 Faculdade de Macapá - Fama



Figura 7 - Pórtico da Faculdade de Macapá

3.3.7.1 Histórico⁸²

A Faculdade de Macapá (Fama), com sede e foro na cidade de Macapá, Estado do Amapá, é uma instituição de ensino superior privada particular em sentido estrito, mantida pela União de Faculdades do Amapá Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Macapá/AP, e com seus atos constitutivos registrados

⁸² Elaborado a partir de informações extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, 2005.

no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de - AP.

A mesma, é integrante do grupo UNIC formado pelas seguintes instituições: Universidade de Cuiabá (MT), UNIME - Lauro de Freitas (BA), UNIPEC - Porto Velho (RO), UNINORTE - Rio Branco (AC), UNIRON - Porto Velho (RO), UNIC Sinop (MT), AMEC - Várzea Grande (MT), UNIME - Porto Velho (RO), HGU - Hospital Geral Universitário de Cuiabá (MT) e UNIC Pós-Graduação (MT).

Instalou-se na cidade mais precisamente no dia 27 de setembro de 2001, por meio de uma parceria com o Colégio Santa Bartoloméia. O referido Colégio possui mais de 40 anos de tradição na cidade de Macapá, e a associação a este viabilizou a vinda e instalação da IES na cidade.

3.3.7.2 Missão e objetivos⁸³

Em seu PDI, estampada está a missão da IES que consiste em: oferecer cursos superiores de graduação, pós graduação, extensão e profissionalizantes, bem como a implementação de atividades investigativas que contribuam com o desenvolvimento da região em que se insere.

No mesmo documento escritos também estão os objetivos adotados pela Instituição conforme segue:

- a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- c) incentivar o trabalho da pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

⁸³ Elaborado a partir de informações extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, 2005.

- d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comFAMAr o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comFAMAção;
- e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) promover a extensão, aberta à participação da população, viando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- h) oferecer através do ensino, pesquisa e extensão, uma educação integral e permanente;
- i) promover pelo ensino, o cultivo das áreas fundamentais do conhecimento e a capacitação de quadros profissionais no nível exigido pelo desenvolvimento da região e do país, utilizando para esse fim metodologias de ensino presencial e à distância, segundo as normas legais vigentes;
- j) promover e desenvolver cursos de pós-graduação para a formação de professores universitários para aprimoramento profissional e como instrumento de integração da Faculdade de Macapá - Fama - à comunidade de sua área de influência;
- k) promover, realizar e incentivar a pesquisa nas diversas áreas, campos e domínios do saber, em suas múltiplas formas como fator gerador de novos conhecimentos, aperfeiçoamento de novas tecnologias e como instrumento para a melhora da qualidade de ensino;
- l) praticar a extensão como instrumento de integração da Faculdade de Macapá - Fama - à comunidade , pelo ensino e pesquisa, através de metodologias aplicativas, cursos, convênios e outros meios;
- m) colaborar para o desenvolvimento sócio-econômico regional e nacional como organismo de consulta, assessoramento e de prestação de serviços em assuntos de ensino, pesquisa e extensão;

- n) contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde está inserida através da manutenção permanente de serviços de assistência, campanhas e programas especiais nas áreas que oferece cursos de graduação e pós-graduação;
- o) promover e preservar a cultura como forma de fazer emergir a identidade regional em seus valores étnicos, artísticos, espirituais, sociais e econômicos pelas manifestações e criações da comunidade;
- p) promover a integração e o intercâmbio com instituições congêneres, públicas e privadas nas diversas áreas de atividades;
- q) atender aos demais objetivos estatutários da mantenedora, compatíveis com as dimensões específicas da atuação universitária;
- r) ser uma instituição democrática, canal de manifestação de diferentes correntes de pensamento em clima de liberdade, responsabilidade e respeito pelos direitos individuais e coletivos.

3.3.8 Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Fatech



Figura 8 - Pórtico da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas

3.3.8.1 Histórico⁸⁴

A Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (Fatech), é um estabelecimento isolado de educação superior, mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Macapá, com sede localizada à Avenida Professora Cora de Carvalho, 1648, Bairro Central, em Macapá, associação religiosa de natureza particular, de caráter religioso, educacional e cultural, com data de fundação de 02 de janeiro de 1965, devidamente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob nº. 04.191.375/001-37.

Constitui-se, portanto, em mais uma instituição de educação superior privada particular em sentido estrito. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria do MEC nº. 2.646 de 19 de setembro de 2002, publicada em 20 de setembro de 2002.

3.3.8.2 Missão e objetivos

A Fatech, conforme consta no Art. 2º. do Regimento Geral⁸⁶ tem como finalidades:

- a) participar do processo de desenvolvimento regional, estadual e nacional, como agência formadora de recursos humanos qualificados;
- b) atuar na estrutura educacional como órgão de colaboração com os poderes constituídos na consecução de suas metas, no campo da educação;
- c) colaborar com os poderes públicos e entidades privadas no estudo e solução de problemas de interesse social, particularmente da região onde se localiza;
- d) integrar-se ao processo produtivo regional, como prestadora de serviços, em seus campos de atuação;

⁸⁴ Elaborado a partir de informações extraídas do Regimento Geral da IES, 2003.

⁸⁶ *Ibid.*, 2003, p. 6-7.

- e) contribuir para a transformação de profissionais e especialistas em nível superior;
- f) a realização de pesquisas e o estímulo de atividades criadoras;
- g) a extensão do ensino e da pesquisa à comunidade, mediante cursos e serviços especiais;
- h) manter relações com estabelecimentos congêneres e instituições de pesquisa, tanto públicas como particulares - nacionais e estrangeiras -, para intercâmbio de idéias e normas que propiciem o aprimoramento do ensino nela ministrado;
- i) adotar normas de trabalho e regimento escolar, que se orientarão pelos princípios democráticos peculiares à vida social e política do país e não permitirá, no âmbito de suas atividades, campanhas ou atos isolados em desacordo com tais princípios, ainda que se revistam de caráter meramente filosófico;
- j) proporcionar ao estudante condições e meios para uma educação integral da personalidade, o que inclui os valores humanos, cristãos, científicos e tecnológicos, conquistas da tradição e da modernidade, pelos quais se deverão pautar os atos de seus dirigentes e professores, sobretudo na aplicação honesta e firme dos preceitos legais e regimentais;
- k) repelir em todos atos educacionais e administrativos qualquer atitude discriminatória de raça, religião, condição social e nacionalidade;
- l) considerar o aluno elemento primordial para a formação de um meio seletivo, culto e capaz de contribuir para o processo do país, e com tal objetivo, não poupará esforços para a formação moral, intelectual e técnica, de modo que se atinjam as condições para tanto necessárias;
- m) incentivar a criação de círculos de estudo e entidades desportivas, desde que a ação não atente contra o regime político-social do país, nem contradiga os princípios que norteiam a organização deste estabelecimento de educação superior.

Já no Art. 3º. do mesmo documento, encontra-se os objetivos específicos previstos para a IES, os quais estão assim esculpido:

- a) formar profissionais de nível superior, nos cursos que ministra;
- b) realizar estudos nos domínios da cultura, da ciência e da técnica por eles abrangidos, relacionando essas atividades com as necessidades do

- desenvolvimento econômico e social da sua região de influência;
- c) prestar assistência técnica qualificada a empreendimentos, públicos e privados, em seu campo de atuação.

3.3.9 Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - Ieca ou Escola Superior



Figura 9 - Pórtico do Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - IECA ou Escola Superior

3.3.9.1 Histórico⁸⁷

A Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo (ASSUPERO), pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade civil sem fins lucrativos que foi criada em 15/09/1971. Está devidamente cadastrada no C.G.C. do Ministério da Fazenda sob o n.º 43.144.880/0001-82 e sua sede localiza-se na Avenida Paulista, n.º 900, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo.

Objetivando estimular setores produtivos e promover o conhecimento por meio de cursos nas diversas áreas do conhecimento, a ASSUPERO elaborou o

⁸⁷ Elaborado a partir de informações que constam no endereço eletrônico. Disponível em: <<http://www.unilist.com.br/ieca/>>. Acesso em 15 jun. 2006.

projeto de credenciamento do Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - IECA, estabelecimento Isolado de educação superior privada particular em sentido estrito situado na Avenida Almirante Barroso, n.º 861, Central, em Macapá, Estado do Amapá.

Uma vez credenciado pela Portaria Ministerial n.º 3.626, publicada no D.O.U. de 08/12/2003, o IECA passou a oferecer programas de graduação nas áreas de Administração com habilitação em Administração de Empresas, Administração com habilitação em Gestão de Sistemas de Informação e Administração com habilitação em Comércio Exterior, autorizados pela Portaria n.º 3.627 (publicada no D.O.U. em 08/12/2003); Administração com habilitação em Gestão Hoteleira, Administração com habilitação em Marketing e Administração com habilitação em Recursos Humanos, autorizados pela Portaria n.º 700 (publicada no D.O.U. em 04/03/2005); e Ciências Contábeis, autorizado pela Portaria n.º 3.628 (publicada no D.O.U. em 08/12/2003).

Hoje, o Instituto de Ensino e Cultura do Amapá, IECA, denomina-se Faculdade Brasil Norte, FABRAN, e o Instituto Macapá de Ensino Superior, IMES, de Faculdade de Ensino Superior da Amazônia, FESAM. As IES atuam conjuntamente, inclusive com a realização de processo seletivo para o primeiro semestre de 2008.

3.3.9.2 Missão e objetivos

A instituição não forneceu a documentação para a consulta.

3.3.10 Faculdade de Tecnologia do Amapá - CETE



Figura 10 - Pórtico da Faculdade de Tecnologia do Amapá

3.3.10.1 Histórico

A Faculdade de Tecnologia do Amapá iniciou suas atividades em 1993 com a oferta dos cursos de informática livres, já com o propósito da oferta de cursos regulares, projetando-se para os cursos superiores. A IES nasce do desejo, de um sonho pessoal vinculado à formação do proprietário.

Uma IES que desde a sua origem é concebida para dar retorno financeiro, conforme colhido na entrevista com o seu dirigente máximo.

É, claro, nós da iniciativa privada o nosso objetivo é o lucro, mesmo que sempre pensando na qualidade, oferecer uma educação de qualidade cada vez melhor, mas não dá para oferecer qualidade sem o retorno financeiro, quer dizer, precisa ter o financeiro para bancar esta qualidade (Interlocutor 10).

3.3.10.2 Missão e objetivos

Conforme extraído do PDI a missão do CETE é a de:

Ser um centro avançado de estudos e ações interdisciplinar, formar profissionais de competência técnica e capacidade humanística, segundo padrões éticos, para atuar como cidadãos, nas áreas de graduação, bem como possuir boa inserção na realidade da Região Amazônica, através da realização de serviços de qualidade e úteis para o desenvolvimento sócio-econômico à comunidade, provenientes das pesquisas e dos conhecimentos produzidos pela instituição.⁸⁸

A mesma IES, na seqüência do documento, apresenta os objetivos gerais que estão assim definidos:

- a) a formação do indivíduo nos diferentes níveis da educação profissional: básico, técnico e tecnológico, capacitando-o intelectual, crítica e eticamente para exercer suas atividades profissionais, para participar do processo de desenvolvimento do país, e em especial, do Estado do Amapá e para desenvolver a flexibilidade capaz de fazê-lo acompanhar às mudanças do mundo moderno por meio do aprendizado contínuo;
- b) o intercâmbio e a cooperação acadêmica, técnica e tecnológica, nacionais e internacionais, com instituições congêneres e os setores produtivo e governamental e a articulação com os sistemas formais da educação, elevando o nível de formação do indivíduo, a força do trabalho ativa da sociedade e a qualidade de vida da população;
- c) o desenvolvimento da cultura, das artes, da ciência, da tecnologia e das relações humanas;
- d) assistir à comunidade local, regional e nacional, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de direito público ou privado, em matérias vinculadas aos fins;

⁸⁸ Extraído do PDI Faculdade CETE, Macapá/AP, 2005, p. 22.

- e) promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício das atividades produtivas.

Já os objetivos específicos estão assim expressos:

- a) ministrar cursos de qualificação, re-qualificação e re-profissionalização e outros de nível básico da educação profissional;
- b) ministrar curso de nível técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, para os diferentes setores da economia;
- c) ministrar curso superior de nível tecnológico, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- d) oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais na área tecnológica;
- e) ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica, para as disciplinas de educação científica e tecnológica;
- f) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade.

Quadro 2 - Instituições de educação superior privada de Macapá/AP: missão, importância

INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	MISSÃO	CARACTERÍSTICAS	VÍNCULO
1. Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap)	Difusão da cultura amazônica para a solidariedade humana	Foco no desenvolvimento da cultura amazônica	Universidade da Amazônia (UNAMA)
2. Faculdade (Seama)	Prestar serviços educacionais com eficiência	Prioridade nos cursos da área da saúde e foco no desenvolvimento regional	ASSEAMA
3. Instituto de Ensino Superior do Amapá (Iesap) ou Escola Superior	Participar do desenvolvimento estadual, regional e nacional	Foco no desenvolvimento regional e ênfase nos cursos de licenciatura	Moderno – Centro de Ensino, Educação e Cultura
4. Faculdade Atual (Fat)	Servir pessoas e instituições, formando profissionais demandados pela sociedade local, regional e nacional	Foco no campo da formação para o setor educacional	Sociedade Civil de Direito Privado
5. Faculdade do Amapá (Famap)	Oferecer educação de excelência enfatizando a importância da qualidade	Foco na qualidade e no mercado de trabalho	Universidade Estácio de Sá
6. Instituto Macapaense de Ensino Superior (Immes) ou Escola Superior	Formar profissionais – cidadãos comprometidos com a comunidade, com elevado potencial de inserção no mercado de trabalho	Foco na qualidade e no mercado de trabalho	Sociedade Civil de Direito Privado
7. Faculdade de Macapá (Fama)	Oferecer cursos superiores de graduação, pós-graduação, extensão e profissionalizantes	Foco no desenvolvimento regional	Grupo UNIC
8. Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (Fatech)	Participar do processo de desenvolvimento regional, estadual e nacional, como agência formadora de recursos humanos qualificados	Foco no desenvolvimento regional	Igreja Evangélica Assembléia de Deus
9. Instituto de Ensino e Cultura do Amapá (Ieca) ou Escola Superior	-	Foco no mercado de trabalho	Faculdade Brasil Norte e Faculdade de Ensino Superior Amazônia (Grupo Objetivo)
10. Faculdade de Tecnologia do Amapá (Cete)	Ser um centro avançado de estudos e ações interdisciplinares, formar profissionais de competência técnica e humanística.	Atua prioritariamente com cursos tecnológicos com foco no mercado de trabalho local	Sociedade Civil de Direito Privado

No quadro 2 procurou-se evidenciar características suscitadas na seção anterior. Nota-se no conjunto das IES em análise que as mesmas focam suas ações predominantemente no mercado de trabalho e no desenvolvimento regional. Cinco das dez IES, têm vínculo com grupos ou instituições de outras regiões do país.

4 PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, NA REGIÃO NORTE E NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP (1990-2005)

No presente capítulo far-se-á uma exposição e análise das feições da educação superior privada de Macapá no período de 1990 a 2005. Na composição desta parte estão perfilados um conjunto de gráficos que foram construídos a partir de informações oficiais disponibilizadas pelo MEC/Inep/Deaes - quando havia dados disponíveis - a série histórica foi atualizada até o ano de 2007.

Para melhor situar a apresentação e discussão, dispor-se-á informações da educação superior do Brasil, da Região Norte e na seqüência as IES do município de Macapá objeto do estudo. Ao longo da discussão, ocasionalmente, serão incorporadas para fins de análise dados da única IES pública existente no período na cidade de Macapá/AP.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE (1990-2005)

Não restam mais dúvidas de que a expansão no setor da educação superior no Brasil foi marcada pela expressiva participação da iniciativa privada por meio de empreendimentos que ofertam serviços educacionais espalhados por todo o país. As Instituições de educação superior privadas tornaram-se parte dos negócios de muitas cidades brasileiras. Como instituições de negócios as mesmas mantêm uma forte presença nos cenários nacional, regional e, principalmente, no contexto local que passa a ser seu foco preferencial.

No gráfico a seguir pode-se verificar a exponencial participação que este setor passou a ter no contexto da educação superior no Brasil. Registra-se um crescimento de IES e como afirmado anteriormente, este se deu, fundamentalmente, pela forte presença da iniciativa privada. Da série histórica em análise, de 1990 a 2005, constata-se que foi em função do setor privado que houve a ampliação do número de IES que passaram a ofertar a educação superior.

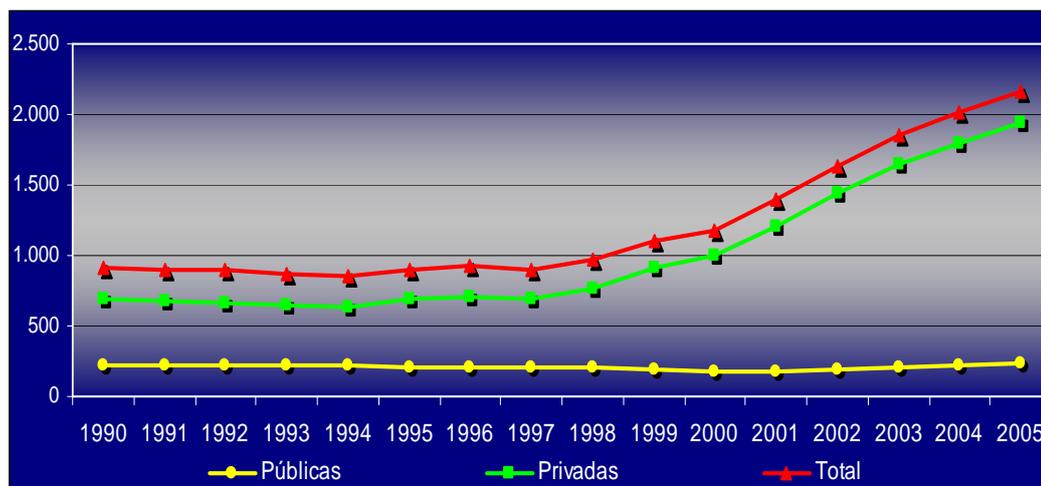


Gráfico 12 - Total de IES por categoria administrativa no Brasil (1990-2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

O setor público manteve-se estável. Este contexto revela evidências de uma orientação das políticas públicas educacionais indutivas implementadas no país no bojo das reformas neoliberais. A partir dessas se tem uma menor participação do Estado brasileiro na chancela de educação superior gratuita, franqueando para a iniciativa privada a entrada no setor.

Na paisagem da cidade contemporânea expostos estão, dentre outros tantos, os anúncios dos pródigos produtos educacionais, que transformam um cidadão comum em vencedor, em líder e empreendedor de sucesso. Anunciam-se novos cursos com suas inúmeras vantagens, dentre as quais se podem citar as mensalidades reduzidas e a formação em poucos anos. As provas agendadas que substituem os processos seletivos também são atrativos enaltecidos.

O fenômeno expansionista revelado pelos dados estatísticos oficiais alcançou o país por inteiro. É bem verdade que algumas regiões mais distantes ainda não foram alcançadas pela presença física acadêmico/institucional, porém nestas localidades as investidas têm se utilizado da educação à distância como estratégia adotada pelos empreendedores educacionais para alastrar suas áreas de ação e influência.

Tomando como base para análise a categoria administrativa e o ano de 2007, na Região Norte verifica-se a presença forte do setor privado. Conforme demonstrado no gráfico 13. Enquanto que o setor público responde por 14,58% (21) IES, o setor privado comparece com 85,42% totalizando (123) IES instaladas.

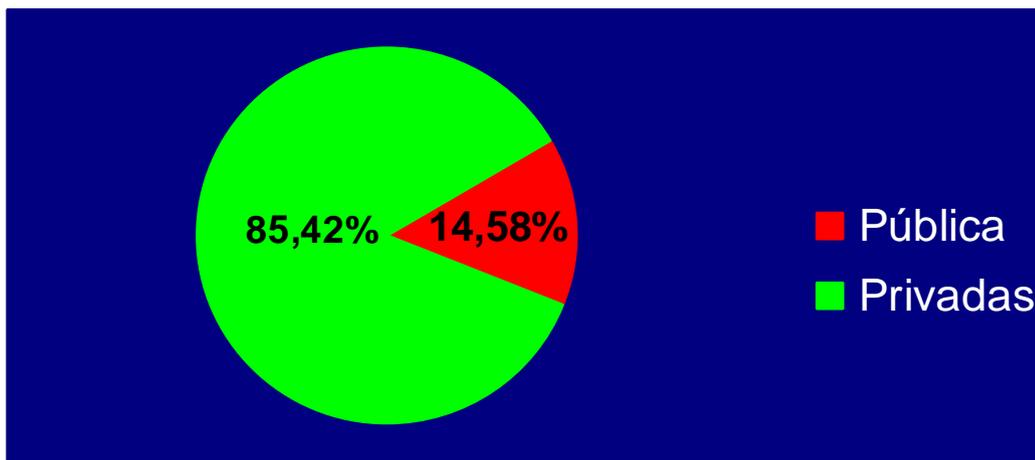


Gráfico 13 - Total de IES por categoria administrativa na Região Norte no ano de 2007

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Ao analisar-se o gráfico estampado na seqüência, mais uma vez, verifica-se a participação destacada da iniciativa privada no setor. Tocantins é o Estado que ostenta o maior número de IES privadas, seguido pelo Estado de Rondônia e Pará. Todas as unidades da federação possuem ao menos uma IES Pública Federal. O Estado do Acre e de Roraima com oito IES privadas são os Estados com a menor presença de empreendimentos do setor.

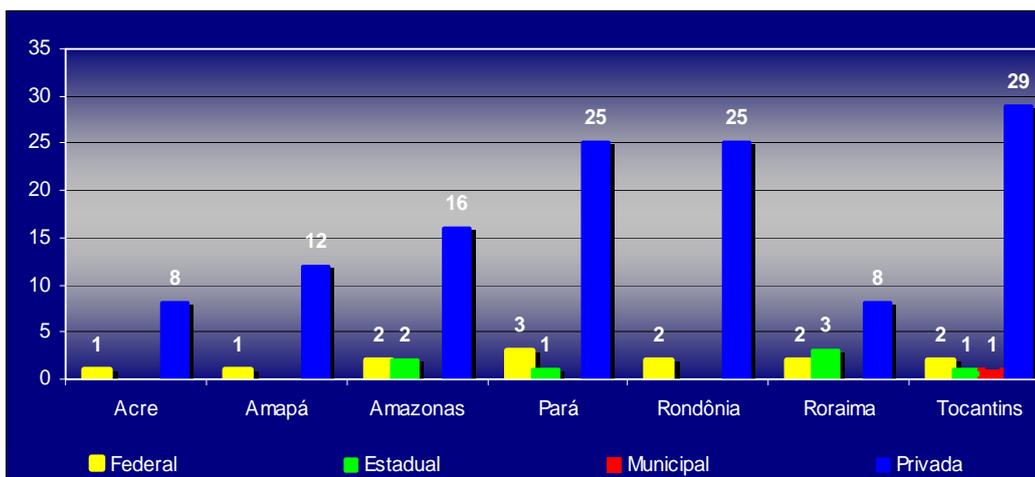


Gráfico 14 - Total de IES por categoria administrativa na Região Norte no ano de 2007

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.2 CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAPÁ E NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ (1990-2005)

A presença da educação superior no Estado do Amapá seja ela pública ou privada é muito recente. A primeira IES pública de educação superior instalada no Estado foi a Universidade Federal do Amapá em 1990. Já a IES de caráter privada foi o Centro de Ensino Superior do Amapá. Estas, portanto são as IES pioneiras na oferta de educação superior no Estado. Conforme visualizado no gráfico abaixo. No período de 1990 a 2005 instalaram-se, portanto 11 IES, sendo (10) do setor privado o que equivale a 90,91% e uma do setor público o que corresponde a 9,09% do total.

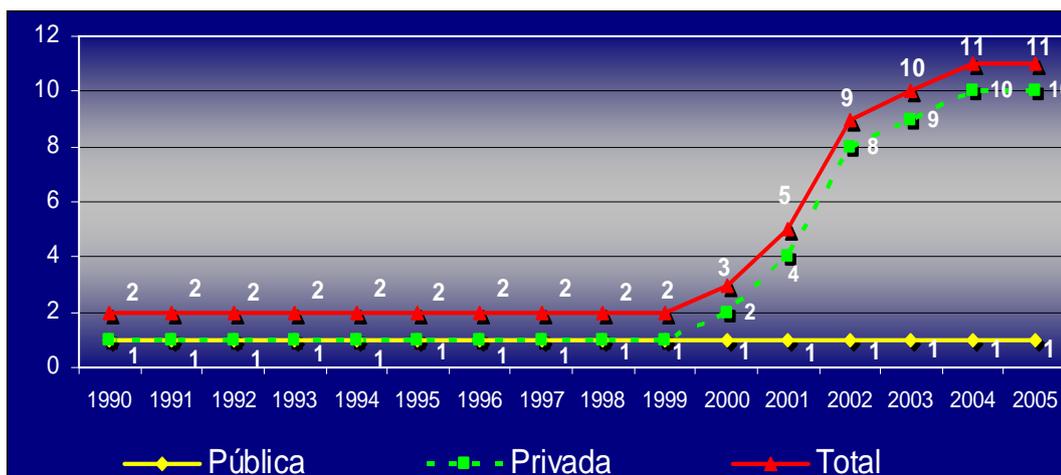


Gráfico 15 - Total de IES por categoria administrativa no Estado do Amapá de 1990 a 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes

As informações que constam no gráfico 15 retratam de forma nítida o fenômeno do expansionismo ocorrido no setor da educação superior no Brasil. É interessante observar que há uma simetria entre a expansão verificada na cidade de Macapá e no Brasil. Enquanto que o setor público permanece inalterado durante os 5 anos do estudo, o setor privado salta de uma IES em 1990 para 10 em 2005. A curva ascendente no setor privado tem seu ponto de partida em 2000, portanto coincidente com o registrado no país.

O ponto de partida pode ser explicado pela abertura ocorrida no campo legal, franqueando à iniciativa privada a entrada nesta atividade mercadológica. A desestruturação do setor público que inibiu a abertura de novas vagas é outro fator a ser considerado, bem como o potencial de demanda de brasileiros e brasileiras existente à época representando uma força indutora para a abertura de empreendimentos capazes de abrigar e atender aos diferentes aspectos da formação.

4.2.1 Evolução da oferta de cursos

Com relação à oferta de cursos, considerando a série histórica de 1990 a 2007, os dados revelam que estes sofreram uma ampliação muito forte a partir do ano de 2002. A instalação de novas IES contribuiu para isso. A oferta de mais e diversificados cursos pode ser uma sinalização que o setor começa a sentir os efeitos da concorrência. O processo de oferta de novos cursos continua.

Em 2005 o conjunto de IES privadas ofertava vagas por intermédio de 75 cursos, número que em 2006 totalizava 87 cursos. De um ano para outro foram abertos 12 novos cursos, sem se considerar as IES que não constam da estatística no Inep e dos cursos de educação a distância que operam na cidade.

Das instituições de educação superior objeto do estudo a Faculdade do Amapá é a que figura com o maior número de cursos, conforme visualizado no gráfico a seguir. Neste, pode-se verificar ainda, que a oferta de cursos se dá efetivamente a partir do ano de 2002.

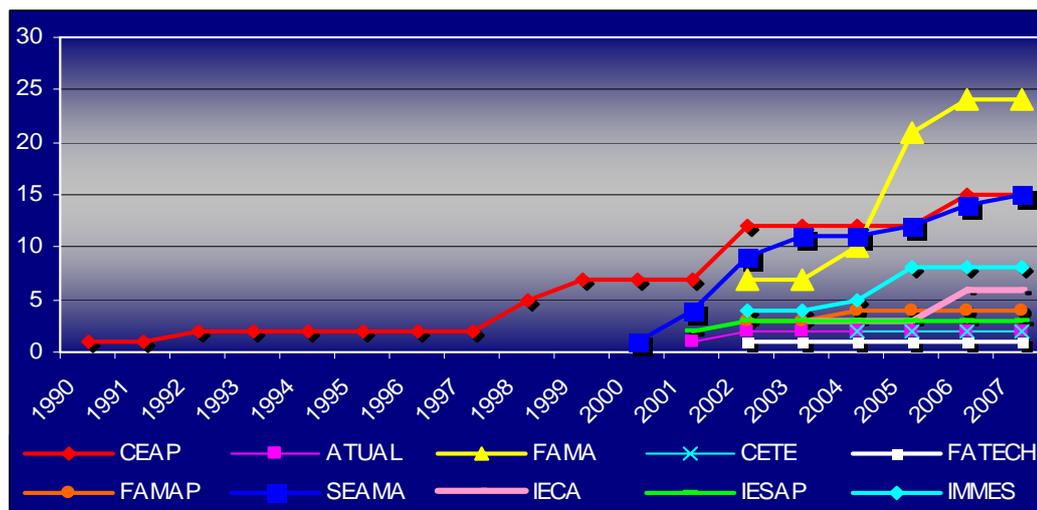


Gráfico 16 - Evolução e oferta de cursos por IES privadas de 1990 a 2007 em Macapá

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Dentre as IES que ostentam o maior número de cursos estão a Faculdade de Macapá - Fama, a Faculdade Seama e o Centro de Ensino Superior do Amapá - Ceap. Um olhar mais detalhado permite afirmar que as IES já estão com cursos com pequena demanda, ou até mesmo, sem demanda alguma. Exemplo real dessa situação pode-se citar os cursos de Hotelaria, Tecnologia em Informática Educativa e a Habilitação em Relações Públicas da Faculdade Seama.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para essa situação: uma, a da ausência de um planejamento de mercado mais consistente por parte da IES e, a outra, de que há a percepção por parte dos ingressantes que o mercado não comporta mais egressos dos que já estão em atuação. Uma terceira hipótese, aliás, é fato, que corrobora essa situação é a não-adoção de procedimentos mais criteriosos por parte do MEC na autorização de novos cursos. Pelo que consta, a política adotada para a autorização de novos cursos, inclusive a abertura de novas IES, é a do livre mercado. Pouco ou quase nada é exigido para instalar-se uma nova IES.

4.2.2 Evolução da oferta de vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes

Nessa parte do trabalho far-se-á uma análise da evolução de vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes das dez IES privadas do município de Macapá na série histórica de 1991 a 2005, sem perder de vista o fluxo havido no Brasil e na Região Norte.

O acesso a essas informações auxilia na feitura de uma visão panorâmica no que tange aos aspectos anteriormente apontados. Para se chegar aos dados já transformados em gráficos fez-se a busca no Censo 2005 do MEC/Inep/Deaes para compor, inicialmente, uma tabela que serviu como base ou banco de dados e que deu origem ao gráfico geral e aos gráficos pormenorizados.

No gráfico 17 destaca-se um dado importante da série histórica, qual seja, a curva ascendente que ocorre entre vagas disponibilizadas e alunos ingressantes, porém, o fato de ter-se uma estabilização no número de ingressos está indicando para o fim do ciclo de expansão verificado no setor implicando em possível aumento da concorrência.

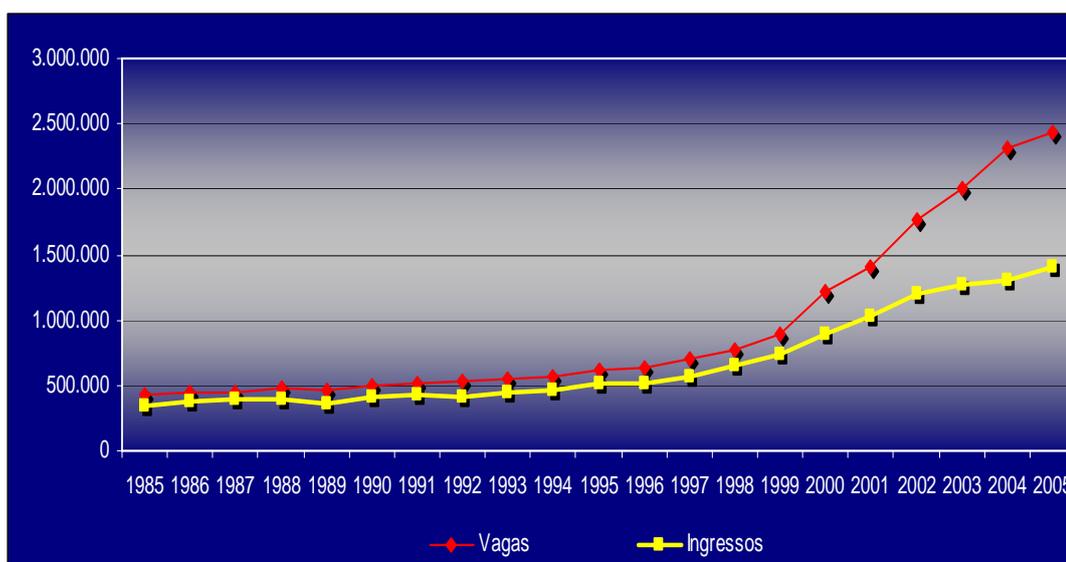


Gráfico 17 - Total de vagas e ingressos por ano nas IES no Brasil (1985 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na composição gráfica 18 visualiza-se o fluxo que ocorreu de 1991 a 2005, nas IES da cidade de Macapá, considerando vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes. Na análise se constata que o total de vagas se mantém estável no período de 1991 a 1998, porém, daí em diante produz uma curva ascendente com pequena oscilação, para baixo em 2001, mantendo-se e em curva ascendente robusta e consistente. Esta tendência se manteve e, combinada com as demais em análise, explica a causa da elevada concorrência presente no setor, uma vez que a resultante da análise do número de inscritos e ingressos perfaz um movimento de inclinação e estabilidade. A análise dos três componentes ao mesmo tempo permite afirmar que o ciclo expansionista do setor da educação superior está contido.

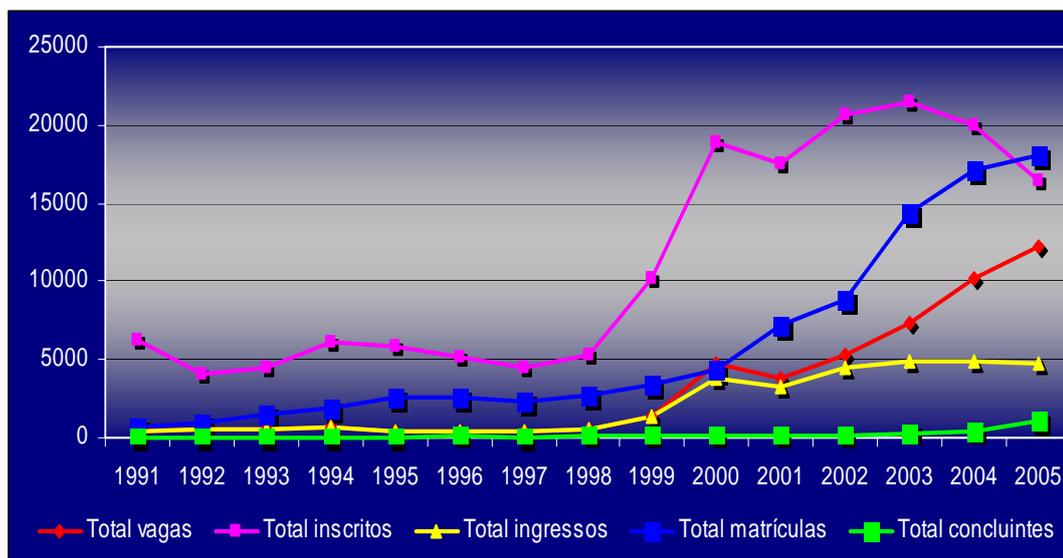


Gráfico 18 - Total de vagas, inscritos, ingressos, matrículas e concluintes por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na seqüência analítica usando como referência o gráfico 19 um primeiro dado a ser destacado é o que retrata as vagas disponibilizadas e os ingressos que efetivamente se processaram no período. Em 1991, ofertaram-se 450 vagas e se processaram 450 ingressos. Essa relação se manteve praticamente estabilizada até 1999 quando começa a oscilar negativamente, ou seja, de uma situação em que se tinha um ingresso para cada vaga ofertada passa-se para (0,68) para cada vaga disponibilizada. Em 2005, a relação vaga x ingressos atinge um patamar que deve ser

objeto de muita preocupação para os empreendedores deste ramo de atividades, pois, de uma relação 1x1 passa-se para uma relação de (0,39 x 1) ingressos para cada vaga ofertada.

As IES em Macapá disponibilizaram no ano de 2005, 12.213 vagas e, efetivamente, se consolidaram 4.817 (39,44%) matrículas, o que em outras palavras pode ser traduzido numa ociosidade de 60,56%. Estes dados demonstram que há uma oferta de vagas bem superior aos clientes efetivos dispostos a comprar uma das vagas. Neste cenário, como primeira consequência tem-se o aumento da concorrência provocada pela busca desesperada de clientes, com a redução dos preços praticados nas vendas dos serviços e produtos educacionais.

Com a queda de receita ocasionada pelo aumento da ociosidade tem-se uma segunda consequência que se situa no âmbito dos contratos de trabalho dos funcionários técnico-administrativos e do corpo docente. Já há evidências empíricas da substituição de docentes com maior titulação por outros de menor qualificação, mantendo os quadros sob o aspecto da qualificação quanto ao regime de trabalho nos limites exigidos pelo MEC para o reconhecimento dos cursos e para o credenciamento das instituições.

No período de 1991 a 2005, conforme retratado no gráfico 17 tem-se um crescimento de 2.714% no número de vagas para um crescimento de 1.070% no número de ingressos, o que corresponde a uma diferença de 1.644% para maior na oferta de vagas comparado ao efetivo ingresso de alunos nas IES.

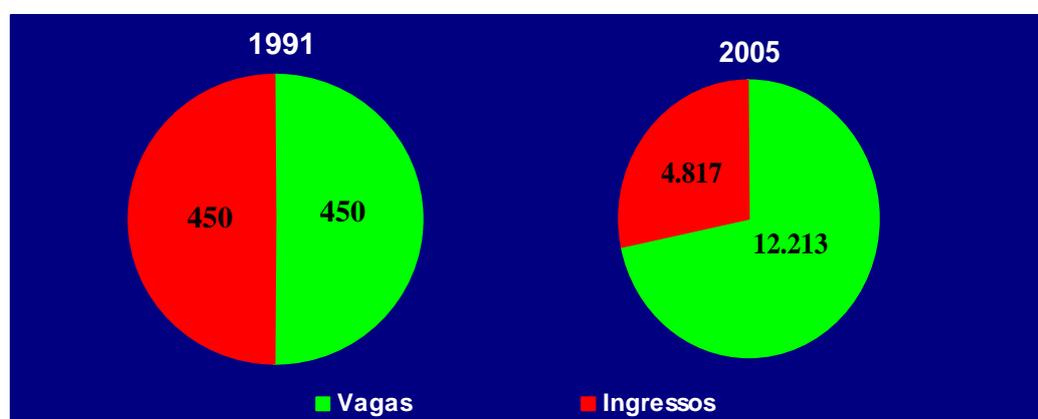


Gráfico 19 - Relação entre o número de vagas ofertadas e ingressos nas IES de Macapá/AP (1991 e 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.2.3 Evolução da oferta de vagas

Na parte em tela figura o gráfico 20 que traz uma série histórica do total de vagas disponibilizadas pelas IES desde o ano de 1990 a 2005. Predomina a oferta de vagas para a capital do Estado. Os dados que aparecem com oferta de vagas para o interior do Estado referem-se a um programa especial de formação desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá. Também se pode extrair do gráfico a curva ascendente indicando a oferta de vagas que iniciou e se manteve desde o ano de 2001, decorrente da instalação de novos empreendimentos do setor privado na cidade de Macapá, bem como a predominância da oferta de vagas na capital e no turno noturno.

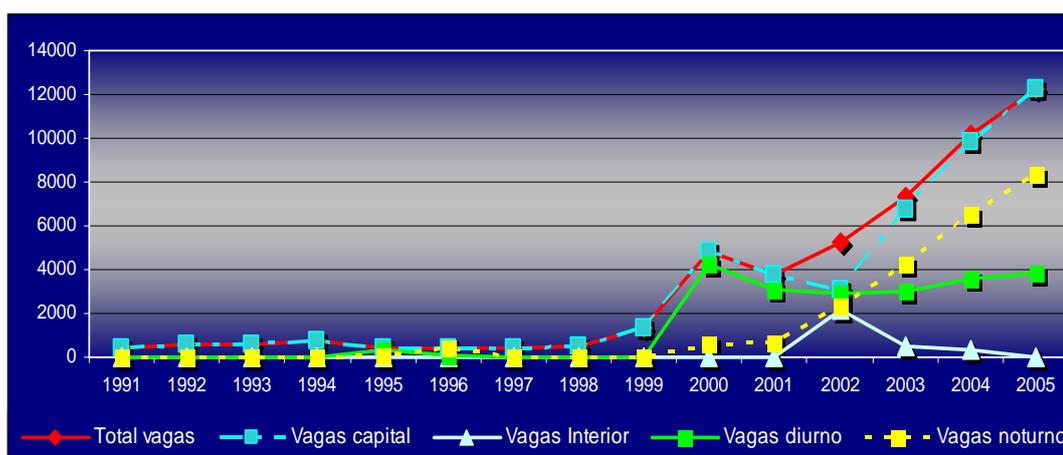


Gráfico 20 - Total de vagas por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na parte em apreço figura o gráfico 21 que revela o mapa das vagas disponibilizadas por IES. Denota-se na análise certa estabilização na oferta de vagas de oito IES. Outras três (Ceap, Seama e Fama) têm um considerável aumento da oferta, destacadamente a Faculdade de Macapá.

As curvas gráficas também sinalizam para uma estabilização no crescimento, todavia, é razoável admitir que as informações contidas nos gráficos, e neste particular, o que indica a oferta de vagas captam um momento das IES, e que a dinâmica econômica, política, social e cultural podem alterar estes fluxos.

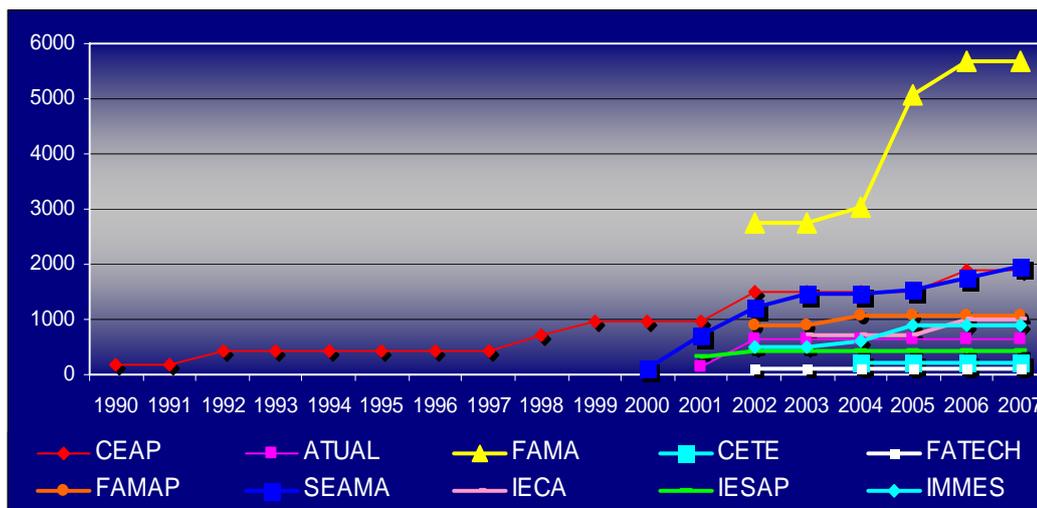


Gráfico 21 - Evolução do número de vagas por IES privada no município de Macapá/AP (1990 a 2007)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.2.4 Evolução do número de inscritos

Com relação ao número de inscritos consta-se o seguinte de acordo com as informações do gráfico 22: em 1991, 6.297 candidatos se inscreveram nos processos seletivos para o ingresso em algum dos cursos ofertados pelas IES. Em 2002, este número saltou para 20.598 inscritos, tendo um refluxo para 16.433 alunos em 2005. Há uma predominância de inscrições para o turno noturno composto, principalmente, pelo sexo feminino.

As curvas em declínio do número de inscrições que se verifica no gráfico que segue pode ser decorrente do fim da demanda reprimida, mas também pode ser uma antecipação de cenário futuro, com novos componentes. Um desses componentes já é possível identificar a partir da análise dos dados em tela. Trata-se do robusto aumento da competitividade no setor provocada pela presença de novas IES, pelo aumento da oferta de novas vagas anteriormente apontado.

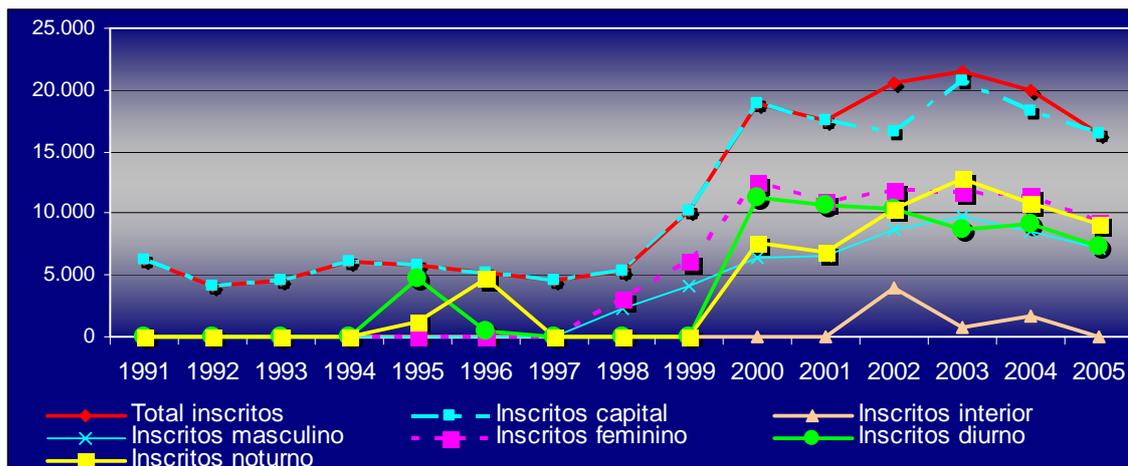


Gráfico 22 - Total de inscritos por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.2.5 Evolução do número de ingressos

Da série histórica em análise e tomando a categoria dos ingressantes como objeto, verifica-se uma tendência em curso. Está cunhada na série uma ligeira elevação no número de ingressantes, registrada principalmente no ano de 2000 e 2003, com sinais claros de estabilização no ano de 2005, o que vai acarretar em um novo posicionamento das IES no contexto local e regional.

O fluxo de ingressos é um indicador muito importante para o planejamento estratégico das IES, pois o mesmo repercute diretamente na dinâmica financeira das IES. Novos alunos são sinônimo de novas receitas, e são essas que irão decidir sobre o tamanho e robustez dos empreendimentos.

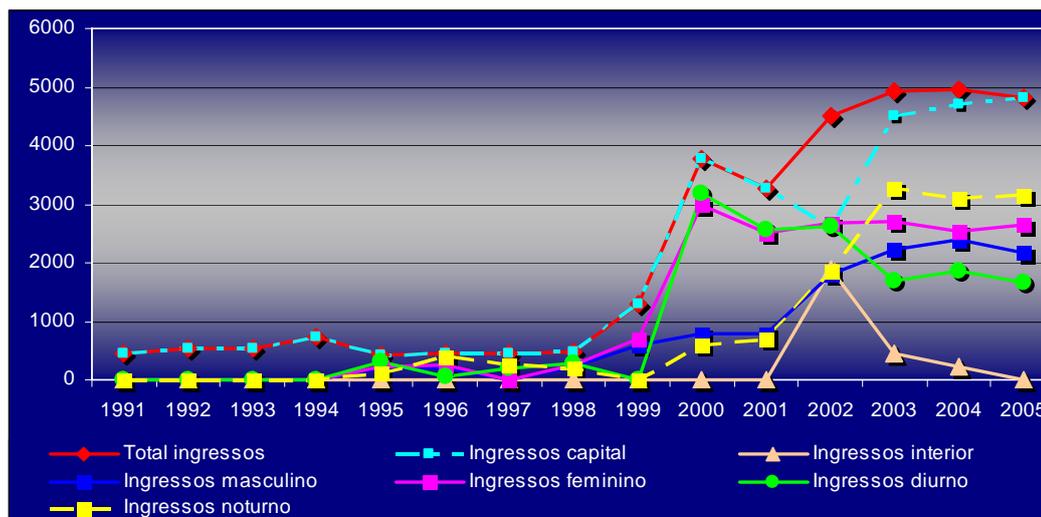


Gráfico 23 - Total de ingressos por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.2.6 Evolução do número de matrículas

Compor um cenário futuro para os empreendimentos e negócios do setor, principalmente os da educação superior privado é atitude necessária. Para tanto nada melhor que mergulhar nas informações disponíveis do desempenho das IES nos últimos anos. As matrículas que são o objeto de análise aqui se resumiam a 627 para um total de 450 vagas em 1991. Em 2005, o conjunto das IES disponibilizaram um total de 12.230 vagas; matricularam-se 18.000 alunos. De fato, esse dado por si só pode representar certo alento para o setor, mas se este for relativizado com outros componentes deve ser igualmente motivo de preocupação.

Senão vejamos: a presença da educação superior em Macapá é muito recente. Esta é marcada por muitos cursos e turmas novas. Em 2005 ingressaram 4.800 novos alunos e concluíram o curso de graduação 1.119. Entraram, portanto, 3.681 novos alunos para uma oferta de 12.230 vagas.

A reposição de alunos é imprescindível para manter-se a estrutura instalada das IES. As instituições firmam compromissos de cinco em cinco anos por intermédio do Plano de Desenvolvimento Institucional, contudo fazer frente a uma ociosidade em curva ascendente coloca em risco, até mesmo o planejamento estratégico e a sobrevivência das IES.

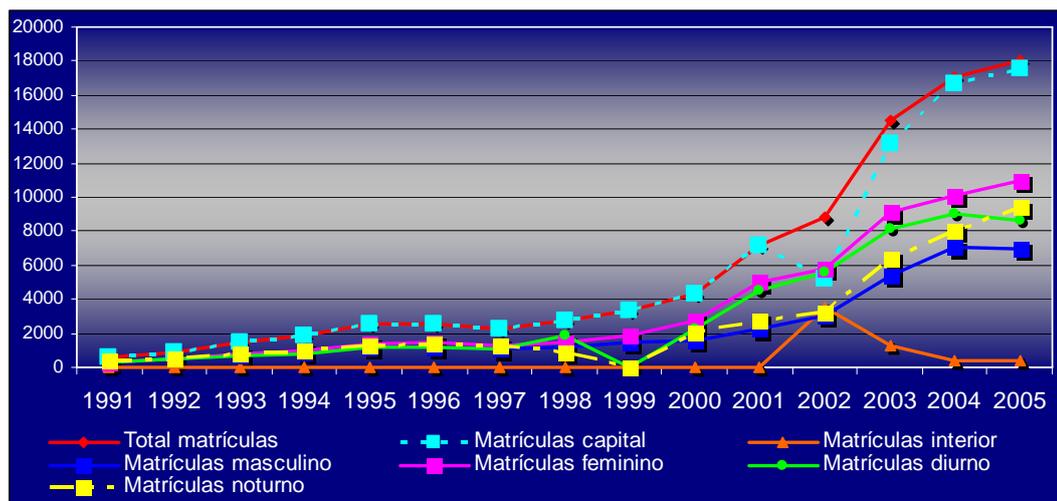


Gráfico 24 - Total de matrículas por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)

Fonte: MEC/INEP/DEAES

4.2.7 Evolução do número de concluintes

A evolução do número de concluintes está diretamente associada à oferta de vagas pelas IES. Tomando como base os dados do MEC/Inep/Deaes do ano de 2005 referentes às matrículas e concluintes considerando os fluxos verificados no Brasil e Região Norte temos a seguinte situação: as matrículas no país totalizavam 4.453.156 para 7.117.858 de concluintes, um percentual de 15,98%. A proporção matrícula/concluente era de (6/2). Na região Norte, as matrículas somavam 261.147 para 35.719 concluintes, um percentual de 13,68%. A proporção matrícula/concluente era de (7/3). No Estado do Amapá, registrou-se no ano de 2005 18.011 matrículas para 2.119 concluintes, um percentual 11,76%. Já a proporção concluente/matrícula foi de (8/5). Das matrículas registradas no Estado do Amapá (11.155) 61,94% eram das IES Privadas e (6.856) 38,06% da IES Pública.

Em relação à proporção matrícula concluente o Estado do Amapá registra o maior índice (8/5), contra (7/3) da região Norte e (6/2) do Brasil.

No gráfico 25 destaca-se o desenho do fluxo de concluintes que inicia a partir do ano de 1995, com curva ascendente acentuada em 2005. Tal situação se verifica por fechar determinados ciclos formativos. Contudo este componente é também muito relevante, pois, a cada ciclo formativo a IES perde potencial de receita. A

existência de desequilíbrio muito acentuado entre ingressos e concluintes exigirá novas reengenharias de gestão que podem ter impacto na precarização do trabalho técnico-administrativo e docente.

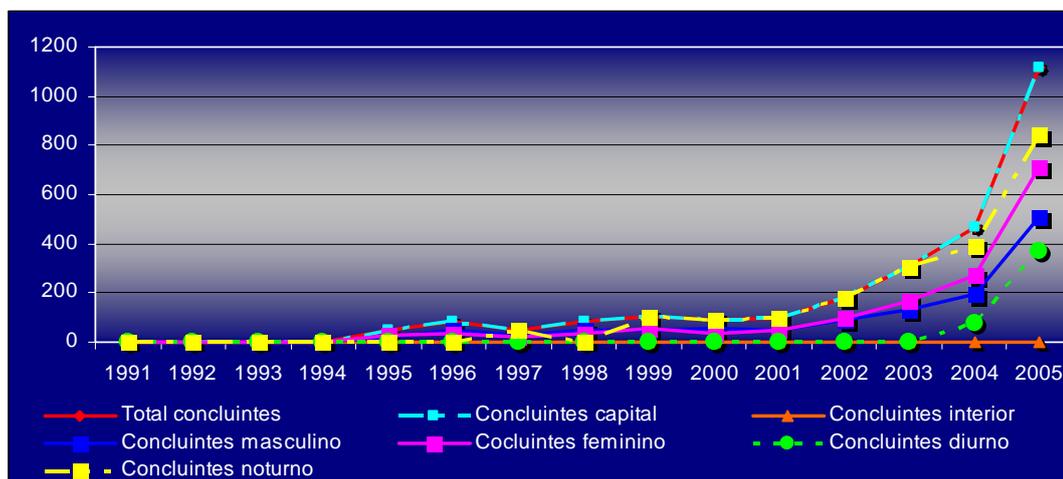


Gráfico 25 - Total de concluintes por ano das IES privadas de Macapá/AP (1991 a 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.3 FLUXO DE VAGAS, INSCRITOS E INGRESSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP

Esta seção foi composta com informações peculiares do fluxo de vagas, inscritos e ingressos das instituições privadas e pública no contexto da educação superior em Macapá. Destaca-se, embora já visualizado durante o trabalho, que as composições gráficas perfiladas na seqüência são reveladoras por estamparem de forma contundente o retrato das IES, objeto do estudo.

De outra parte, ressalta-se que a inclusão da única IES pública que ofertava educação superior no período da série histórica em apreço deu-se para mostrar e sustentar que de fato só há e houve expansão do setor privado pela inexistência de vagas públicas que acolhessem brasileiros e brasileiras potenciais candidatos às vagas em algum curso superior.

Na feitura das composições gráficas seguiu-se um padrão lógico para facilitar a leitura das mesmas. Na composição 26 destaca-se que do total de vagas

disponibilizadas pelo conjunto das IES no ano de 2005, 11.496 são das IES do setor privado (94,52%) e 667 da IES pública (5,48%). Outro dado muito significativo diz respeito ao total de candidatos inscritos. O conjunto das IES privadas registrou em 2005, 7.183 inscrições, enquanto que a IES pública, 8.681 inscritos, superior, portanto ao total das inscrições do setor privado. Esse dado auxilia a desfazer o discurso ideológico de que os candidatos procuram as IES privadas pela falta de qualidade dos serviços prestados pela IES pública existente na cidade. Evidente está de que os potenciais candidatos a uma vaga na educação superior, em não obtendo êxito ao acesso na IES pública, são forçados a disputar uma vaga no setor privado.

Os dados estampados na composição gráfica em análise colocam-se como argumento irrefutável com relação à tese sustentada no trabalho monográfico em tela, ou seja, o fenômeno da expansão da educação superior privada no Brasil deu-se, também, pela ausência de oportunidades de acesso à educação superior pública e gratuita, em razão da inexpressiva oferta de vagas neste setor.

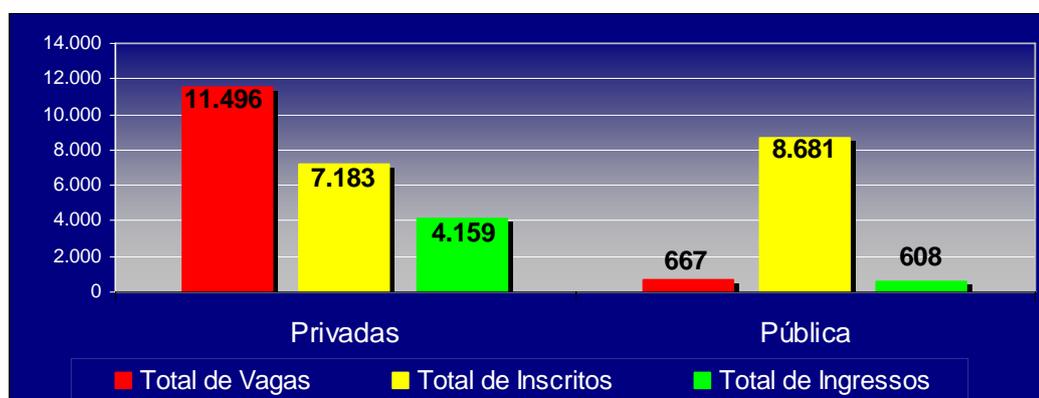


Gráfico 26 - Total de vagas, inscritos e ingressos das IES privadas e pública de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deas

As composições gráficas 27 e 28 retratam o fluxo de forma individualizada ocorrido nas IES privadas e pública. Nota-se que na composição 27 a relação candidato vaga na IES pública é superior a 13/1. A ocupação das vagas disponibilizadas é de 91,15%. De cada 13 candidatos somente um vai realizar o sonho de adentrar o círculo dos que freqüentam os bancos de IES que oferta educação pública gratuita.

Aos doze restantes sobra a alternativa de buscar uma vaga no conjunto das IES privadas.

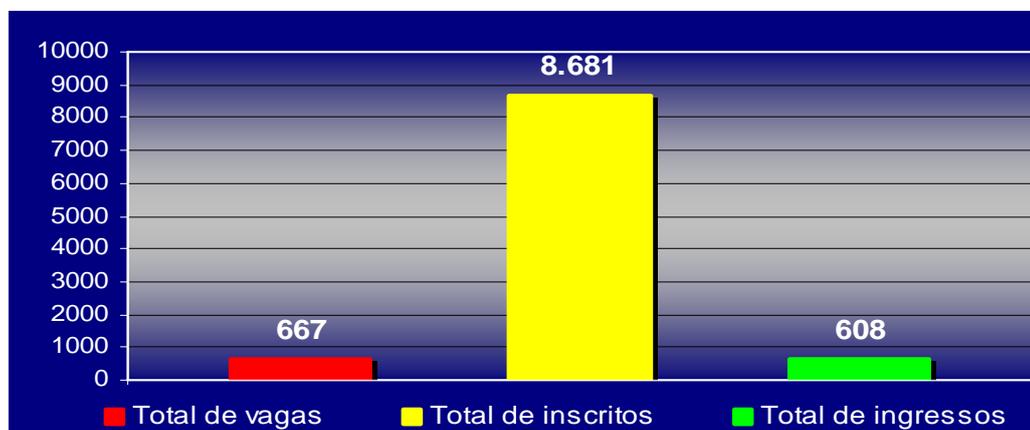


Gráfico 27 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Universidade Federal do Amapá - Unifap, Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Destaca-se na composição gráfica 28 o fluxo de vagas, inscritos e ingressos no conjunto das IES privadas instaladas no município de Macapá no ano de 2005. Enquanto que no setor público a relação candidato vaga é de 13/1 no setor privado esta relação é de 0,62/1. Ou seja, menos de um candidato por vaga. Do total de vagas disponibilizadas apenas 36,17% são ocupadas.

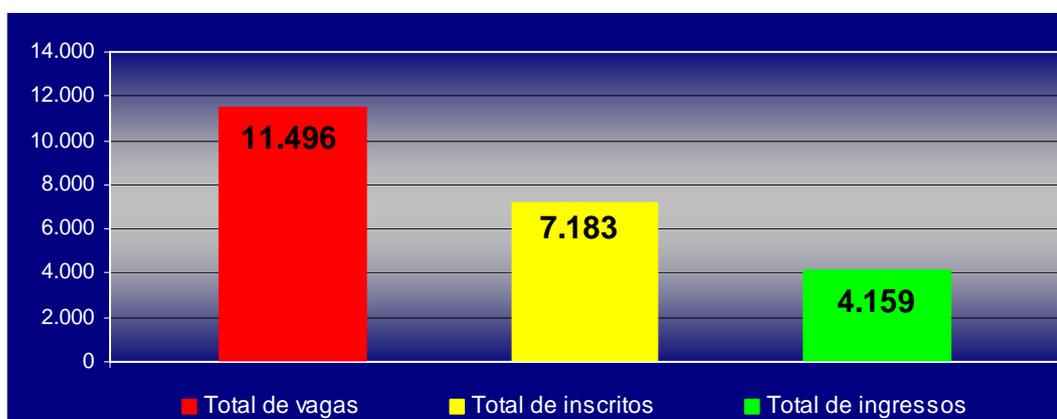


Gráfico 28 - Total de vagas, inscritos e ingressos das IES privadas de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na composição gráfica 29 destaca-se igualmente o fluxo de vagas, inscritos e ingressos da primeira IES privada instalada na cidade de Macapá. Em 2005 a referida instituição disponibilizou 1.516 vagas. Registrou-se uma relação candidato vaga de 0,99. Muito próximo, portanto, de um candidato para cada vaga disponibilizada. Do total de vagas disponibilizadas apenas 42,94% são ocupadas.

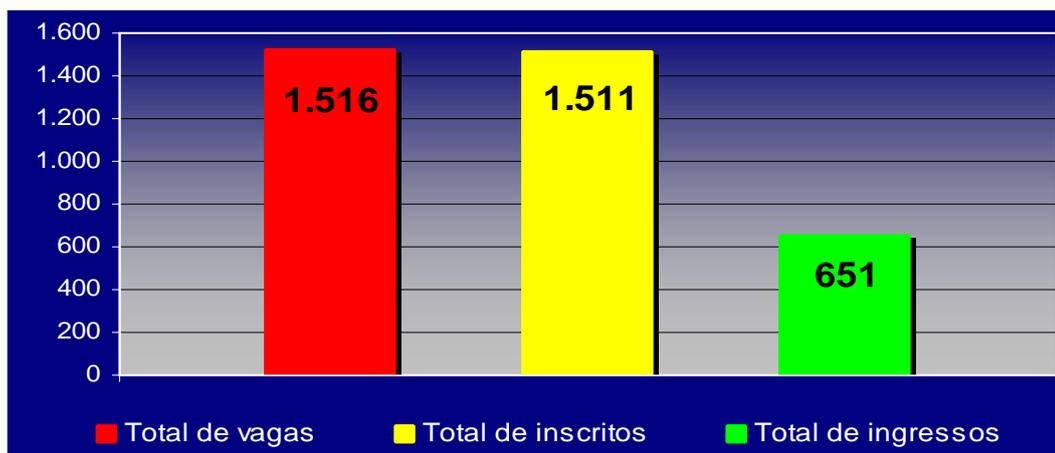


Gráfico 29 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Centro de Ensino Superior do Amapá - Ceap de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Verifica-se na composição gráfica 30 que em 2005 a segunda IES privada instalada na cidade de Macapá disponibilizou 1.850 vagas das quais 863 foram ocupadas, ou seja, 46,64%. Nesta IES registrou-se uma relação candidato vaga de 0,5.

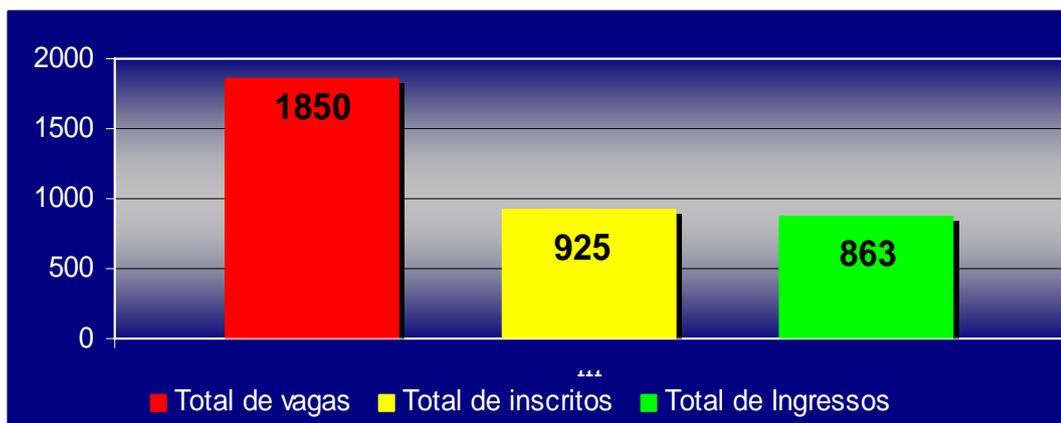


Gráfico 30 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade Seama - Seama de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na composição gráfica 31 registra-se o fluxo de vagas, inscritos e ingressos da terceira IES privada instalada na cidade de Macapá. A mesma em 2005 disponibilizou 518 vagas das quais 299 foram ocupadas, representando 57,72%. A relação candidato vaga foi de 1,08. Esta IES se situa entre as cinco instituições privadas que registram mais candidatos que vagas disponibilizadas.

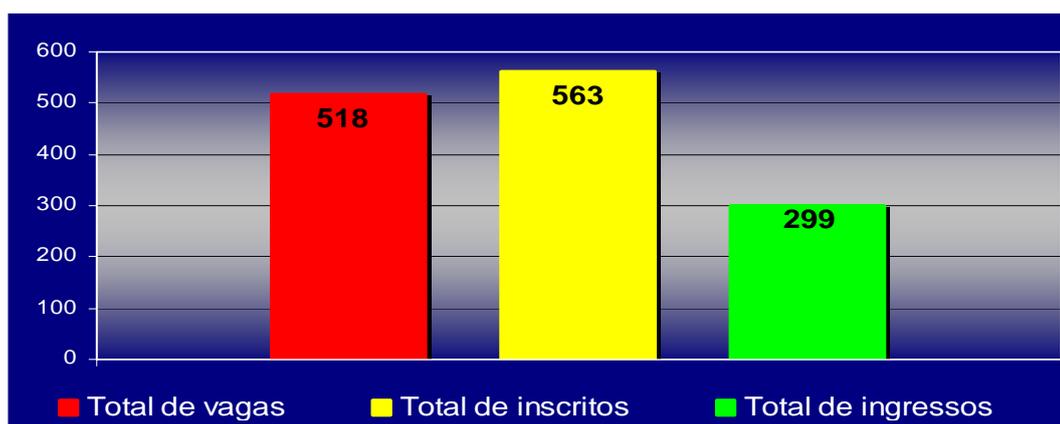


Gráfico 31 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Instituto de Ensino Superior do Amapá - Iesap de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

A quarta instituição de educação superior privada do município de Macapá/AP, conforme a composição gráfica 32 no ano de 2005 disponibilizou 270 vagas das

quais 211 foram ocupadas representando 78,14%. A relação candidato vaga representou 1,007. Esta IES também se situa dentre as que registraram mais inscrições que vagas disponibilizadas.

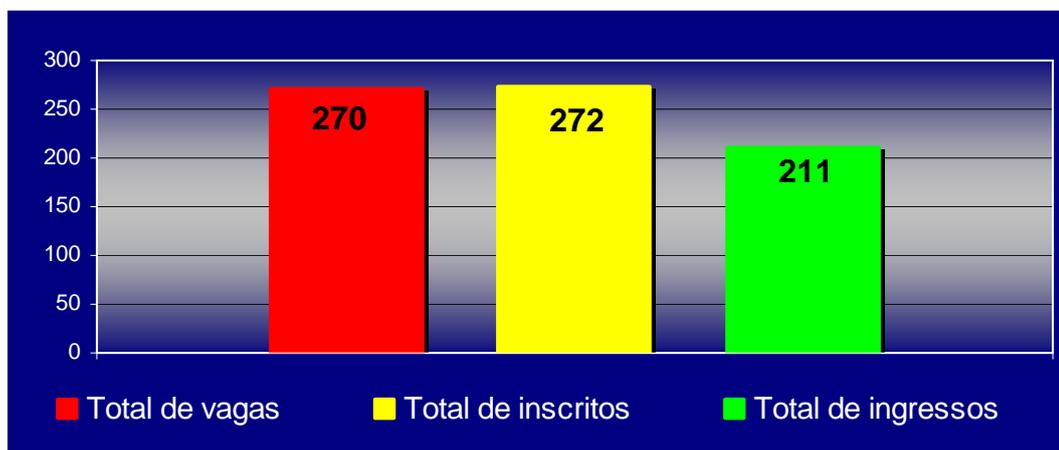


Gráfico 32 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade Atual - Fat de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

No fluxo total de vagas, de inscritos e ingressos referentes ao ano de 2005, do quinto empreendimento de educação superior privada da cidade de Macapá, registra-se a oferta de 1.060 vagas das quais 452 foram ocupadas representando 42,64%. A relação candidato vaga foi de 1,11.

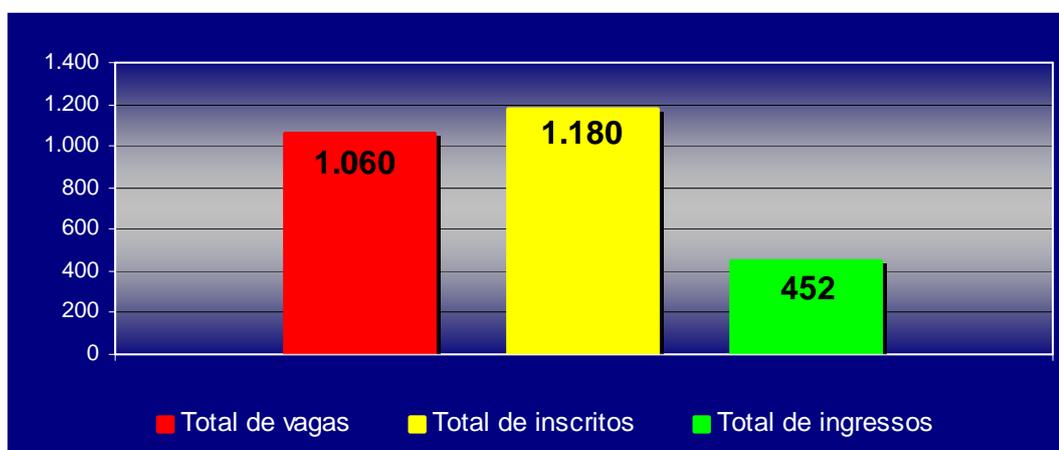


Gráfico 33 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade do Amapá - Famap de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na sexta IES privada de acordo com a composição gráfica 34, registra-se a oferta de 390 vagas e um total de 337 ingressos, representando uma ocupação de 86,4%. A relação candidato vaga foi de 1,24. Este é um empreendimento que possui o segundo melhor desempenho em se tratando de taxa de ocupação de vagas.

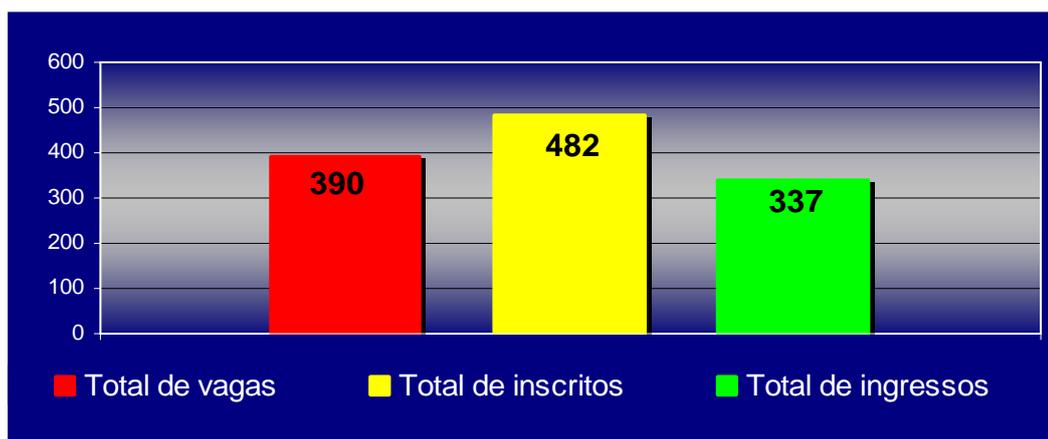


Gráfico 34 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Instituto Macapaense de Ensino Superior - Immes de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep//Deaes

Os números do gráfico 35 do sétimo empreendimento de educação superior privada indicam a oferta de 5.092 vagas para um total de 929 ingressos representando 18,24%. A relação candidato vaga ficou 0,29 para cada vaga disponibilizada. Das dez IES do estudo, este é o empreendimento com o maior número de vagas ofertadas no ano de 2005.

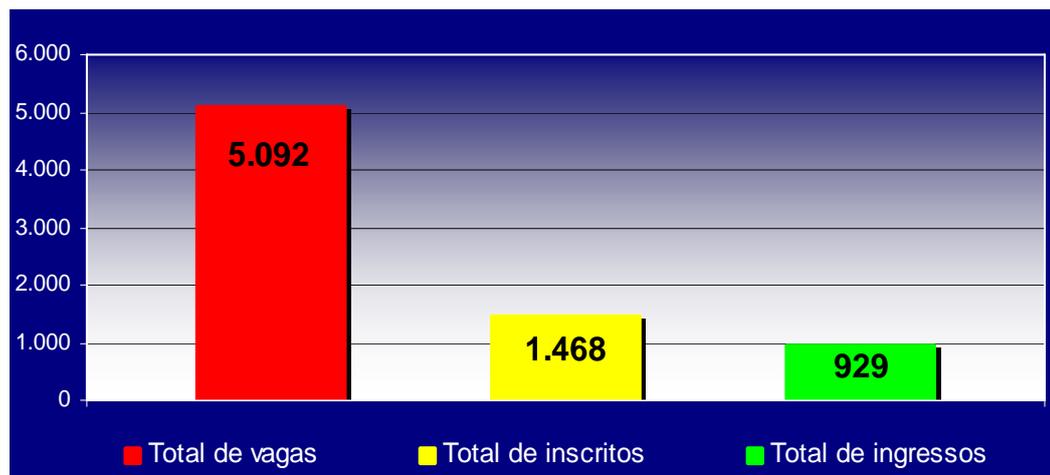


Gráfico 35 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade de Macapá - Fama de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

No fluxo total de vagas, de inscritos e ingressos referentes ao ano de 2005 da composição gráfica 36, do oitavo empreendimento de educação superior privada da cidade de Macapá, registra-se a oferta de 100 vagas para um total de 33 ingressos representando uma taxa de ocupação de 0,33%. A relação candidato vaga foi de 0,57.

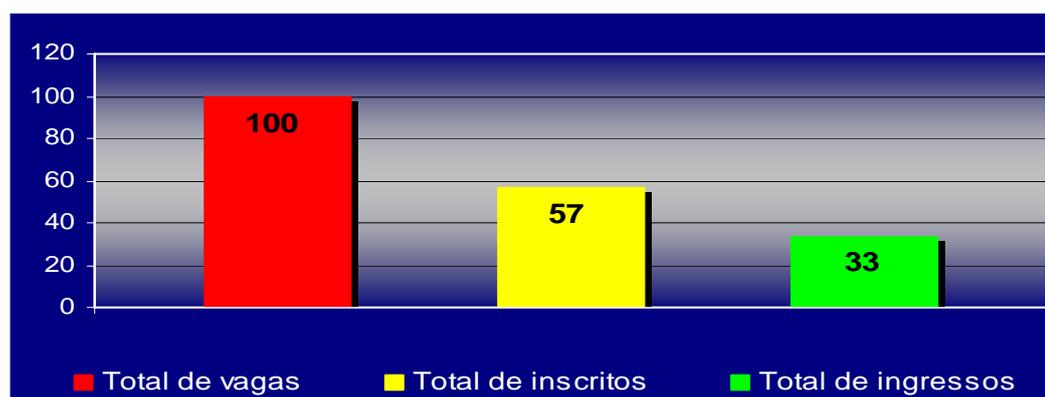


Gráfico 36 - Total de vagas, inscritos e ingressos da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Fatech de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na nona IES privada de acordo com a composição gráfica 37, registra-se a oferta de 500 vagas e um total de 198 ingressos, representando uma ocupação de 39,6%. A relação candidato vaga foi de 1,08. Este é um empreendimento que

também se situa dentre as IES que registraram mais inscritos que vagas disponibilizadas.

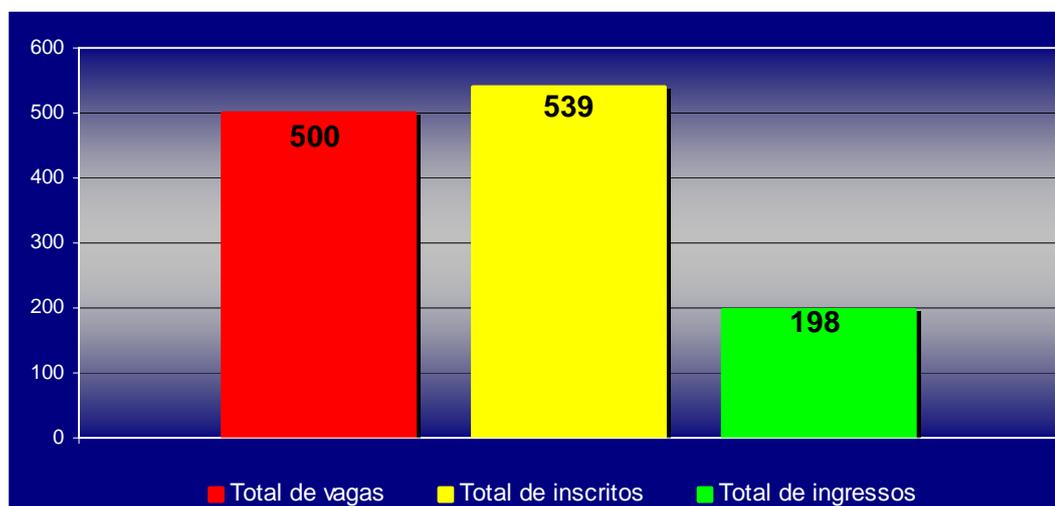


Gráfico 37 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - Ieca de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na composição gráfica 38 registra-se o fluxo de vagas, inscritos e ingressos da décima IES privada instalada na cidade de Macapá. A mesma em 2005 disponibilizou 200 vagas das quais 186 foram ocupadas, representando 93,72%. A relação candidato vaga foi de 0,93. Dentre as IES em análise esta é a que apresenta a mais alta taxa de ocupação da vagas disponibilizadas.

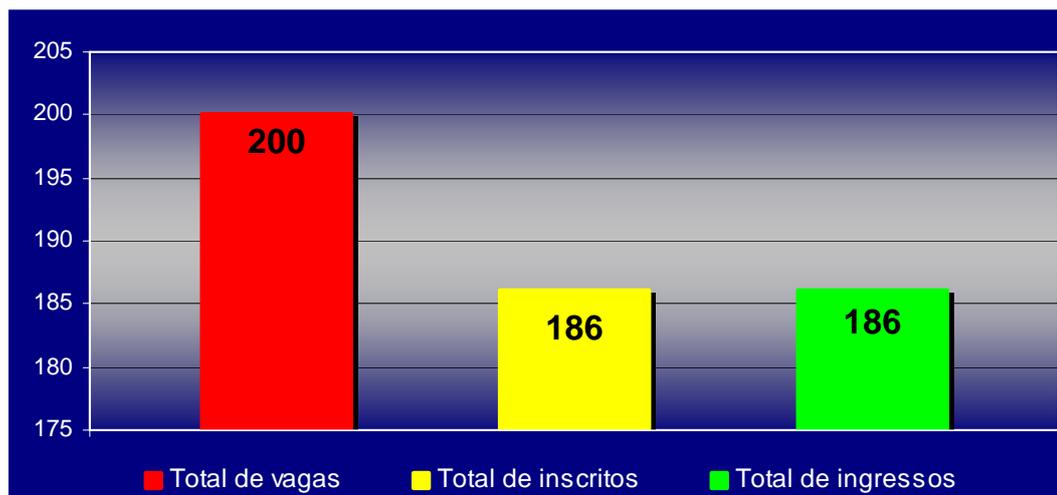


Gráfico 38 - Total de vagas, inscritos e ingressos do Centro de Educação Tecnológica - Cete de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

As treze composições gráficas apresentadas anteriormente resultado da captura do fluxo de vagas, inscrições e ingressos no ano de 2005 das instituições de educação superior do município de Macapá/AP, embora retratem um momento específico das IES, são reveladoras. Na análise, ficou evidenciada a forte presença do setor privado na oferta de educação superior na cidade. Este participa com 94,52% das vagas ofertadas naquele ano, enquanto que as disponibilizadas pela IES pública representaram 5,48%.

Ainda, a respeito do fluxo em tela, nas próximas quatro composições gráficas apresenta-se o total de vagas, inscritos, ingressos e taxa de ocupação por IES privada no ano de 2005. Estas informações complementam as análises em curso da presente seção, ademais, revelam o desempenho de cada IES no cenário da educação superior privada na cidade de Macapá/AP.

No gráfico abaixo estampado está o total de vagas disponibilizadas no ano de 2005 pelas IES de educação superior privada na cidade de Macapá/AP. A Faculdade de Macapá desponta neste aspecto constituindo-se na IES com o maior número de vagas ofertadas. Do total de (11.496) vagas as da instituição representam 44,29%. Curiosamente, esta também é a IES que figura com a maior taxa de ociosidade conforme gráfico 42.

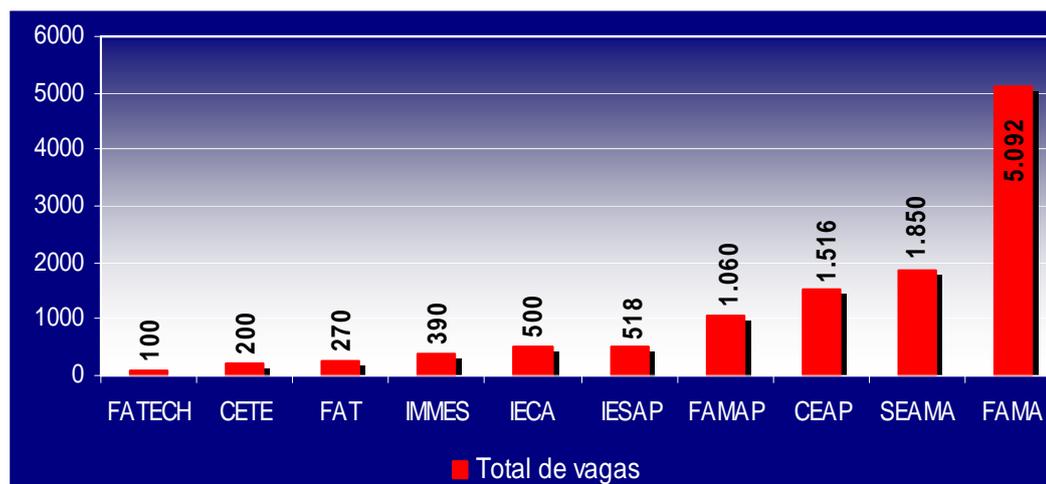


Gráfico 39 - Total de vagas por IES privada de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na próxima composição gráfica esculpido está o total de inscritos por IES privada de Macapá/AP no ano de 2005. No conjunto das IES privadas há 7.183 inscritos dos quais 70,77% se situam em 4 das dez IES do estudo. Ao cruzarem-se os dados com os disponíveis no gráfico 41 que retrata os ingressos observa-se que as mesmas estão posicionadas no mesmo quadrante, todavia, cruzadas com as informações do gráfico 42 que estampa a taxa de ocupação percebe-se alteração do posicionamento das mesmas. A IES que disponibiliza o maior número de vagas situa-se em segundo lugar quanto aos inscritos e lidera os ingressos, ocupa paradoxalmente também o primeiro lugar na taxa de ociosidade.



Gráfico 40 - Total de inscritos por IES privada de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Os dados estampados na composição gráfica 41 mostram a distribuição dos ingressantes por IES da educação superior privada em Macapá no ano de 2005. Os dados revelam a existência de uma simetria entre vagas disponibilizadas e ingressos efetivados. Das análises pode-se inferir que no cenário local quatro IES despontam quando são considerados o total de vagas, disponibilizadas, o total de inscritos e o total de ingressos.



Gráfico 41 - Total de ingressos por IES privada de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Por fim, na composição gráfica 42 estão representadas as taxas de ociosidade presentes nos empreendimentos de educação superior privada de Macapá-AP no ano de 2005. A Faculdade de Macapá é a IES que disponibiliza o

maior número de vagas, registra o maior número de ingressos, ostenta o segundo lugar em número de inscritos e figura como instituição com a menor taxa de ocupação dentre as dez IES do setor. Este dado, certamente explica as profundas alterações que a IES promoveu ao longo do ano de 2006, conforme amplamente noticiado na imprensa local.

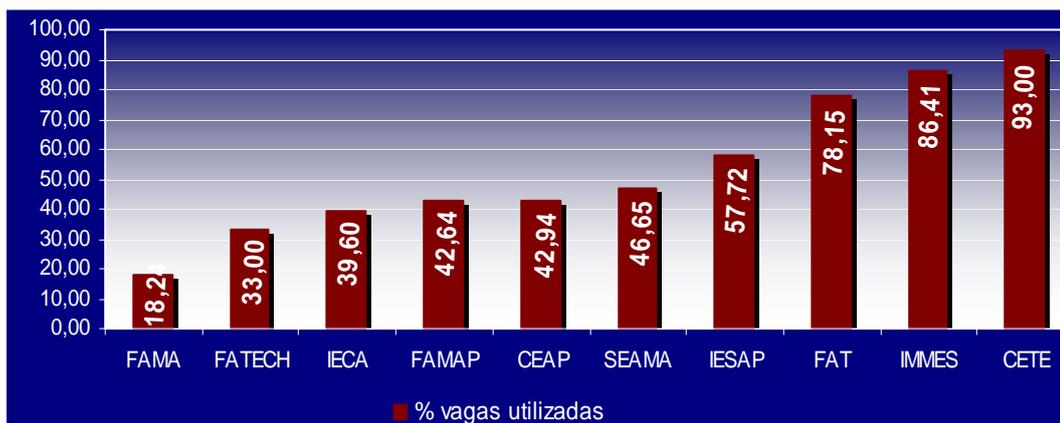


Gráfico 42 - Total de vagas utilizadas por IES privada de Macapá/AP (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

As altas taxas de ociosidade presentes nas cinco das dez instituições do estudo estampadas no gráfico anterior são indicativo consistente para o anúncio do fim do ciclo expansionista nos moldes tradicionais em que este se deu. No contexto da educação superior local e regional ainda há espaço para o crescimento do setor, contudo não nos atuais moldes. O reposicionamento das IES com novos produtos e serviços pode ser a saída estratégica para melhorar o desempenho das mesmas no cenário contemporâneo.

4.4 A FUNÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

Conforme anteriormente indicado, e na seqüência se procura evidenciar, houve nos últimos anos um expressivo crescimento dos empreendimentos privados na oferta de vagas na educação superior no país. Nesta seção se fará uma análise

com relação à função e titulação docente tomando como base o ano de 1991 e 2005. É possível visualizar que ocorre uma simetria entre maior titulação e regiões mais desenvolvidas do país. A expansão da educação superior privada deu-se de forma espalhada, repercutindo também na evolução das funções docentes. Se tomarmos os dados do MEC/Inep/Daeas de 2005, constata-se que no Brasil, no período de 1991-2005 ocorreu um crescimento nas funções docentes de 146.988 para 292.343 representando um aumento de 98,89%. Na Região Norte, de 4.651 funções docentes registradas em 1991 passou-se para 14.058 representando um crescimento de 202,25%. No Estado do Amapá, no ano de 1991 registra-se 23 funções docentes para 697 em 2005, representando uma elevação de 2.930%.

Tabela 1 - Titulação docente em exercício no Brasil (Censo 2005)

Estado (UF)	Doutor	Mestre	Especialista	Graduado	Docentes (TOTAL)
RR	71	126	302	166	665
AP	32	172	400	93	697
AC	80	206	241	229	756
RO	186	551	901	69	1.707
TO	157	503	805	300	1.765
SE	237	609	501	462	1.809
MA	319	969	1.376	482	3.146
AL	447	718	1.400	605	3.170
RN	778	1.384	952	585	3.699
AM	472	1.362	1.553	403	3.790
PI	280	935	2.179	787	4.181
MS	635	1.466	1.418	745	4.264
MT	486	1.202	2.035	859	4.582
PA	815	1.654	1.643	566	4.678
PB	1.121	2.010	1.091	639	4.861
ES	821	2.284	2.299	750	6.154
CE	1.328	2.578	1.686	955	6.547
PE	1.712	2.617	2.334	828	7.491
DF	1.740	3.379	2.215	978	8.312
GO	1.117	2.833	3.833	855	8.638
SC	2.490	6.136	5.114	1.344	15.084
BA	2.433	5.629	5.735	2.358	16.155
RS	5.330	8.244	3.958	2.011	19.543
PR	4.915	9.443	7.454	2.190	24.002
MG	6.069	10.913	11.346	3.858	32.186
RJ	8.233	11.663	7.321	5.287	32.504
SP	20.990	25.528	16.640	8.799	71.957
Total	63.294	105.114	86.732	37.203	292.343

Fonte: MEC/Inep/Deaes

A tabela 1 e o gráfico 43 ilustram a distribuição da titulação docente no Brasil por Estado. Nota-se que a Região Norte ocupa os cinco primeiros lugares em menor número de docentes. Somente o Estado do Pará é que se situa num nível intermediário. O Estado do Amapá só perde para o Estado de Roraima em número de funções docentes. O Estado com o menor número de doutores é o Amapá. São

Paulo possui o maior número de funções docentes e figura também com o maior número de doutores e mestres.

Esta situação permite deduzir de que mesmo havendo desenvolvimento em função da capacidade científica instalada este crescimento será assimétrico se comparado com as outras regiões do país, uma vez que a produção científica se dá de forma simétrica com a titulação. Mesmo dentro da Região Norte as assimetrias regionais se solidificam se fizermos a análise considerando que a pesquisa é protagonista do desenvolvimento, sendo que, pesquisa quem desenvolve é doutor.



Gráfico 43 - Titulação docente em exercício no Brasil (Censo 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

O Estado do Pará e do Amazonas se destacam com relação à titulação dos docentes que atuam nos respectivos Estados, conforme visualizado na composição gráfica 44, enquanto que o Pará possui 815 doutores o Estado do Amapá figura com apenas 32. O número de doutores do Estado do Pará corresponde a 44,95% dos da Região Norte. Já o Estado do Amapá possui 32 doutores o que corresponde a 1,76% em relação ao total de doutores da região.

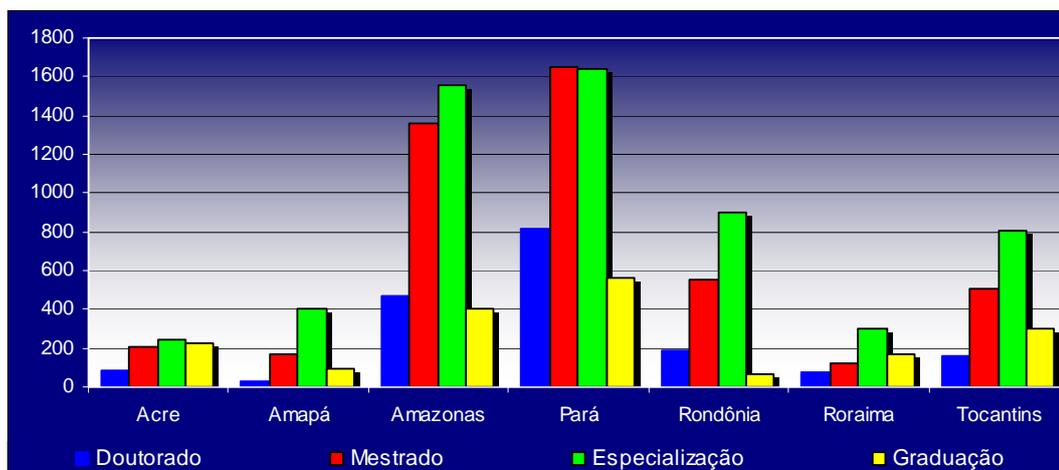


Gráfico 44 - Titulação docente em exercício na Região Norte (Censo 2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Na última composição gráfica dessa seção apresentam-se os dados sobre a distribuição da titulação docente nas instituições de educação superior no município de Macapá/AP. Na composição incluíram-se as informações da Universidade Federal do Estado do Amapá, para poder-se analisar a relação entre o caráter público e privado.

Constata-se que a IES pública mesmo respondendo por apenas 4,07% do total de vagas ofertadas, com base no ano de 2005, esta somente têm dois doutores a menos que as outras dez IES privadas juntas. Individualmente a instituição pública federal possui o maior número de doutores. Do total 697 docentes, 400 são especialistas (57,39%), 172 possuem a titulação de mestre (24,68%), 93 são graduados (13,34%) e apenas 32 possuem a titulação de doutor o que corresponde a 4,59%.

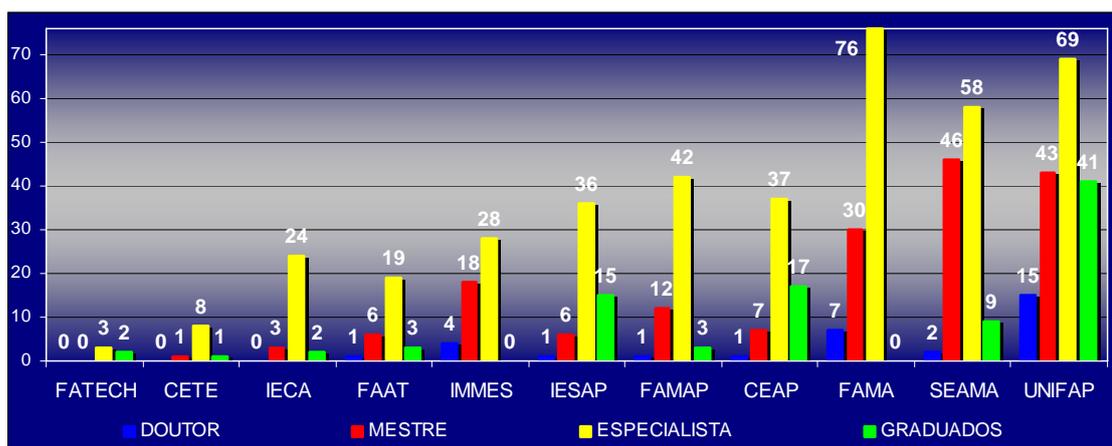


Gráfico 45 - Função docente em exercício por IES no município de Macapá em (2005)

Fonte: MEC/Inep/Deaes

4.4.1 A profissão docente no contexto da Educação Superior Privada de Macapá

Nas interlocuções foram suscitadas informações sobre o processo de recrutamento e admissão dos profissionais docentes para atuar no contexto das IES privadas que se instalaram no período de 1990 a 2005 na cidade de Macapá.

A instalação de instituições de educação superior privadas na cidade de Macapá deu origem a novas demandas de trabalho, as quais puderam ser supridas pela falta de trabalhadores professores com formação adequada para atuarem neste contexto. Formas muito parecidas foram utilizadas pelas IES para suprirem as demandas que se colocavam a cada novo curso autorizado.

Algumas instituições fizeram a opção de investir em profissionais da cidade e região, custeando os seus processos de formação, dentre essas se pode citar a primeira IES privada que se instalou na cidade.

Eu tenho poucos professores de fora. Os meus professores estão sendo qualificados com ajuda da instituição. [...] Nós temos mestres. Até doutor viu, com patrocínio da instituição. No nosso PDI, assumimos um compromisso com o Ministério da Educação de qualificar nossos docentes. Iniciamos primeiro com especialização lato sensu. Nós fizemos convênios com algumas instituições. Estamos com 96% dos nossos docentes com especialização. Enviamos professores para se capacitarem em outras regiões e hoje são mestres. Patrocinamos a formação para mestrado e doutorado (interlocutor 1).

Outra instituição de educação superior privada fez a opção de trazer de fora do Estado, profissionais já qualificados, preferencialmente com a titulação de mestrado. Esta política tem funcionado e dado certo na maioria dos casos segundo o interlocutor 2.

A Faculdade Seama por ter iniciado cursos inéditos (11) no Amapá, teve que buscar recursos humanos - docentes - fora do Estado. Esta política tem sido boa, pois elimina o tempo de qualificação de docentes da IES. Tem dado certo na maioria dos casos e foi uma política necessária e terá continuidade até que consigamos formar e qualificar nossos docentes aqui no Estado. Já contratamos mais de 50 professores - mestres de fora do Estado do Amapá (interlocutor 2).

A opção pelo investimento na qualificação de seus docentes têm sido adotada pela maioria das IES. De fato, inicialmente os empreendimentos privados utilizavam-se dos profissionais da Universidade Federal do Estado do Amapá. Contudo, por impedimento legal, de ano para cá os profissionais com dedicação exclusiva nas instituições mantidas pela União não podem mais atuar em IES privadas. Este fato levou a maioria das IES a ofertarem cursos em nível de especialização para dotar outros profissionais de formação, especialmente, a pedagógica. Atrair profissionais de outras regiões com atrativos que podem ser oferta de moradia e diferenciação salarial, é uma estratégia utilizada.

Em primeiro lugar eu penso que todas as instituições particulares ocupam a mão-de-obra oriunda da UNIFAP. Só que vai chegar uma hora e será um problema legal. Já estamos começando a sentir isso pela legislação trabalhista. Apesar de todas as dificuldades, eu tenho investido na qualificação dos meus profissionais. Tenho dois professores afastados recebendo bolsa e se qualificando fora. Outra opção é atrair profissionais de fora como eu faço agora. Oferecemos moradia, salário diferenciado. Eu acredito que as congêneres deveriam pensar da mesma forma, porém tem instituição dispensando os mestres para baixar custos. E como existe! (interlocutor 4).

Pagar os melhores salários e trazer docentes de IES congêneres de Belém foi a saída implementada por mais uma instituição que não possuía, tão pouco

encontrava, profissionais com qualificação no contexto local para a atuação na docência da educação superior.

Uma forma de manter bons profissionais é pagando o melhor e buscando os melhores que nós temos no mercado. Nós pagamos o melhor valor, o valor mais alto de hora aula e nós procuramos dar uma carga horária para o professor que ele não tenha a necessidade de ter que ficar correndo de escola em escola para que ele possa completar a sua carga horária. Temos muitos professores com 40h. Além disso, nós temos trazido alguns professores de Belém para suprir algumas necessidades que aparece. Fizemos intercâmbio com a IES congênere em Belém (Estácio de Sá) e completamos a carga horária dos docentes. Pagamos a passagem aérea, ai eles vem e passam dois ou três dias da semana aqui. Nós temos alguns mestres e doutores que vêm para o Amapá nessas condições (interlocutor 5).

A vinda de profissionais de outras regiões para atuar no contexto local tem sido uma constante nas instituições. Neste estudo, dada a sua complexidade e exequibilidade, não se fez o recorte da dimensão cultura e suas respectivas mediações. Contudo, é possível verificar-se a constante rotatividade de profissionais na cidade e nos estabelecimentos.

Eu vejo até com bons olhos a vinda de profissionais de fora do Estado. Se nós temos a necessidade de mão-de-obra qualificada, a necessidade de professores em algumas disciplinas, eu vejo como positiva a vinda de professores de outras regiões. Eu credito que a influência cultural, ela não seja preocupante. Até porque o Amapá, ele tem uma cultura forte e uma característica muito forte na região. E as pessoas que vem para cá, elas têm até que se adequar. Isso aconteceu comigo, eu vim de São Paulo e a princípio eu tive um choque cultural. Essa dificuldade até de adaptação com a alimentação, com as coisas do Amapá. Até com o comportamento das pessoas (interlocutor 5).

Em princípio, não há maiores restrições com relação à vinda de profissionais de outras partes do Brasil para atuarem no contexto da educação superior na cidade de Macapá, porém, pode-se afirmar que isso somente ocorre quando realmente se esgotam as opções locais. Pelas interlocuções constata-se que as IES estão implantando políticas de qualificação docente.

[...] Em alguns setores nós realmente temos dificuldades com profissionais qualificados. A maioria a gente consegue. [...] Temos nos nossos quadros, principalmente, os professores mestres em dedicação exclusiva. Na falta de quadros profissionais, buscamos fora. Temos docentes do Pará, Pernambuco. No curso de Serviço Social a maioria é do Pará. A nossa preferência é pelo mercado local e estamos criando políticas nossas da instituição para qualificar o nosso profissional (interlocutor 6).

Outra instituição de educação superior com proposta mais arrojada investe na qualificação docente, inclusive com apoio institucional para cursar mestrado fora do Estado. De fato, a cidade tem somente uma opção para o docente realizar um curso de mestrado ou doutorado aqui. É por meio do Programa de Pós- Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Estado do Amapá, porém com vagas muito limitadas.

Na Faculdade de Macapá nós adotamos algumas políticas. Uma delas é a da qualificação docente. As pessoas que chegam aqui passam por uma triagem para o ingresso na docência. É feita uma análise curricular. Se o coordenador do curso achar interessante chama o professor para uma entrevista olho no olho. Por fim, o docente dará uma aula para ser avaliado na sua didática pedagógica. Existe uma política de incentivo e de valorização docente, pela qual se oferecem cursos de capacitação para os professores. Estamos ofertando um curso gratuitamente, lato-sensu, para os professores em Didática do Ensino Superior, gratuitamente. Além disso, a FAMA tem bolsa de mestrado para os professores que querem fazer mestrado fora, com pagamento integral. Quando esses alunos terminam mestrado e/ou doutorado ai eles vem aqui e assinam um contrato com a gente e permanecem aqui por um determinado tempo (interlocutor 7).

De fato, a não existência de profissionais qualificados criou realmente dificuldades para o segmento da educação superior privada implantar seus empreendimentos na cidade de Macapá. Há um fato complicador a se considerar. A mobilidade dos docentes é dificultada pela geografia do Estado. Para chegar-se da cidade de Belém, por exemplo, de avião é possível em três horários e por meio de navio a duração da viagem é de no mínimo 24h.

Nós enfrentamos essa dificuldade, inclusive nós temos professor que forçadamente às vezes tem que dar quatro disciplinas por falta de profissional. Nós temos até uma expressão meio rústica. Eu digo: 'olha hoje eu estou mendigando um profissional para dar aulas na faculdade'. Mas se Deus quiser daqui um ano e meio eu terei um profissional qualificado para dar aula (interlocutor 8).

Passados mais de dez anos da instalação da primeira IES privada no Estado, as instituições ainda encontram dificuldades para a contratação de profissionais do contexto local para suprir as suas necessidades do quadro docente. Contudo, o interlocutor reconhece que já ocorreu uma melhora.

Dentro do possível procuramos selecionar nossos docentes, respeitando as recomendações do MEC. A carência ainda é grande, mas sentimos que já houve uma sensível melhora devido à demanda, professores têm procurado se qualificar e melhorar cada vez mais. Temos conseguido bons profissionais para trabalhar e fazer parte do nosso corpo docente (interlocutor 9).

A décima instituição que atua na educação superior na cidade de Macapá, dada às suas características, não encontra maiores dificuldades na contratação de profissionais no mercado local para suprir as suas demandas. A IES prioriza a formação técnico-profissional do docente, porém a mesma tem trazidos docentes mestres da capital do Pará para atender às suas necessidades de quadro docente.

Como nós temos apenas dois cursos na área de informática, nós colocamos 200 alunos por ano; 100 em cada curso, então a nossa quantidade de professor não é tão grande assim. Não temos tido essa dificuldade. [...] Nos cursos tecnológicos a prioridade é dada para a preparação profissional do professor e não exatamente a formação acadêmica. Então nós não temos tanta urgência em ter um mestre, um doutor no nosso quadro, porque o curso de tecnologia tem o objetivo de preparar o aluno rapidamente para o mercado de trabalho (2 anos). Temos dois mestres e os demais são especialistas. Nós já tivemos essa necessidade quando do curso técnico, logo que surgiu, a carência era grande, aí nós íamos a Belém, fazíamos a seleção para trazer esses professores para cá (interlocutor 10).

Nas interlocuções ficou evidenciado que as formas que as instituições de educação superior adotaram para suprir a carência de profissionais qualificados para atuarem neste contexto foram similares. As mesmas indicam como saída o investimento em programas de qualificação de seus docentes, a busca de profissionais de outras regiões do país por meio da oferta de atrativos, dentre eles moradia e diferenciação salarial. Passados mais de dez anos desde a instalação do

primeiro empreendimento privado de educação superior, a carência de profissionais para suprir as demandas ainda persistem.

4.5 AVALIAÇÃO DO PROTAGONISMO EXPANSIONISTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP

Nesta seção tem-se como objetivo analisar o desempenho das IES da cidade de Macapá/AP, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), no período de 2004 a 2006. Serão utilizadas meio de cinco composições gráficas que informam sobre a distribuição dos conceitos obtidos pelas mesmas no período.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), instituído pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria nº. 603, de 7 de março de 2006, é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que compreende três instrumentos: a Avaliação das Instituições, dos Cursos e dos Estudantes.

Este é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e constitui-se em instrumento destinado a avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação; ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional; e, ao nível de atualização dos estudantes com referência à realidade brasileira e mundial.

Embora haja controvérsias com relação a esta política de avaliação, a mesma integra o ciclo avaliativo da educação superior no Brasil e, aos poucos, vai se consolidando como uma prática necessária e importante na formulação de políticas para o setor. No âmbito das instituições, situa-se como indicador de qualidade e instrumento referência no planejamento estratégico das IES.

Na composição gráfica 46 esculpiu-se a distribuição dos conceitos no período em questão. Em 2004 cinco IES participaram do exame, as quais obtiveram um conceito (1), um conceito (4) e três figuram (SC), ou seja, sem conceito. No ano de 2005 dezoito IES participaram do ENADE, representando em relação ano anterior um aumento de 360%. Quanto ao desempenho registram-se quatro instituições com

o conceito (2), quatro com o conceito (3), duas com o conceito (2) e oito (SC). Por fim, no ano de 2006, participaram do processo avaliativo ENADE 26 instituições representando um aumento em relação ao ano anterior de 144,44%. As mesmas registram o seguinte desempenho: uma instituição figura com o conceito (1), seis com o conceito (2), sete com o conceito (3) uma com o conceito (4), e onze sem conceito (SC).

Destaca-se, outrossim, que embora a avaliação ainda não tenha repercutido adequadamente o que representa no contexto da educação superior no país, aos poucos esta vai se situando como indicador importante de qualidade das IES, razão pela qual deveria merecer mais atenção das próprias IES. No material de propaganda institucional a avaliação ENADE não figura como componente definidor da escolha pelo candidato de um percurso formativo, contudo a tendência é de que esta situação mude proximamente.

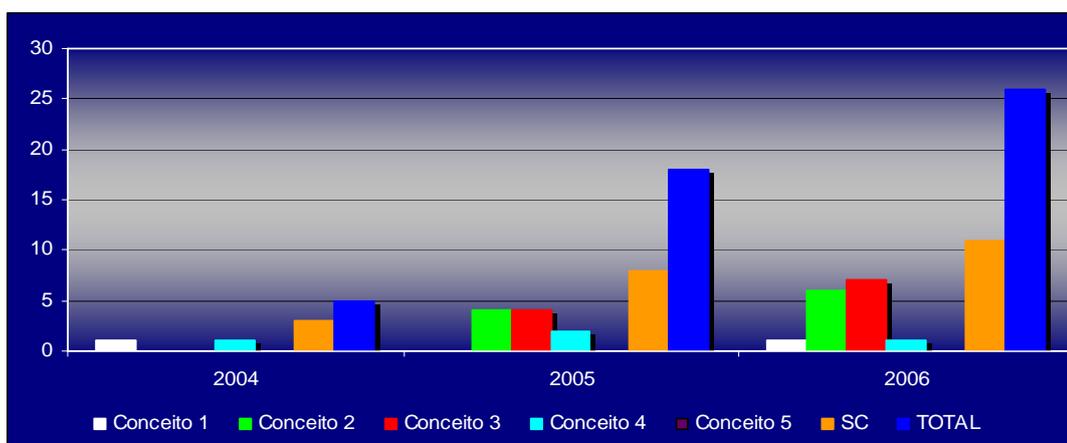


Gráfico 46 - Distribuição dos conceitos das IES no município de Macapá/AP - ENADE (2004 - 2006)

Fonte: MEC/Inep/Deaes - ENADE

No gráfico 47 ilustra-se de forma mais detalhada a situação do conjunto de IES que participaram do ENADE no período 2004-2006. Do total de conceitos no período as IES obtiveram (2) conceitos (1), (10) conceitos (2), (11) conceitos (3), (4) conceitos (4), nenhum conceito cinco e (22) sem conceito (SC). Na análise destaca-se o fato da maioria das IES situarem-se no conceito (3), seguido pelo conceito (2), e

apenas uma IES ter alcançado o conceito (4). Trata-se da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

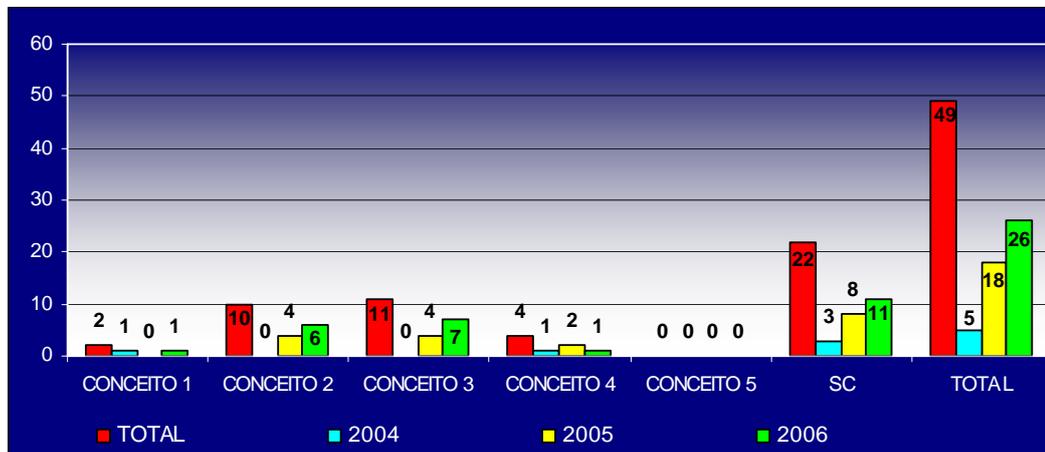


Gráfico 47 - Distribuição dos conceitos das IES do município de Macapá/AP - ENADE (2004 - 2006)

Fonte: MEC/Inep/Deaes - ENADE

Ainda, com relação ao desempenho das IES no período, na composição gráfica 48 estampam-se os resultados verificados no ano de 2004. Cinco foram as IES que participaram do ENADE, das quais (3) figuram (sem conceito (SC)) correspondendo a 60%. Uma, com o conceito (4) representando 20% das IES, e com o conceito (1) outra IES, também representando 20%.

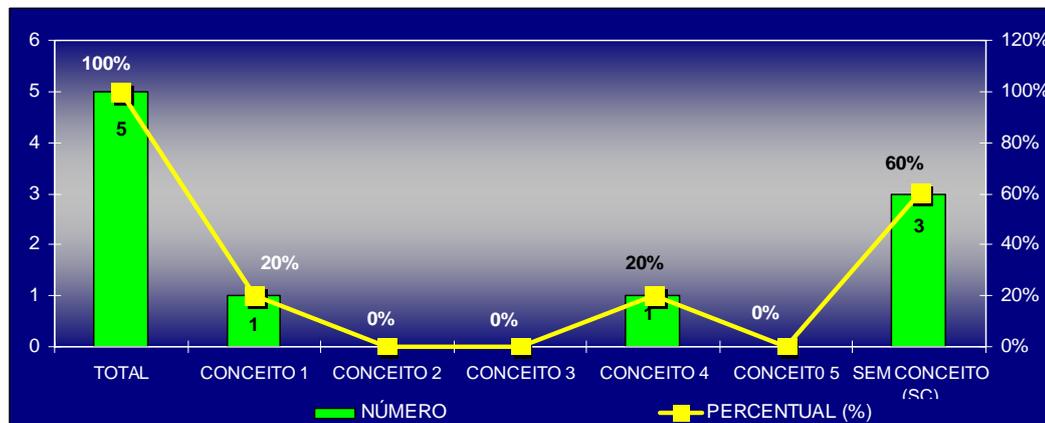


Gráfico 48 - Distribuição dos conceitos das IES do município de Macapá/AP - ENADE - 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes - ENADE

Os dados que compõem o gráfico 49 dizem respeito ao ENADE do ano de 2005. Dezoito instituições participaram da avaliação das quais (8) figuram (sem conceito (SC) correspondendo a 44,44%. Duas com o conceito (4) representando 11,11% das IES. Outras quatro figuram com o conceito (3), correspondendo a 22,22% e, por fim, mais quatro instituições obtiveram o conceito (2) representando também 22,22% dos resultados alcançados.

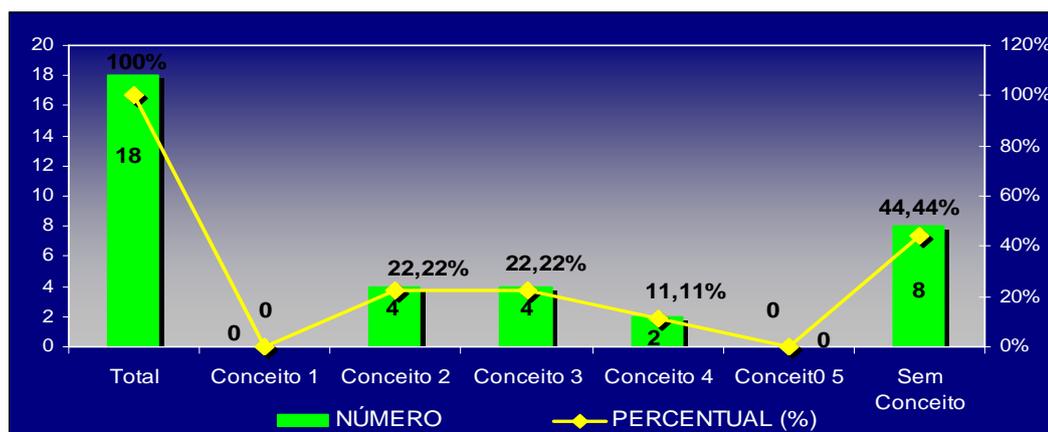


Gráfico 49 - Distribuição dos conceitos das IES no município de Macapá/AP - ENADE - 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes - ENADE

As informações esculpidas na última composição gráfica da seção em tela registram a participação de 26 instituições no ENADE. Destas onze figuram (SC) sem conceito representando 42,3%. Sete alcançam o conceito (3) representando 26,92%. Do conjunto de IES em análise, outras seis atingem o conceito 2 representando 23,08%, uma com o conceito (1) representando 3,85%, e finalmente mais uma que alcança o conceito (4) representando também 3,85%.

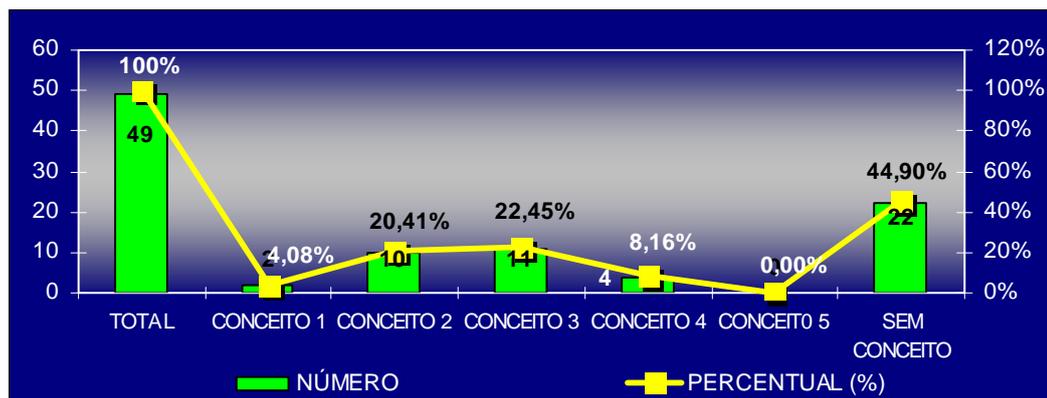


Gráfico 50 - Distribuição dos conceitos das IES no município de Macapá/AP - ENADE - 2006

Fonte: MEC/Inep/Deaes - ENADE

Com a série de composições gráficas perfiladas na seção procurou-se demonstrar o desempenho que as instituições de educação superior apresentaram no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Sustenta-se que o ENADE como parte do ciclo avaliativo da educação superior no Brasil, na medida em que este se consolida como política de estado no tocante à avaliação passa a ser indicador importante para o posicionamento das IES no contexto em que atuam. Os resultados devem ser objeto de análise das IES, pois estes não são somente sinalizações para quem faz uma opção de percurso formativo, mas fundamentalmente pelo fato destes serem componente definidor para fins de reconhecimento e credenciamento das instituições.

4.6 EXPANSÃO MERCANTIL: A PERVERSIDADE COMPETITIVA NOS MEANDROS MERCADOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP

Na presente seção far-se-á a análise das interlocuções cunhadas a partir do questionamento feito junto aos dirigentes máximos das IES que participaram do estudo. Procurou-se saber destes a opinião sobre a repercussão do processo de expansão da educação superior privada particular no Brasil, especialmente na cidade de Macapá.

Os números indicados anteriormente já revelaram em que proporções se deu a expansão deste setor no Brasil, na região norte e na cidade de Macapá. Também há evidências dos altos índices de ociosidade que o setor começa a experimentar. Esta tem sido uma preocupação também revelada pelos interlocutores. A ociosidade se coloca como indicador consistente quanto à robustez expansionista do setor. Não há dúvidas sobre a capacidade expansionista, todavia esta não se dá mais e somente pela quantidade de vagas ofertadas, mas também pela diversificação de vagas e percursos curriculares.

Os principais aspectos que se captou nas interlocuções estão relacionados à concorrência. O setor está experimentado a marca típica de empreendimentos que se situam no campo da iniciativa de mercado. Dentre as concorrências, a que recebe severas críticas é a estabelecida pelas IES que no contexto local estão ofertando a Educação à Distância. De outro quadrante, a concorrência parece ser salutar, conquanto esta se situar, circunscrever-se ou traduzir-se em atuação fora dos interesses do outro.

Daí resulta a preocupação dos interlocutores com a expansão sem freios, principalmente aquela protagonizada pela modalidade à distância. Frear a expansão é prevenir-se com a possível atuação de IES mesmo situada fora do contexto local que oferecem cursos sem terem que investir em infra-estrutura onde as vagas são ofertadas.

Na fala do interlocutor (1), pode-se captar a preocupação do mesmo com a expansão do setor na cidade de Macapá. Refere-se, e com razão, ao fato de ter-se mais oferta que demanda. Outro aspecto suscitado está na possibilidade de ocorrer um barateamento dos preços praticados, o que poderia resultar em precarização e comprometimento da qualidade na formação dos futuros profissionais.

Eu acredito que o número de instituições de ensino superior é muito grande para a demanda. Hoje tem curso com mais oferta do que propriamente a procura. Um exemplo é a administração, tem-se mais de 3.000 vagas e a demanda é muito menor. Vai sobreviver quem olhar, quem conseguir estabelecer alguma diferença, por exemplo, qualidade de ensino, seriedade no trabalho. A preocupação que eu tenho é querer-se transformar o ensino como simplesmente um comércio. Isso aí é uma preocupação que temos enquanto educador. Eu espero que todas as nossas co-irmãs, que todos os donos de faculdades que olhem com carinho esse caso de qualidade. Lamentavelmente, qualidade tem preço e muitos olham, eles querem saber

se a mensalidade, a anuidade for menor, eu acho interessante porque o poder aquisitivo do povo realmente é baixo, mas se olhar só esse aspecto é não olhar a qualidade. Nós podemos formar profissionais mal preparados e essa é uma preocupação nossa. Que se olhe com muito carinho essa tal de qualidade, vamos fazer concorrência, mas concorrência de qualidade (interlocutor 1).

Na segunda interlocução a expansão em demasia ocorrida no setor é tida como conseqüência da não fiscalização permanente por parte do Ministério da Educação. Ainda, a qualidade será componente definidor quanto ao êxito das instituições e sua permanência na comunidade. Contudo, há de se considerar o aspecto suscitado pelo interlocutor anterior que externou preocupação relacionada com a qualidade. Nem sempre a qualidade é levada em consideração pelo mercado, ou pelos consumidores. O componente custo-benefício não pode deixar de ser analisado, uma vez que este pode ser considerado pelo consumidor na definição do produto a ser adquirido, no caso um curso superior.

Houve uma expansão demasiada de faculdades, principalmente no governo de FHC. Muitas. O Ministério da Educação tem políticas de fiscalização e renovação de reconhecimento de cursos, o que muitas IES deixem seus cursos ao descaso depois de reconhecidos. Os que não tiverem qualidade não irão resistir e isso é bom para a comunidade e para o aluno que deve pesquisar e escolher uma escola segura (interlocutor 2).

A qualidade enquanto fator determinante na consolidação das IES é apontada também pelo quarto interlocutor ao ser questionado sobre o processo de expansão ocorrido na cidade de Macapá, aliás, um fenômeno que se deu em todo o país.

Olhe, hoje [época da entrevista] são 17 instituições de ensino superior no Amapá. Quando cheguei em 1996, tinha apenas uma. E aí quando a população começou a ouvir, os empresários, acho que despertaram, falo empresários mesmo, e aí houve essa confusão de instituições. Agora, o que penso, é, aquelas que tiveram qualidade irão continuar as que não tiveram vão fechar (interlocutor 4).

Outro aspecto destacado pelo mesmo interlocutor diz respeito ao caráter lucrativo praticado pelos empreendedores pelo setor da educação superior privado

particular e os meios utilizados para se estabelecerem no mercado. Ai está justamente uma das facetas que o estudo destaca como importante para o sucesso dos empreendimentos. Sem o lucro, os estabelecimentos, que se organizam em torno dele, sucumbirão. É precisamente o lucro o fim último do empreendimento. Os serviços ofertados são o meio para se atingir o lucro. Num contexto em que a demanda tende a diminuir há poucas alternativas, daí a preocupação manifestada pela maioria dos interlocutores quanto à expansão do setor.

O mais preocupante, que a expansão está acontecendo no Brasil inteiro, a maioria que se dedica hoje ao ensino privado não tem compromisso com a educação, pensa no lucro. Eu não penso como empresária, eu penso como educadora. Como educadora faço concorrência com o Estado. Como empresária às vezes a concorrência é muito desleal. Têm congêneres que se utilizam de todos os meios para acabar com o outro. A partir dos anos 90 com a criação da Zona Franca no estado, houve essa confusão de pessoas a procurar o Amapá como novo Eldorado. Então não tinha vagas suficientes para atender a demanda. Hoje não, hoje todo mundo sabe, você tem um número expressivo de IES, e só não estuda quem não quer, porque tem crédito educativo, tem financiamento, tem Pró-Uni, mudou a perspectiva de vida do povo amapaense (interlocutor 4).

O quinto interlocutor na sua fala revela o grau de preocupação que a expansão está representando em termos de ameaça potencial. Ao afirmar que o Conselho Estadual de Educação devesse fazer algum tipo de trabalho no sentido de haver uma interação entre os empreendedores do setor, até mesmo sugerindo a criação de critérios de atuação no estado, traduz concretamente o que a incômoda expansão representa. Fazer algum tipo de trabalho, e criar critérios, na verdade significa delimitar, criar reservas de mercado para os segmentos que atualmente atuam no setor. Os mercadores, paradoxalmente, ao que preconiza o livre mercado, não querem um mercado tão livre.

Um dos diretores acadêmicos de uma das IES é o presidente do Conselho Estadual de Educação e a gente não vê nenhuma reação do Conselho Estadual de Educação para trabalhar alguma ação até para que possa haver uma interação, haver também uma distinção das áreas de atuação de cada instituição, criar determinados critérios internos no estado. Embora a esteja sob a orientação do MEC, inclusive quem gerencia sobre todo esse processo é o MEC, e não o Conselho Estadual de Educação. Contudo, eu

acredito se não tiver urgentemente um trabalho onde o próprio estado possa também interferir nesse processo, nós vamos ter aqui um ensino de baixa qualidade, mesmo que direcionarmos para o ensino de alta qualidade (interlocutor 5).

Ensino de baixa qualidade conforme acima apontado pode ser mais uma das conseqüências do ciclo expansionista. Ainda, o interlocutor aponta como preocupação a presença da EAD no contexto local. Para este as instituições que ofertam esta modalidade de educação praticam uma concorrência desleal. A concorrência desleal ocorre uma vez que não há por parte destas a necessidade do investimento em infraestrutura nas mesmas proporções que os empreendimentos locais e presenciais exigem.

No nosso estado estão chegando cursos que são promovidos a distância, por teleconferências. Salas de teleconferências para ensino de graduação, nas áreas de pedagogia, normal superior, administração, contabilidade. O professor lá em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro estão dando aula para uma sala aqui no Amapá. Sem a presença do professor, sem a estrutura de biblioteca, sem estrutura de laboratório. Nós investimos em estrutura, pagamos salários altíssimos para os professores, colocamos uma estrutura bibliográfica, uma estrutura bibliotecária, colocamos um laboratório de informática. Quer dizer que nós temos um corpo técnico administrativo capacitado e que cada vez tentamos capacitar mais, para que a gente possa competir com uma lá do sul, no Paraná ou em, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo. Quer dizer, isso eu acho um fato, é injusto, eu acho que é uma concorrência desleal.

De fato, este fenômeno já ocorreu no centro sul e hoje está atingindo todo o país. A EAD é uma modalidade de educação que tende a se expandir muito mais ainda. Não há como evitar este processo. A EAD se apresenta como uma das alternativas de formação. O fato de ser a distância não necessariamente compromete a qualidade. Mais, ou menos qualidade, se tem tanto em cursos presenciais, semipresenciais quanto a distância.

Ao se reportar a presença de uma IES de cunho público estatal de outro estado atuando no contexto do ensino superior no estado do Amapá, o interlocutor mais uma vez revela os tempos que estão se avizinando. Conviver com qualidade e a baixo custo é um desafio para os empreendedores da outrora promissora atividade mercantil.

Há pouco tempo também entrou no estado do Amapá uma Universidade Estadual de outro estado, com somente um parecer do Conselho Estadual de Educação. Eles estão dando curso para o interior do Amapá de graduação. Cursos Tecnológicos 2,5 (dois anos e meio), três anos cursos de graduação com a aprovação do MEC. Não tenho nada contra esse tipo de atitude sobre esses cursos. Esta IES não tem estrutura de laboratório, ela não tem estrutura de biblioteca, ela não tem estrutura física, ela aluga salas, para alocar seus cursos. Paga salários irrisórios para professores graduados, e nem especialização. Nós estamos concorrendo com eles. Nós estamos concorrendo com essas instituições. Então isso fica complicado porque com essa dificuldade financeira, e com esse tipo de concorrentes os alunos optam pelos cursos mais baratos (interlocutor 5).

No caso em tela, a região norte está sendo uma das últimas fronteiras desbravadas pelos empreendimentos expansionistas mercantis. As configurações do setor ainda estão em processo de constituição. Na cidade de Macapá têm-se empreendimentos autóctones, instalados por empreendedores locais e outros decorrentes de um reposicionamento de empreendimentos do sul e sudeste do país que em decorrência da alta concorrência lá existente procuram nichos de mercado com potencial consumidor e com menor grau de concorrência.

Estes empreendimentos situam-se, de fato, no contexto do ciclo expansionista, contudo, longe de poder-se afirmar que os mesmos se deram de forma natural como sugere o sexto interlocutor. A expansão ocorrida é decorrente dos desdobramentos originados da política educacional indutiva de retirada do Estado como provedor da equalização social. No conjunto da política neoliberal, a educação passa a ser considerada como mercadoria, perdendo por sua vez o sentido social-emancipatório. Também deixa de ser um bem social a ser assegurado pelo Estado a todos indistintamente.

É essa expansão, ela foi natural. Ela foi natural porque a demanda era grande e a união e as federais não tinham como atender essa demanda. O governo federal abriu um leque de oportunidades para investimentos no setor privado dentro do ensino público. Então essa demanda, deu-se no Brasil inteiro, não é um particular só do estado do Amapá, se guardadas as devidas proporções. O Amapá acompanha essa crescente abertura de instituições de educação superior privada. Portanto, aqui não foi diferente.

Ainda conforme o mesmo interlocutor, a expansão de fato instalou um processo de disputa entre os empreendimentos. *“Aquela disputa de às vezes 3, 4*

IES estarem com o mesmo curso, aí começa haver uma disputa e essa disputa não é salutar porque todas as instituições perdem com isso. Umas com mais, outras com menos. Então isso é um problema” (interlocutor 6).

Além disso, a EAD, mais uma vez aparece como sendo um problema no contexto da educação superior privada particular, colocando-se como ameaça.

Mas o maior problema que a gente vê é, nós que somos instituições particulares presenciais com a modalidade do ensino à distância. Quer dizer, o MEC nos exige biblioteca, estrutura, laboratório, corpo docente qualificado e para instituições de ensino à distância, um telão, um professor dando aula, às vezes até aula gravada. O MEC exige uma estrutura física grande, fiscalização e para instituições de ensino à distância não há essa preocupação. A gente não tem como avaliar esse ensino à distância, então é uma coisa que preocupa. A maioria que a gente está vendo aí são instituições às vezes, do sul, do sudeste trazendo cursos à distância, principalmente, para o norte, nordeste, e, ainda para os interiores. E isso é que preocupa. A gente não vê como controlar isso.

De fato, embora o estudo não tenha a pretensão de auscultar a presença da EAD no contexto local são visíveis suas investidas a ponto de preocupar os empreendedores do setor que oferta seus cursos de forma presencial. É possível que em médio prazo a presença da modalidade de Educação a Distância no contexto local seja ainda mais robusta, na medida em que se criem condições mais favoráveis em termos de suporte tecnológico. As dificuldades de locomoção dadas as enormes distâncias de núcleos populacionais situados mais no interior do estado fazem parte de um contexto propício para a expansão e presença ainda maior da EAD.

O sétimo interlocutor, referindo-se ao processo de expansão do setor, reconhece a presença de um grande número de IES particulares no estado situando-o como sendo parte de um fenômeno que atingiu o Brasil todo.

O boom de faculdades que surgiram não foi somente no Estado do Amapá, mas em todo o Brasil. Com a abertura dada pelo MEC ai surgiu este número de faculdades. Não se trata de discutir os benefícios e malefícios, mas de fato do boom de faculdades particulares, em especial aqui no estado do Amapá. Se há quatro anos eram três, hoje após quatro anos são dezesseis, e estão se instalando outras faculdades (Interlocutor 7).

O processo expansionista verificado no setor da educação superior privada particular e confirmado pelos interlocutores revela também a face perversa da economia de mercado. Vez outra, os interlocutores dão a entender que deveria haver uma espécie de regulação no setor dada a concorrência desleal praticada. Isso também demonstra certo amadorismo de quem está à frente de empreendimentos que, outrora simples, passam a defrontar-se com um dinâmico mercado em que se transformou o mesmo.

O oitavo interlocutor aponta a concorrência como um dos pontos positivos presentes por conta das inúmeras IES que se instalaram na cidade. Porém, entende que o tamanho da cidade não comporta tantos empreendimentos o que acaba gerando uma competição entre elas, comprometendo por sua vez a saúde financeira das mesmas.

Olhe por um lado a competição é boa, porque inclusive surge uma competição que beneficia o consumidor. Um curso de direito está tanto, mas tem outro ali que está mais barato, aí o aluno corre para aquele para fazer o processo seletivo. Por outro acho uma dificuldade, devido ao número de acadêmicos para o número de faculdades. São muitas IES para a cidade do tamanho de Macapá. Um acabam tirando alunos das outras. Aí paga um professor para dar aula para dez alunos, outro mestre a dar aula para oito alunos. Aí não tem condições, assim a instituição vai ter prejuízos. Então, eu vejo esses dois pontos, um positivo, outro negativo (Interlocutor 8).

A preocupação apontada faz sentido, pois suscita uma preocupação presente na maioria das interlocuções estabelecidas. Por um lado, deseja-se a competição, contudo e por outro, ela é vista com reservas pelo fato de colocar em risco as possibilidades reais de obtenção de lucro destes empreendimentos. Por sua vez, a competição obriga as IES a praticarem preços de mercado. A dinâmica do mercado acaba por definir em parte o posicionamento das instituições neste, inclusive e, fundamentalmente, sobre os ganhos que estas podem auferir pela venda de seus produtos e serviços.

O nono interlocutor ouvido a respeito do processo expansionista acredita tratar-se de uma tendência típica de qualquer região que tem um aumento de investimentos na área da educação. *“Bom, esta tendência é a tendência de qualquer região, é o aumento do investimento na área de educação, porque ela é fundamental para o desenvolvimento da região”* (Interlocutor 9).

Por derradeiro, tem-se o décimo interlocutor que participou do estudo. Para o mesmo a expansão é positiva, pois, possibilita ao cidadão obter mais conhecimentos.

O surgimento de faculdades em número crescente, eu acho muito válido, muito positivo. [...] Assim, como vejo também de forma positiva a quantidade de cursos ofertados. Ao menos o cidadão vai ter mais conhecimento do que ele tinha e por ter mais conhecimento ele pode influenciar na política, pode ser um cidadão melhor.

Com relação à qualidade que poderia ser abalada pela presença de um número maior de IES no contexto local, o interlocutor afirma que haverá uma seleção. Todavia, esta não acontecerá mais por ocasião da entrada no ensino superior, mas sim na saída. O mercado é que fará o processo de seleção depois de concluso o período de formação. Diz o mesmo: *“antes a seleção era feita no vestibular, agora a seleção é feita após a conclusão do curso, isto é, antes os bons eram selecionados aqui no vestibular, agora os bons vão ser selecionados ao sair da faculdade”* (Interlocutor 10).

Outro aspecto mencionado pelo interlocutor é a concorrência que pode beneficiar o aluno uma vez que os empreendedores deverão ajustar os seus preços de acordo com as demandas do mercado. A concorrência serve assim como indutora na redução de preços conforme cunhado a seguir: *“nós tivemos que baixar o preço da semestralidade porque a concorrência está baixando preços. O grande número de IES aumenta a concorrência, e aí cada instituição para sobreviver, tem que baixar o preço, tem que seguir o que o mercado está dizendo”* (Interlocutor 10).

Em síntese, pode-se afirmar a partir das dez interlocuções apresentadas que no estado do Amapá, especialmente na a cidade de Macapá, reproduziu-se também o ciclo expansionista da educação superior privada particular verificado em todo país. Apesar desse ciclo ser visto pelos interlocutores como uma oportunidade a mais para segmentos sociais antes não contemplados com o acesso, a preocupação maior recai sobre a concorrência que se estabeleceu no setor. Por sua vez, dentre as concorrências, a que mais preocupa é a patrocinada pela oferta de Educação a Distância no contexto local por IES de outras regiões do país, o que na opinião dos interlocutores constitui-se em prática concorrencial desleal.

A presença de maior número de IES no contexto local, certamente vai desencadear um processo de reposicionamento dos empreendimentos do setor em curto espaço de tempo em virtude da limitada demanda de possíveis compradores/consumidores deste novo produto. Todavia, pouco provável será que a presença de um maior número de IES ofertando um mesmo produto torne-o mais acessível. Esta, de regra, não tem sido a lógica presente de forma geral no interior das relações comerciais capitalistas, como apontado em algumas das interlocuções.

Ademais e conforme já demonstrado no estudo, o que determina o acesso aos bens produzidos ou disponibilizados para o consumo numa sociedade não são, necessariamente, o aumento de pontos de comercialização destes produtos, mas as condições materiais/existenciais definidas no interior das relações capitalistas de produção. Disponibiliza-se, sim, um conjunto de produtos os quais terão diferentes destinatários. Marcas mais sofisticadas, produtos de primeiríssima qualidade também têm destino certo.

No setor da educação superior privada particular mercantil esta lógica se reproduz. Como outro produto qualquer, este tende a ser disponibilizado para públicos distintos. Serão produtos com qualidades diferenciadas ao gosto e alcance de múltiplos consumidores. Cada qual poderá, segundo suas condições e não de acordo com as suas humanas necessidades, acessar aos produtos disponíveis. Longe de ser, portanto, um meio de equalização social, os meandros deste processo legitimam e naturalizam, na verdade, as condições materiais/existenciais no interior da sociedade capitalista.

Neste contexto, produzir-se-ão diferentes iguais e iguais diferentes. Consumidores de diferentes matizes terão acesso aos produtos disponibilizados. Bem mencionou um interlocutor quando afirmou que não haverá mais a seleção na entrada, uma vez que o mercado se encarregará de fazer o processo seletivo em condições reais após a conclusão do percurso formativo. Exemplificando: distintos consumidores terão um curso superior, mas o fato de terem um curso superior não os coloca em mesmas condições nas relações sociais e de produção de suas existências.

Daí decorre, em que pese as contribuições do setor para o desenvolvimento do país, que a forma mercadológica em que se transformou a educação superior privada no Brasil, não constituir-se em instrumento adequado para a construção de homens e mulheres livres, emancipados, e muito menos de uma sociedade justa, solidária e emancipada.

Situar os processos formativos - a educação - no campo das fruições mercadológicas de consumo é retirar-lhes a essência. A educação constitui-se em um bem social fundamental, portanto, privar-se homens e mulheres de terem acesso a esta é negar-lhes o sentido existencial da igualdade, da liberdade e da cidadania emancipadora.

4.6.1 Educação superior privada e mercantil: a interdição de protagonismos colaborativos e emancipatórios no contexto do setor no município de Macapá/AP

A configuração da educação superior na cidade de Macapá tem aspectos muito peculiares. Sua origem multiforme caracterizada pela instalação de empreendimentos ora por famílias tradicionais da cidade, ora por distintos empreendimentos vindos de outras partes do país, ainda, pelo seu caráter concorrencial competitivo, inibe iniciativas de parceria e colaboração entre as instituições.

Na seção em pauta realiza-se a análise de alguns aspectos suscitados nas interlocuções estabelecidas com os dirigentes máximos das IES que participaram do estudo e que podem revelar em que grau se situa a prática da concorrência entre as instituições privadas de ensino superior. Depreende-se, que embora haja o desejo, a vontade por parte de algumas instituições em viabilizar estas ações, essas situam-se, basicamente, nas iniciativas de alunos, professores e coordenadores de curso. Daí poder-se afirmar que as práticas concorrenciais embora presentes em todos os empreendimentos não estão sendo assimiladas e incorporadas por inteiro no cotidiano dos atores que atuam nos processos formativos no interior das IES.

Algumas iniciativas colaborativas são apontadas por alguns dos interlocutores, porém estas se situam em contextos muito específicos. No primeiro exemplo, cita-se a prática colaborativa, todavia esta ocorre entre duas IES co-irmãs, ou seja, os mantenedores são do mesmo núcleo familiar, conforme esculpido pelo interlocutor (2) *“nosso quadro de IES em Macapá é extremamente recente e não há relações entre as IES, exceto um projeto com uma co-irmã”*.

De outro dirigente e interlocutor tem-se a indicação quanto às parcerias e seu papel no contexto acadêmico. Estas são tidas como importantes e ocorrem no âmbito das relações entre coordenadores de curso e acadêmicos.

Quanto às parcerias, olha a gente divide, por exemplo, a Escola Norte de Informática, (evento regional de informática) isso já é uma exigência da própria escola, se mais de uma instituição deseja sediar o evento, ela tem que se associar e fazer jus. Então isso tem sido muito bom e nós temos desenvolvido com a Faculdade Seama. Este evento já é uma tradição e a Faculdade Seama e a Faculdade Atual o fazem junto. Os coordenadores de lá têm se dado muito bem com coordenadores de cá, os alunos daqui com os alunos de lá, e essa é uma parceria que tem dado certo (Interlocutor 4).

No contexto do ensino superior privado e mercantil da cidade de Macapá a disputa e concorrência entre os empreendimentos são visíveis, embora frutifiquem iniciativas como a descrita anteriormente, mas esta, inclusive, pode ser situada no campo dos interesses financeiros em razão da diminuição de custos que a parceria pode ensejar. Na impossibilidade de trazer ou sediar um evento que implica custos e diante da racionalidade mercantil que predomina nas formas de gestão, os coordenadores vêm-se compelidos a buscar parcerias para viabilizar tais eventos.

Outro interlocutor ao se pronunciar sobre o assunto revela o desejo que nutre com relação à ausência de um trabalho mais efetivo no sentido da interação entre as instituições, inclusive por intermédio do Conselho Estadual de Educação, já que o diretor acadêmico de IES desse órgão colegiado.

Não há e não há nenhuma iniciativa. Um dos diretores acadêmicos de uma das IES é também presidente do Conselho Estadual de Educação e a gente não vê nenhuma reação do Conselho Estadual de Educação para trabalhar alguma ação até para que possa haver uma interação (interlocutor 5).

O interlocutor trata do relacionamento entre os empreendimentos, classificando-o como sendo normal, de disputa de mercado. Ainda, que a convivência poderia se estabelecer para a busca de acordos que pudessem estabelecer uma espécie de áreas ou segmentos de atuação. Em outras palavras, estabelecer parcerias, não no sentido de construir laços colaborativos e fraternais

entre as comunidades acadêmicas, mas sim parcerias para um melhor posicionamento no mercado, respeitando as peculiaridades de cada IES.

Quanto ao relacionamento entre nós particulares é uma convivência normal de disputa de mercado e quem vence aquele que tem a melhor qualidade, que oferece os melhores cursos. A convivência, eu penso que poderia ser melhor em termos de acordos, de se olhar o mercado, não começar todo mundo abrir os mesmos cursos. Às vezes isso ocorre (Interlocução seis).

Na interlocução seguinte confirma-se o que vem ocorrendo no interior e a partir dos empreendimentos presentes no cenário mercantil em que se situa a educação superior privada na cidade de Macapá. Cada instituição, ao seu modo e segundo os seus interesses define suas ações e seu posicionamento no mercado.

Não existe a junção ou uma associação com o compromisso voltado todo em uma única direção. É cada um no seu barco e vê onde vai dar. Isso de certa forma nós como educadores entendemos que a concorrência é benéfica, só quem ganha é o cliente é aquele que está usufruindo desse serviço. Porém também entendemos que se todas essas instituições em determinados assuntos remassem juntos nos teríamos uma força maior. [...] Existe sim a concorrência. E, são concorrências acirradas, mas a integração, não.

A educação superior privada, por meio de seu viés mercadológico, interdita, conforme afirmado anteriormente, os meios e as formas que protagonizam a solidariedade humana. Interdita a construção de experiências existenciais menos competitivas. A instauração de práticas competitivas estimula a individualidade, inibe a produção, a criação coletiva e colaborativa entre os atores das diferentes instituições que atuam no setor.

A individualidade interdita o diálogo entre professor e aluno. Distancia o diálogo entre alunos de diferentes cursos. Interdita o diálogo entre alunos de diferentes instituições. Distancia o diálogo entre professores de diferentes instituições. Os contratos de exclusividade impõem aos docentes a reclusão a mundos reduzidos numa cidade sitiada. A exclusividade é uma das mais novas

formas de submissão do professor trabalhador aos interesses puramente mercadológicos que instauram a competição.

Os outros não são outros idênticos que se situam no campo da formação profissional no contexto da educação superior. Os outros são ameaças permanentes. Os outros disputam os mesmos consumidores, concorrem com cursos idênticos. Por isso, é preciso exclusividade. A nossa instituição é a melhor. Este curso é o melhor. As idéias não podem ser compartilhadas, pois elas também representam uma ameaça a mais no campo profissional pessoal, em que prêmios, agrados e cargos estão em disputa.

As atitudes individualistas podem ser plasmadas no cotidiano das instituições. Estas passam a fazer parte de forma naturalizada da paisagem institucional. Em ambientes em que imperativamente se pronuncia, fizemos tudo para você ser o melhor, tudo está para satisfazer suas necessidades, criam-se rotinas e ritmos que negam convivências de afirmação da pluralidade e do diálogo. Esvazia-se a profissão docente transformando a todos em pacatos colaboradores, mesmo com salários aviltados são forçados a apresentar-se dóceis e sorridentes aos operadores da racionalidade administrativa da pouca qualidade neoliberal.

Conforme estampado na parte que segue, até há a vontade manifesta pelo gestor da IES com relação a parceria, contudo a única proximidade existente entre a instituição e as congêneres se resume na atuação de docente desta em outras IES.

Com relação às parcerias, eu gostaria que houvessem. Nosso relacionamento é bem curto, posso dizer, não temos aquele relacionamento. Na prática, nossos professores são a ponte, pois temos docentes que atuam em outras instituições de ensino.

Por fim, explícito está que até mesmo a proximidade e intercâmbio protagonizado pelos professores que atuam em diferentes instituições do mesmo setor não são bem vistos pelos gestores por conta dos interesses e da concorrência presente no setor. Contratos de exclusividade celebrados entre as Mantenedoras das IES e os professores são comuns. Tal prática é inibidora de possíveis intercâmbios que poderiam ser concretizados. Bem relata o interlocutor quando afirma que:

Acontecem tentativas de intercâmbio entre os professores, uma vez que os mesmos atuam em diferentes instituições por conta do mercado que é bastante restrito. Mas na verdade, os gestores não vêem isso com bons olhos, porque existe aquele velho chavão da concorrência. Então, parceria por parte dos gestores não. Existe por parte dos professores. Também, por iniciativa de coordenadores de cursos que se reúnem e promovem seminários. Ainda há a reunião de acadêmicos das várias instituições. Estes fazem palestras juntos, mas por parte da direção, não existe (interlocutor 9).

De tudo o que estampado foi, nesta primeira aproximação que se está fazendo, pode-se extrair que o setor do ensino superior privado mercantil está cartografando com vigor o destino de uns cem números de humanas existências. Da mesma forma, mas em um nível bem mais profundo, imprime modos de ser, modos de ver o mundo, formas de agir e de situar-se política e socialmente nos contextos hodiernos.

Pode o destino de um povo, de uma sociedade, a formação de inúmeras gerações serem reféns de um único modelo formador?

4.6.2 Desenvolvimento regional sob a ótica das IES privadas do município de Macapá/AP

O desenvolvimento local e regional tem sido uma categoria muito utilizada na formulação dos planos de desenvolvimento institucional das IES em estudo. Ao se analisar as ações derivadas dos processos formativos desencadeados pelas IES, há de se concordar que sempre existirão repercussões mesmo que indiretamente em decorrência destas no processo de desenvolvimento local e regional. Contudo, a presença de maior número de IES na região não necessariamente constitui-se em fator de desenvolvimento espraçado e com justiça social.

É notório que a comunidade e os atores vinculados às IES, bem como os que procuram por um dos cursos ou serviços ofertados pelo conjunto das instituições de educação superior privada particular na cidade de Macapá, almejam e se situam como protagonistas no processo de desenvolvimento local e regional, quer seja, no campo pessoal ou profissional, porém, não se pode deixar de considerar que os

empreendimentos podem acentuar ainda mais as assimetrias regionais em termos de desenvolvimento.

Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 1991 e 2000, situam o estado do Amapá em décimo sexto lugar no Ranking nacional. Em 1991 o Brasil possuía o IDHM 0,696 e o Estado do Amapá 0,961. Em 2000 o índice do Brasil era de 0,766 e o do estado do Amapá 0,753. Já o IDHM - Renda no Brasil em 1991 era de 0,681 no estado do Amapá era de 0,649; em 2000 no Brasil é igual 0,723 e no Amapá é de 0,666. Quanto ao IDHM Longevidade no Brasil em 1991, 0,662 no Amapá é de 0,667; no ano de 2000 no Brasil é igual 0,727 no Amapá é de 0,711. Com relação ao IDHM - Educação, em 1991 no Brasil era de 0,745 no Amapá era 0,756. Em 2000 no Brasil era de 0,849 e no Amapá 0,881.

O Estado do Amapá comparado ao Brasil melhorou seu índice geral de IDH. Enquanto no Brasil se registrou uma melhora de 0,07 no Amapá esta foi de 0,062. Com relação ao IDH-renda, enquanto que no Brasil ocorreu uma melhora de 0,042, no Amapá esta deu-se na proporção de 0,001. Quanto ao IDH - Longevidade o Brasil registrou no período um aumento neste índice de 0,065 enquanto que o estado do Amapá registrou um aumento de 0,044. Por fim comparando o IDH - educação o Brasil obteve uma ampliação neste índice na ordem de 0,104, o estado do Amapá registrou uma melhora de 0,125 neste índice.

Os dados revelam que no período registraram-se melhoras nos índices gerais, comparados ao Brasil, contudo, quando tomados individualmente, somente os relacionados à educação superaram as melhoras registradas em comparação ao Brasil. Cabe, portanto, perguntar: os compromissos firmados, ou as intenções anunciadas no âmbito dos planos de desenvolvimento institucional e nos demais documentos das IES, estão auxiliando na melhoria da qualidade de vida da cidade onde as IES se localizam?

4.6.3 Desenvolvimento regional espreado e emancipador

Na seção em apreço serão abordados aspectos relacionados ao posicionamento das IES no âmbito do desenvolvimento regional a partir das informações suscitadas em entrevista realizada junto aos dirigentes das instituições

objeto do estudo. A análise procura evidenciar as ações que as IES indicam como sendo possíveis protagonismos do desenvolvimento regional.

Uma das idéias associadas ao desenvolvimento regional está relacionada ao processo de formação e qualificação de profissionais. Esta se situa no campo de atuação acadêmico-institucional e protagonizada por meio dos diferentes cursos que são ofertados. Acredita-se que a qualificação profissional tenha relação direta com o desenvolvimento local e regional. Neste contexto situam-se as interlocuções a seguir, a partir das quais se fará uma breve análise.

Na primeira interlocução fica evidenciada a relação entre a formação de quadros profissionais e atuação destes nos processos de desenvolvimento e crescimento do estado do Amapá, ao menos assim entendida pelo dirigente máximo da IES. Conforme este, a IES nasce com este propósito. Das dez instituições que fizeram parte do estudo, sete se alinham a este entendimento, sem, no entanto deixarem de manter ações no campo da tutela assistencialista.

Dedes 1992 quando nós damos início a esse projeto educacional do Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap) nós assumimos o compromisso de preparar profissionais que pudessem realmente auxiliar no desenvolvimento e crescimento do Amapá (Interlocutor 1).

Nesta mesma linha o segundo interlocutor situa a IES que dirige. Ou seja, a instituição instrumenta por meio dos cursos que disponibiliza homens e mulheres, que por sua vez, na condição de atores sociais, podem melhorar a sua própria qualidade de vida e auxiliar no processo de desenvolvimento local e regional.

Nós temos uma vocação amazônica. A Faculdade SEAMA é daqui, desde o início, a SEAMA não se preocupou, como é de praxe, em implementar cursos demandam abaixo investimento como Administração, Economia, Licenciaturas e outros. Começamos ao contrário: o que o Amapá precisa para se desenvolver? Esta foi a pergunta. Queríamos com o nosso trabalho, contribuir, dar a nossa parte para a melhoria da qualidade de vida do povo. Queremos dar os instrumentos para que os próprios amapaenses e amazônidas tenham condições de lutar e buscar mais qualidade em suas vidas. Do nosso jeito e em pequena parte, estamos fazendo com cursos, estruturas e ações que buscam sempre a melhor qualidade (interlocutor 2).

Uma terceira instituição de educação superior da cidade de Macapá pode ser situada no conjunto de IES que vêm a formação dada no âmbito dos seus respectivos cursos como elemento propulsor e dinamizador do desenvolvimento regional. No âmbito do processo formativo os cursos articulam ações de intervenção nos contextos próximos, os quais certamente irão repercutir nos modelos de desenvolvimento da região. Neste caso, é possível vislumbrar o papel que a instituição pode ter na formulação de propostas de trabalho que culminarão em ações para melhorar a vida da cidade, do Estado do Amapá e do povo amazônida.

Os nossos acadêmicos de administração de cidades eles tem uma pratica de adotar as comunidades para trabalhar projetos de melhoria das comunidades. Projetos de urbanização, projetos para melhorar o atendimento na questão da saúde, na questão do posto de saúde. Os alunos de Administração de Cidades, Administração Pública, eles estão sempre atuantes. Eles estão trabalhando junto com o Ministério das Cidades, em ações aqui no estado do Amapá. Formam um grupo, apresentam e discutem essas ações. Ainda, os alunos trouxeram para dentro da FAMAP os portadores de necessidades físicas. Estes apontaram onde a cidade peca por não ter calçadas, rampas de acesso, sinalização de trânsito, mostrando fotografias de todas as regiões, propondo o trabalho junto a Câmara dos Vereadores para que mudasse esse processo, apresentando projetos. Estes mesmos acadêmicos trabalharam na discussão do Plano Diretor do Hospital-Geral (Interlocutor 5).

Na idealização das Instituições de educação superior privada particular da cidade de Macapá está presente a preocupação com a questão do desenvolvimento regional, no entanto, pelas interlocuções estabelecidas é possível sustentar que existe no campo prático um viés muito forte protagonizado com ações de cunho assistencialista. De resto, o papel das IES no processo de desenvolvimento regional situa-se no âmbito dos cursos e na qualificação profissional que estes proporcionam. Tal situação pode ser verificada na interlocução esculpida abaixo:

Quando idealizamos o Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES) nós o fizemos pensando na discussão e busca de caminhos para o desenvolvimento do Estado. A contribuição: nós a daremos com as primeiras turmas que irão se formar quando completarmos quatro anos. A gente vai formar as primeiras turmas do curso de Administração Sócio-ambiental e Serviço Social. Também estamos com o curso de Serviço Social fazendo pesquisa, levantamento sócio-econômico dentro dos bairros para ver quais as necessidades dos moradores e que serviços a estes estão sendo disponibilizados. Com o curso de Nutrição nós já saímos a campo também,

fazendo um levantamento no Centro Comercial com os ambulantes que vendem alimentos e sucos nas ruas, nas barracas para saber como está o nível de contaminação dos produtos comercializados. Feita a análise e constatada contaminação faremos propostas de capacitação para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos ambulantes (interlocutor 6).

Vincular os processos formativos, aos problemas da comunidade e encontrar soluções para as demandas existentes, pode ser entendido como um componente muito forte, positivo e desencadeador do desenvolvimento local. A inserção das IES para problematizar este contexto e indicar caminhos para melhorar a qualidade de vida de homens e mulheres que aí se situam condiz com os fins da educação superior em nosso país.

A este respeito nós temos alunos do curso de História, Letras, de Direito, Ciências Sociais que estão envolvidos diretamente com projetos daqui da Comunidade de Lagoa dos Índios onde fica situação a faculdade FAMA. (Interlocutor 7).

Envolver os cursos e alunos em projetos de desenvolvimento local tem sido uma prática adotada também pela quinta e sexta IES de acordo com o relato do sétimo e oitavo interlocutor. Ambas as IES, bem como as situadas nesta primeira parte da análise reconhecem nas ações destacadas uma forma de contribuir com o desenvolvimento regional.

Sim, os cursos desde 2003 a gente vem trabalhando com atividades complementares e estas atividades complementares geralmente os alunos, eles trabalham projetos voltados pra área social, então esses projetos valem na verdade hora aula pra eles (Interlocutor 9).

A última instituição de educação superior privada em análise, mesmo assumindo a sua condição de empresa que tem por objetivo a obtenção do lucro, reconhece que este deve ser visto no contexto da realidade social, conforme grafado abaixo. Lucro de um lado, e ações focadas no desenvolvimento regional de outro. Numa cidade marcada pela falta de infraestrutura que possa dar uma condição de vida melhor para os seus habitantes, mesmo as ações de cunho assistencialista por

mais simples que sejam sempre terão uma repercussão enorme no contexto local. Estas, inclusive tendem a substituir as ações focadas em projetos de médio e longo prazo, capazes de produzir efeitos desenvolvimentistas emancipatórios.

A intenção nossa é claro, nosso objetivo, o de qualquer instituição privada é lucro, agora esse lucro não pode ser dissociado da realidade social, quer dizer, quando a gente faz um marketing social, por exemplo, a gente tá pensando em voltar, de ter um retorno financeiro com isso então nós não podemos usar esse discurso,

Nesta parte da seção fez-se a análise das interlocuções que traduzem a idéia de desenvolvimento vinculada às ações das IES realizadas por meio da formação e qualificação profissional na estrutura curricular dos respectivos cursos. Para estas, o desenvolvimento regional dar-se-á a partir da interação e dos protagonismos desencadeados pelos profissionais que receberam formação/qualificação ancorados nos percursos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior.

Destaca-se ainda, que por ora em que pese a presença das Instituições de educação superior privada no contexto amapaense com suas respectivas ações voltadas para o desenvolvimento regional, os indicadores do desenvolvimento humano (IDH) não revelam grandes mudanças para melhor no Estado do Amapá, especialmente, se comparados com os índices sustentado pelo Brasil.

4.6.4 Desenvolvimento regional tutelado e assistencialista

Nesta parte far-se-á a análise das interlocuções que estabelecem um vínculo entre ações de cunho assistencialista e o processo de desenvolvimento regional. Destacou-se as principais ações indicadas pelos interlocutores as quais caracterizam-se por serem desenvolvidas junto a setores e populações privadas de condições dignas de vida. É preciso ressaltar que essas ações trazem no seu bojo um valor simbólico muito importante, porém as mesmas carecem de um sentido mais afirmativo, de acolhimento, de inclusão emancipadora.

Problematizar os contextos das humanas existências, realizar estudos, produzir e apontar soluções para o flagelo da exclusão social requer muito mais do que a distribuição caridosa de algumas cestas, ou a feitura de alguns agrados aqui e acolá, embora reconheça-se o valor dessas ações, conforme descrito abaixo.

Pelo projeto Pró-Vida nós estamos atendendo vários bairros da cidade, Marabaixo, 1, 2, 3, Goiabal, Coração, Lagoa dos Índios e Fortaleza. Na parte do lazer nós fizemos, por exemplo, neste sábado passado, fizemos uma ação muito grande. Com a presença de mais de mil pessoas aqui, fizemos feijoada, distribuição de cestas. No ano passado fizemos a mesma coisa, mas conseguimos 40 cestas. Agora nós conseguimos mais de 200 cestas. Os próprios acadêmicos já estão se sensibilizando por isso, ajudando as pessoas mais necessitadas e na distribuição de brinquedos para as crianças. Vimos uma festa realmente muito bonita (Interlocutor 1).

Na interlocução cunhada na seqüência se apresenta mais uma prática considerada pelo interlocutor como indutora do desenvolvimento regional. Ao proporcionar descontos aos seus alunos a IES procura manter os mesmos vinculados a esta, principalmente aqueles com condições financeiras menos favoráveis. Esta é uma prática comum nas IES, contudo na medida em que os alunos tiverem a condição de aderir aos programas de financiamento estudantil a tendência é que esta seja abandonada. Neste sentido optou-se por classificá-la nas ações tidas como tutelas assistencialistas, ou seja, ambas as partes se beneficiam com a situação, por isso mesmo carecem de sentido cidadã emancipatório.

Outras práticas e ritos são incorporados ao cotidiano celebrativo das instituições que passam a funcionar como simulacro, vez que amenizam os efeitos e traumas para um trabalhador realizar a passagem paga de um percurso formativo. Festas para calouros, prêmios para os melhores, formaturas pomposas com celebrações religiosas amenizam os efeitos comerciais presentes nas relações firmadas. Suavizam também a dura realidade de homens e mulheres que por falta de acesso a uma educação superior pública gratuita vêm-se obrigados a comprar o ingresso e a passagem para juntar-se aos, enfim portadores de um diploma de curso superior.

Nas celebrações traz-se para o reino dos mortais uma cosmovisão estereotipada de um Deus que abençoa a institucionalização da exploração. Um Deus que se faz presente e auxilia na legitimação dos negócios da educação. Um

Deus que também pode punir quem não adere aos ritos, programas assistencialistas e filantrópicos. Afinal, ele está presente, vê tudo, pode proteger ou punir. Um Deus materializado e institucionalizado que põe fim ao caos da consciência pessoal e social: *deus ex machina*.

Eu hoje posso dizer que mais de 60% dos meus alunos tem algum tipo de benefício, um desconto de 20%, 30%. Nós temos creche para que as mães possam trazer os filhos e estudar, coisa que outra instituição não tem. Nós trabalhamos com educação de surdos e povos indígenas por meio de bolsas de estudo. Nós oferecemos bolsa de estudo para funcionários, filhos de funcionários. Então nosso compromisso é propiciar condições para que ninguém abandone os estudos e nisso a gente tem contribuído significativamente (interlocutor 4).

Nesta mesma linha traz-se à baila um conjunto de ações apontadas por mais um interlocutor do estudo como sendo práticas típicas de indução do desenvolvimento social local e regional. Nestas, conforme anteriormente apontado verifica-se, de fato o envolvimento da comunidade acadêmica, porém, tais ações têm efeitos efêmeros uma vez que se situam no campo das conseqüências e não no das causas.

As IES no papel de indutoras do desenvolvimento regional capaz de protagonizar a feitura de arranjos que viabilizem a inclusão social, a geração de novas oportunidades de trabalho no âmbito dos processos produtivos e sociais certamente cumpre com o seu papel social. As ações aqui descritas fazem parte de certa ritualística acadêmica, mas não se pode esperar das mesmas grandes feitos enquanto promotoras do desenvolvimento regional.

Fizemos a caminhada da paz, arrecadação de alimentos, o natal solidário, o trote da cidadania. Todas essas ações que são feitas, a gente procura primeiro atender a região. A Faculdade do Amapá disponibiliza para a comunidade externa todos os sábados o laboratório de informática e a biblioteca. Damos cursos de informática gratuitos para a comunidade. Nós temos aqui dentro alunos que trabalham com a questão da formação de atores, um curso de teatro interno da Faculdade. Outros dão aula de Capoeira, Judô, de Karatê. Esses alunos recebem da instituição uma bolsa para desenvolverem esse trabalho social. Em todos os eventos culturais a FAMAP, está sempre trabalhando com uma parceria na mídia televisiva, ajudando nas programações culturais. A IES também faz parcerias com empresas dando desconto aos funcionários alunos da instituição (Interlocutor 5).

Na área de Engenharia Florestal nós tivemos aqui uma feira de tecnologia da madeira mostrando como tecnologicamente se pode usar a madeira para melhorar a qualidade dos nossos profissionais. A IES também por meio do curso de Nutrição, um projeto voltado para nutrição do esportista, daquele que anda no final de semana na praça, que pratica um esporte no final de semana e tal, para ver como está a qualidade nutricional desse atleta. Os projetos de extensão que desenvolvemos em parceria com a sociedade, para também ajudar a transformar essa sociedade. Com isso vem junto logicamente, o desenvolvimento do estado. Estamos comprometidos, debatemos, discutimos e por meio de propostas mostramos caminho para o desenvolvimento do estado (interlocutor 6).

A leitura que as IES fazem e as esperanças legítimas que são depositadas nas ações protagonizadas enquanto partes de processos indutores do desenvolvimento regional ancoram-se na idéia, muito difundida no setor, chamada de responsabilidade social. As IES têm uma importância muito grande na comunidade e região e sua responsabilidade social não pode restringir-se a ações que se situam no mundo da caridade e filantropia.

Nós temos vários projetos que impactam no desenvolvimento direto com as questões sociais locais. O Projeto Amigos em Ação que trata das questões ambientais. Nós temos um programa aqui que é Net Vida que é a valorização da vida, que faz acompanhamento, é um trabalho voltado para a questão de valorização de vidas. O projeto Ação Primeiro de Maio onde fazemos o seguinte: reunirmos vários órgãos aqui e oferecemos nossos serviços gratuitamente para a sociedade, sejam serviços odontológicos, médicos, de alimentação, barbeiro, atrações teatrais, musicais.

Potencializar as ações e situá-las nas políticas de inclusão social pode ser um caminho alternativo. Insistir em ações assistencialistas tuteladas é diminuir o papel da educação superior numa comunidade e num país. Contudo, problematizar os contextos locais e regionais com a prática da pesquisa, com o estudo aprofundado apontando as causas dos problemas sociais e ambientais presentes, indicando e articulando soluções, constitui-se, sim, em papel importante para uma instituição e comunidade de universitários.

Nós trabalhamos muito com a arrecadação de alimentos para instituições carentes, para o Asilo São José, para a casa da Ponte Santo Antonio. Nós também já fizemos doações para Creches. Também os já trabalhamos com os acadêmicos na doação de sangue para o Hemoap e assim por diante. O aluno geralmente traz esta proposta e a gente estimula e apóia (interlocutor 8).

Neste sentido, a educação superior deve justamente romper com as tutelas assistencialistas e posicionar suas ações e seus projetos no campo do protagonismo emancipatório. Convidar a comunidade acadêmica para o debate aberto, para a propositura de projetos e ações que mobilizam diferentes atores do contexto local e regional constitui-se em saída importante para superar o enfoque da tutela assistencialista.

Nós sempre procuramos fazer esse marketing social. Por exemplo: o Festival de Arte, nós cobramos ingresso, mas também aceitamos o alimento não perecível como entrada. Tem o evento da Matemática Atlética é um evento que relaciona matemática, física e atletismo durante um dia da semana. Outro evento de cunho social filantrópico tem a participação de médicos, de cabeleireiros, funcionários do cartório. Tem as gincanas que os alunos participam. Também investimos na ida do nosso aluno em prestar serviços para comunidade, para as empresas. Fazer um site para determinada empresa, uma análise da rede, fazer um projeto de rede para determinadas instituições, fazer sites para profissional liberal. Organizar a informática, fazer uma avaliação da informática de determinadas instituições, então com isso nós estamos fazendo nosso papel social e aí nós temos o retorno pedagógico também porque nosso aluno está praticando e temos o retorno também de mercado porque nosso aluno está sendo visto (Interlocutor 10).

Por fim, imaginar que com mais de seiscentos docentes, somados aos milhares de estudantes, atuando em sincronia, em projetos comuns com a participação de diferentes instituições contribuindo com os seus saberes técnicos e científicos a cidade de Macapá e o próprio Estado já poderiam ver resolvido seus problemas tão graves e de simples solução.

As ações assistencialistas minimizam os efeitos produzidos pelo flagelo social. Tais práticas ocultam as fraturas sociais, quando se espera da educação superior justamente o contrário, ou seja, uma atuação no sentido do desvelamento das forças inibidoras da plena vida e a apresentação de soluções criativas e inovadoras. Uma comunidade, uma sociedade não pode somente querer que seus

filhos obtenham um diploma superior. Espera-se, sim, que a presença de tão expressivo contingente de instituições de educação superior na cidade mude substancialmente os índices de desenvolvimento humano.

5 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: O NOVO FETICHE⁸⁹ DE CONSUMO - SIMBOLOGIAS, MARCAS E PRODUTOS

Neste capítulo discorre-se sobre as feições que estão se constituindo no dinâmico processo de instalação de empreendimentos de educação superior privado na cidade de Macapá/AP. Na composição do escrito faz-se uma exórdia sobre o novo fetiche de consumo em que se constituiu a possibilidade de acesso a este nível de ensino em um contexto de mercado cada vez mais competitivo.

Num entremear de ilações, procura-se ir para além da hipócrita obviedade consumista hodierna, a qual se quer reduzir a condição humana, qual seja à mera consumidora das efêmeras sensações de prazer e felicidade proporcionadas pelos sofisticados produtos capitalistas, com alto padrão de qualidade, porém, com pouca durabilidade, dentre os quais figura, o mais novo, a educação superior privada particular, agora também hipoteticamente ao alcance de todos numa sociedade pouco sofisticada sob o aspecto ético e de baixa qualidade cidadã emancipatória.

5.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM NOVO FETICHE DE CONSUMO

No cenário da educação superior privada na cidade de Macapá, que não difere das características desse setor no restante do Brasil, por conta e força da natureza de sua constituição, encontra-se um forte apelo comercial no posicionamento deste no mercado local. Logo, as IES, justamente por seu caráter empresarial são compelidas a movimentarem-se no cenário mercadológico local com práticas de venda de serviços educacionais que em outras palavras podem ser traduzidos em produtos educacionais.

Neste contexto, tem-se um produto a destacar: a educação. Esta, nesse sentido, deixa de ser um bem social e é convertida em mercadoria. Uma mercadoria

⁸⁹ A palavra fetiche é usada em português por influência da palavra francesa fetiche que significa feitiço. Segundo o dicionário Aurélio, fetiche significa objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto; culto de objetos materiais, considerados como a encarnação de um espírito, ou em ligação com ele e possuidores de virtude mágica (FERERIRA, 2004, p. 897).

que pode realizar sonhos, que conduz o comprador ao sucesso profissional, que abre as portas para a inserção no mercado de trabalho e possibilita oportunidades a todos e a todas, transformando-os em vencedores contumazes.

Em Marx⁹⁰, encontra-se importante contribuição para ilustrar melhor como funciona a dinâmica mercadológica e que pode ser perfeitamente aplicada nos dias atuais. A mercadoria traz no seu interior duas facetas com determinadas propriedades, as quais podem realizar desejos de subsistência ou de realização fantasiosa. Assim,

a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por sua propriedade, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

A mercadoria, portanto, pode comparecer para realizar uma necessidade de consumo, para satisfazer uma necessidade de subsistência, ou ainda ambas as necessidades. Nos tempos atuais, ao se comprar uma determinada mercadoria, ainda que para atender a uma necessidade premente, adquire-se não aquela mercadoria pelo fato de representar dada utilidade, mas muito mais, pelo potencial realizador de um sonho que poderá trazer, (ou que nela embutido está).

Uma determinada mercadoria ou produto deixa, portanto, de atender a uma primeira necessidade de quem a adquire para atuar e produzir efeitos numa segunda necessidade, que se localiza no campo dos desejos, das satisfações, do prestígio social, da realização pessoal, marcas da sociedade de consumo. Tomemos como exemplo um determinado cosmético ou produto de beleza. Sabe-se que seus efeitos são limitados, porém o poder mobilizador, a promessa de sucesso e bem-estar que enseja, induz a legiões de consumidores a adquiri-lo.

⁹⁰ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Bertrand, 1985, livro I, v. 1, p. 41-42.

Tomemos ainda Marx citado por Petry⁹¹, quando afirma que o misticismo envolvido na produção de mercadorias torna trivial, como afirma este,

o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto; de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas.⁹²

Essa idéia é também defendida por Marx em seu texto *O fetichismo das mercadorias*,⁹³ no qual ele mostra, do mesmo modo, que o caráter social do trabalho objetivado nas mercadorias não aparece como tal, mas como uma propriedade intrínseca a elas, que não possui ligação com o seu valor de troca, que é geral e igual, portanto, não vinculado ao valor de uso que, por sua vez, é concreto e particular. O fetichismo da mercadoria pode ser entendido, então, no sentido de que as mercadorias são consideradas portadoras de um valor próprio, sem conexão com o trabalho humano geral empregado na produção, ocultando, assim, as relações sociais existentes.

Sim, o novo fetiche da mercadoria situa-se precisamente aí, no valor próprio que determinado produto passa a representar numa sociedade do consumo e altamente competitiva. Neste caso, e sob este enfoque, pode-se situar o ensino superior que embora represente um caminho para a emancipação, para o ser-mais, justamente por tal promessa não poder ser concretizada, e para todos, é que passa a ser aqui denominado como fetiche.

⁹¹ MARX (*apud* PETRY, Francieli Bete. **Indústria cultural, subjetividade e formação danificadas na dialética do esclarecimento e nas *mínima morali***. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 2007, p. 41.

⁹² *Ibid.*, p. 63.

⁹³ *Id.* The fetishism of commodities. In: MARX, Karl. **Selected writings**. Edited by David McLellan. New York: Oxford University Press, 1977.

5.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: SIMBOLOGIAS, MARCAS E PRODUTOS

Coisificar algo, transformar um bem social, em mercadoria e passo seguinte em desejo, em sonho, em realização pessoal, é uma das estratégias que a dinâmica capitalista de mercado lança mão para ampliar o alcance e venda de seus produtos. Nada parece escapar à sedução mercadológica. Hoje, tanto os bens materiais quanto os imateriais são alvos da dinâmica capitalista mercadológica. A transformação de um bem social em mercadoria por si só já se constitui em algo preocupante, porém grave passa a ser tal procedimento quando nessa passagem também se transforma o conceito político de democracia em um conceito econômico por inteiro, conforme tem nos alertado Apple, quando afirma que,

Para os liberais, o mundo é, em essência, um vasto supermercado. A “liberdade de escolha do consumidor” é a garantia da democracia. Na verdade, a educação é vista apenas como mais um produto, como pão, carros e televisão. Ao transferi-la para o mercado através de planos de financiamento estudantil e de opção por escolas, a educação vai acabar se autoregulando em sua maior parte. Desse modo, a democracia é transformada em prática de consumo. Nesses planos, o ideal do cidadão é o ideal do comprador. As conseqüências ideológicas dessa posição são graves. Em vez de democracia ser um conceito *político*, é transformado num conceito inteiramente *econômico* (grifos do autor).⁹⁴

A educação superior privada particular pode ser situada nesse contexto. Trata-se de um bem imaterial, em última análise, que passa a integrar o rol de mercadorias alvo da dinâmica capitalista mercantil atual. Nestes termos, todos são potenciais consumidores desse novo produto apresentado em forma de mercadoria. O consumidor escolhe entre vários produtos, qual atende no momento a sua necessidade. É evidente, que lhe restará pagar pela opção feita, mas ao menos teve a opção de escolher. Essa idéia está na verdade sendo aos poucos naturalizada em todo o tecido social. Certamente, não causa estranheza para o cidadão mediano ter que arcar com as expensas para acessar a esta cobiçada mercadoria.

⁹⁴ APPLE, Michael. W. **Educando à direita**: mercados, padrões, deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003, p. 45.

O processo de naturalização atua como força mobilizadora/imobilizadora no imaginário das pessoas e, certamente, é um elemento importante para consolidar a expansão dessa promissora atividade mercantil. Não há o menor questionamento sobre o ônus que representa para um trabalhador ter que custear por conta própria seus estudos superiores. O fetichismo da mercadoria, no caso da educação superior, faz-se acompanhado também do fetiche da individualidade.

Tem-se, portanto, um par perfeito: por um lado, transformou-se um bem social em mercadoria, e por outro, uma mercadoria a ser adquirida individualmente, que passa a ser a possibilidade concreta de bem estar e sucesso pessoal e profissional.

Na verdade, têm-se cada vez mais elementos bastantes consistentes para corroborar a tese de que a educação superior privada particular está em processo de assunção da forma mercadoria, seja no campo da gestão deste segmento de ensino, seja pela forma dos materiais de divulgação institucional que são apresentados aos seus consumidores alvo. Nos *outdoors* espalhados pela cidade, nos comerciais veiculados nas mídias, numa infinidade de outros meios, as IES buscam ancoragem no mercado para construir as suas marcas. Com o emprego dos mais modernos recursos de comunicação e *marketing*⁹⁵ transformam produtos em marcas para atingir, ainda que, de forma sutil, públicos diversos e em condições contrastantes. Seu poder de persuasão coloca a todos a mesma oportunidade, produz em todos a sensação de igualdade de condições, basta para tanto o mortal cidadão tomar a decisão.

Andrade (*apud* KUNSCH), afirma que,

sob a égide da competitividade e dos dividendos de curto prazo, sinergia, parceria, sintonia são palavras de ordem e a *afirmação da comunicação total (o somatório da comunicação institucional e da comunicação mercadológica)*, é inexorável até pela economia de escala que representa. Quanto à nova missão da comunicação, ela nasce do pressuposto de que *as marcas são os principais ativos de uma organização*, como tais, devem ser cuidadas, alimentadas, protegidas. Tal visão vem substituir a idéia de que a comunicação visa, de um lado, vender produtos e serviços e, de outro, tornar conhecida a empresa por trás do produto ou serviço. Agora a missão da comunicação é *“construir marcas”* (grifos do autor).⁹⁶

⁹⁵ Conjunto de atividades empresariais que visa à satisfação das necessidades e dos desejos de um ou vários mercados, através da oferta de produtos, adquiridos por um processo de troca. (COSTA, Antônio Roque; CRESCITELLI, Edson. **Marketing promocional para mercados competitivos**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 20).

⁹⁶ ANDRADE, Luiz Carlos de Souza. Identidade corporativa e a propaganda institucional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Obtendo resultados com relações públicas** (Org). São Paulo: Pioneira, 2001, 116.

Nesse contexto vendem-se marcas e não produtos. As marcas carregam um conjunto de valores, ainda que mercadológicos, fixam-se através da celebração de pactos. O *marketing e merchandising*⁹⁷ operam, atuam objetivamente para alcançar efeitos na subjetividade dos possíveis consumidores. As IES/empresas vão se constituindo em marcas famosas que oferecem produtos, dentre os quais o ensino superior. As marcas atuam de forma indelével sobre os consumidores, o desejo, as promessas instalam-se na subjetividade dos consumidores, num primeiro momento, traduzindo-se em negócio no passo seguinte. O desejo só se realiza plenamente com a participação efetiva do consumidor.

O jogo simbólico realizado na apresentação da marca separa esta do compromisso em realizar definitivamente o sonho. A marca mobiliza para o sonho, porém a concretização deste somente se realiza se o consumidor adquirir um produto que sob a ótica das relações de mercado necessariamente se desvincula do sonho originário, constituindo-se agora em produto de consumo; em mercadoria. Esse processo desvincula, portanto, a marca do produto, o que na lógica do mercado é de fundamental importância, pois ao fazê-lo transfere a responsabilidade do sucesso ou fracasso ao consumidor, na situação em tela, ao aluno e não a IES que patrocina a oferta dos serviços educacionais.

No processo de sensibilização mobilizam-se inúmeros e variados recursos. As IES, tal e qual o supermercado, ao anunciar a venda de suas mercadorias, lançam mão do prestígio de personalidades renomadas do meio artístico local e nacional para induzir ou conquistar os potenciais consumidores. Nos quadros 1 e 2, procura-se evidenciar tal estratégia publicitária. Nas duas ilustrações aparecem respectivamente artistas locais em peça publicitária de atacado de produtos alimentícios e artista de renome nacional em anúncio de IES. Usa-se uma mesma estratégia para a venda de um mesmo produto ou uma mesma mercadoria.

⁹⁷ A palavra *merchandising*, sem tradução para a nossa língua, deriva da inglesa *merchandise*, que significa mercadoria, operar com mercadoria. *Merchandising* é uma atividade mercadológica que se destina a conduzir os bens através dos canais de distribuição. É toda ação de valorização e enriquecimento do produto, no ponto-de-venda, destacando-o da concorrência, levando o consumidor à decisão de compra. É o planejamento e a operacionalização de atividades que se realizam em estabelecimentos comerciais, principalmente em lojas de varejo e auto-serviço, como parte do complexo mercadológico de bens de consumo, tendo como objetivo expô-lo ou apresentá-lo de maneira adequada a criar impulsos de compra na mente do consumidor ou usuário, tornando mais rentáveis todas as operações nos canais de *marketing* (COSTA; CRESCITELLI, 2003, p. 232-234).



Figura 11⁹⁸ - Artistas locais em peça publicitária de atacado local

Sob este aspecto, tanto na primeira situação, quanto na segunda, segue-se uma mesma orientação publicitária para atingir um mesmo fim. Os artistas, atrizes, atores locais, regionais ou nacionais são escalados para conduzir o *marketing* dos produtos que estão sendo ofertados, e cumprem uma mesma tarefa: com o seu prestígio avalizam as mercadorias que estão sendo ofertadas aos potenciais consumidores.

“Venha ser Fama: seu futuro sem limites”, apela a peça publicitária de IES ao fazer o anúncio dos cursos que oferece. Trabalhar com a idéia de futuro e, além disso, um futuro sem limites, é sem dúvida uma proposta sedutora. Quem não pensa no futuro, mais ainda, um futuro de plenas realizações, um futuro com sucesso? Tem-se de fato uma situação deveras bem planejada, bem articulada, com o produto ofertado de um lado e, de outro, com as expectativas que povoam o imaginário de um consumidor ávido por uma oportunidade e que pela lógica publicitária transforma-se, quase que, ao passo de mágica, numa solução profissional de sucesso.

⁹⁸ Outdoor localizado à Rodovia JK, Km 3, Bairro Universidade - Macapá/AP.

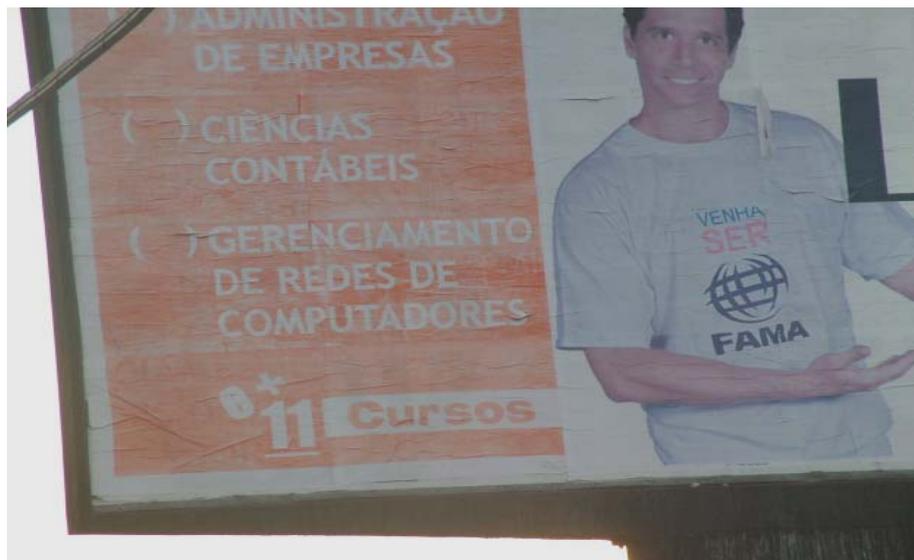


Figura 12⁹⁹ - Artista de destaque nacional em peça publicitária de IES Macapá/AP

Seguindo essa mesma estratégia de *merchandising*, outra IES da cidade, utiliza-se para disputar os potenciais consumidores do novo fetiche de consumo recurso publicitário idêntico, qual seja: “faça Seama e deixe o mercado de olho em você”, são as palavras estampadas em *outdoor* de divulgação de campanha de vestibular 2007, conforme visualizado a seguir. Nessa linha, a mesma IES, no seu material de divulgação de vagas para o segundo vestibular de 2007, foca seus anúncios no mercado, ou seja, “Faculdade Seama, você aprovado pelo mercado”.

Analisando as peças publicitárias e outros materiais de divulgação institucional das IES, fica evidente o movimento de reposicionamento destas no contexto do mercado local. Estas, indubitavelmente necessitam utilizar-se do viés mercadológico como instrumento mobilizador para a venda de suas mercadorias.

⁹⁹ *Outdoor* localizado à Rodovia JK, Km 1, Bairro Universidade - Macapá/AP.



Figura 13¹⁰⁰ - Anúncio publicitário de IES de Macapá/AP

Na mesma linha IES em seu *merchandising* institucional alusivo ao processo seletivo 2006, remete, conduz e associa seus produtos educacionais ao mercado e ao sucesso, quando conclama os consumidores a entrarem **para esta seleção de craques**, ou, **destaque-se no mercado de trabalho**.

Por fim, na lógica mercantil em que se transformou um bem social, outra IES, em seu material de divulgação, vende a idéia de que ela é o melhor para o futuro profissional. É lógico, o futuro profissional de quem comprar a idéia. Nela quem faz a melhor escolha é você, o indivíduo. E arremata: visando propor um futuro profissional voltado a necessidades do mercado de trabalho, “o Immes oferece os melhores caminhos para a realização do seu sonho. Porque ser jovem é sonhar, lutar e, sobretudo vencer. “Escolha o seu caminho e seja um vencedor”, finaliza o apelo.

Pode-se afirmar, portanto, que a educação superior privada particular constitui-se no novo mito e por conseqüência em fetiche para grande parte da sociedade brasileira, pois, certamente, todos vêem nesse novo bem de consumo a única possibilidade de mobilidade social palpável.

Que futuro é esse?

As contemporâneas teorias apontam fundamentalmente para um futuro incerto. A dinâmica do capitalismo tardio não nos permite prever o futuro. No contexto mercadológico em que se transformou a educação superior, a idéia de sucesso no futuro, um futuro que para a maioria poderá constituir-se em pesadelo por várias razões,

¹⁰⁰ Outdoor localizado à Avenida Tiradentes, Centro - Macapá/AP.

não passa de uma sedutora e bem articulada peça publicitária e de *merchandising* utilizada pelas empresas que atuam neste ramo da educação superior.

Certamente, as propaladas promessas de sucesso estarão ao alcance de poucos. A dinâmica social e econômica, anterior ao acesso a educação superior é seletiva, portanto, já se encarregou de eleger os que efetivamente alçarão no reino do sucesso e dos bem-sucedidos. Neste contexto, esta passa a representar maior possibilidade de empregar-se. Tenho um curso superior, logo me situo no mundo da empregabilidade.

No mundo da empregabilidade movem-se homens e mulheres que já trazem consigo pela sua natureza histórico/existencial as marcas que definem o seu lugar no mundo. Diz-se então, que a origem da empregabilidade está na origem social de homens e mulheres, conforme nos ensina Kuenzer. Para a autora, “a empregabilidade passa a ser antes determinada pela origem de classe do que pela graduação; para os de baixo poder aquisitivo, restam os “cursos básicos”, geralmente noturno e menos nobres, com baixo valor de mercado”.¹⁰¹

Todavia, é preciso considerar que uma boa formação acadêmica, é condição importante para o acesso ao trabalho, notadamente às melhores vagas e aos postos de trabalho que melhor remuneram, no entanto, associar esta possibilidade a uma visão distorcida de educação superior cunhada no ideário neoliberal em nosso país deve ser visto com reservas.

Em estudo realizado pelo IBGE, conforme visualizado no gráfico a seguir, e amplamente divulgado pela imprensa nacional, constatou-se que o tempo e grau de escolaridade são fatores que interferem na composição do rendimento médio mensal familiar.

¹⁰¹ KUENZER, 2001, p. 22.



Gráfico 51 - Rendimento médio mensal familiar por anos de estudo de pessoa de referência da família - Brasil - Período 2002-2003

Demonstrado está, que famílias com responsáveis de onze ou mais anos de estudo apresentavam renda mais elevada (R\$ 3.796,00), enquanto com menos de um ano de instrução recebiam cinco vezes menos (R\$ 752,00). No maior número de famílias (14.164 383), a pessoa de referência encontrava-se no segmento do ensino fundamental - quatro a sete anos de estudo (média de R\$ 1.324,85). Em mais da metade (59%) das famílias em que os rendimentos médios eram de até R\$ 400,00, a pessoa de referência tinha até três anos de estudo. Em apenas 4,2% delas, os responsáveis possuíam 11 ou mais anos de estudo. Quando os rendimentos superaram R\$ 3 mil, aproximadamente 60% das famílias tinham pessoas de referência com 11 anos ou mais e apenas 7% com até três anos de instrução.

Neste contexto, os próprios indicadores do IBGE, acabam exercendo também um papel indutivo sobre os potenciais consumidores que se vêem despertos e passam a vislumbrar a real possibilidade de melhorar as suas condições existenciais objetivas por meio da aquisição de um produto ou serviço educacional - a educação superior.

Assim, em curso está um processo que deforma o sentido da educação superior. Vende-se um produto, que ao ser adquirido e tomado pelo consumidor, o conduz ao sucesso, ao bem-estar, ao emprego e êxito profissional. Não é por acaso, que inúmeros jovens mesmo diante de processo de ingresso nas IES cada vez mais

facilitado não exitam em promover grandes festejos ao tomarem conhecimento de que foram aprovados em algum curso na Educação Superior.

No jogo do sucesso, o ingresso festivo, ao seu tempo certamente vai dar lugar à desilusão, pois as propaladas oportunidades estarão ao alcance de poucos. Numa sociedade marcada por relações sociais capitalistas desiguais, estas reproduzem-se desigualmente no interior do núcleo desta forma de produção. A gênese das mesmas traz a marca das relações capitalistas da produção, portanto são anteriores ao processo formativo. Conforme assinala Enguita,

nossa sociedade nutre uma imagem de existência de oportunidades para todos que não corresponde à realidade, motivo pelo qual e apesar do qual o efeito para a maioria é a sensação de fracasso, a perda de estima e auto-culpabilização. A suposição da igualdade de oportunidades converte a todos, automaticamente, em ganhadores e perdedores, triunfantes e fracassados. [...] Finalmente, a escola - **educação** (grifo meu) contribui para que os indivíduos interiorizem seu destino, sua posição e suas oportunidades sociais como se fossem sua responsabilidade pessoal. Assim, os que obtêm as melhores oportunidades atribuem-nas a seus próprios méritos e os que não as obtêm consideram que é sua própria culpa. As determinações sociais são ocultadas por detrás de diagnósticos individualizados, legitimados e sacralizados pela autoridade escolar.¹⁰²

Nos meandros da forma capitalista tardia de produção, a educação superior passa a figurar como campo próprio, peculiar e promissor para o exercício da prática da mais-valia e expropriação de segmento importante da população. Usa-se, como anteriormente mencionado, sofisticados meios de comunicação para mobilizar os desejos e sentimentos dos possíveis consumidores. Nesse caso não se compra apenas um produto, compra-se juntamente com o produto o sucesso profissional, o prestígio e a ascensão social. O produto (educação superior) é mais uns desses produtos com durabilidade efêmera. Auxilia na realização de um desejo próximo, imediato.

De regra, é isso, pois vivemos em uma sociedade de desejos e sensações. Estes se sucedem em um contínuo, mesmo fragmentados. Operam e deslocam homens e mulheres do aqui e agora, do mundo real para uma dimensão que não lhes pertence. Indistintamente, conduzidos são e somos para um mundo do fascínio, da realização plena, da felicidade plena.

¹⁰² ENGUITA, 1993, p. 6-193.

5.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO FASCÍNIO E REINSCRIÇÃO NO MUNDO

A máxima de Descartes “penso, logo existo” parece aplicar-se perfeitamente no contexto hodierno, penso, logo estudo; penso, logo me profissionalizo; penso logo, estudo nesta ou naquela instituição de ensino superior. No imaginário coletivo certamente está presente esta idéia. O curso superior estabelece uma diferença de quem o possui para com os demais humanos. O curso superior faz-me ser reconhecido, dá-me uma identidade num mundo sem identidades. Torna-me superior a tantos outros, destaca-me num mundo de desconhecidos, separa-me dos desumanos, dos derrotados, dos sem profissão, dos sem futuro, dos sem expectativas.

Numa sociedade competitiva, o diploma superior faz-me mais competitivo, torna-me mais capaz, sem discutir que capacidade é esta e a que fim serve. Torna-me mais palatável num mundo de despreparados e matutos. Um curso superior cunha em mim a marca da sabedoria e competência num mundo de ignorantes e incompetentes. Um curso superior me aproxima de novas formas de ver o mundo, aproxima-me de novos protagonismos históricos, de novos círculos sociais. O curso superior faz-me emergir da não existência para o reino existencial capitalista mercadológico.

O curso superior resignifica a minha existência. Recoloca-me no mundo, faz-me um novo ser. Isso é mesmo fantástico! Existo sim, agora eu sei! Nossa, como eu demorei a saber! Valeu todo sacrificio! Valeram as horas de sono perdidas. Valeram as economias feitas. Valeram os fins de semana sacrificados ao estudo. Tudo, enfim, valeu a pena! Hoje sim, graças ao estudo tenho um emprego bom! Graças à Faculdade, meu salário aumentou, pude trocar os móveis de casa, pintei meu quarto, até comprei um *notbook*! Se não fosse o curso superior eu, certamente estaria levando aquela vidinha de antes, nossa! Posso nem lembrar; penso, logo faço Faculdade!

O acesso ao curso superior situa-nos de forma diferenciada no mundo. Sou um consumidor de um produto que me reinscreve no mundo. Em curso está uma nova linguagem, uma linguagem que sugere: você pode, basta querer. Você consegue, basta esforçar-se. A oportunidade está posta: basta aproveitá-la. Aproveite, agora é a sua vez. Conquiste um lugar ao sol: faça um curso superior. Mude de vida: escolha o curso certo.

Numa sociedade fraturada socialmente, marcada profundamente pelo culto à individualidade, a linguagem do consumidor instala-se e se propaga com muita

robustez. Para Apple, “a linguagem do consumidor cria uma realidade que não é a mesma que a linguagem do operário, do capitalista, do proprietário ou do produtor”.¹⁰³ Cada termo implica uma espécie de mapa rodoviário. “Cada termo situa-nos como sujeitos sociais em relações particulares com os processos econômicos e sociais. Cada um deles tem anexada uma identidade que nos posiciona em relação ao processo”.¹⁰⁴

As diferentes formas de inscrição no mundo implicam distintas formas de mediação com e no mundo. É evidente que os poucos que ascendem à educação superior passam a desfrutar de outra situação no mundo, aliás, por desfrutarem uma condição diferenciada no mundo, é que, possivelmente, podem consumir este “sofisticado produto capitalista”.

A educação superior neste contexto traz a marca do fascínio, do sucesso, da cobiçada realização pessoal. Marca-nos individualmente. Diferencia-nos. Separa-nos de lugares comuns e transporta-nos para realidades antes não experimentadas. Somos síntese mercadológica. Ao mesmo tempo somos consumidor e produto. Somos o protótipo ideal da sociedade de consumo.

É obvio que faz bem estudar, não se quer retirar aqui o mérito do estudo, da boa formação, mas o reprovável é insistir que curso superior em uma sociedade deva ser privilégio, pago justamente por aqueles que não podem pagar, por brasileiros e brasileiras que passam a vida toda fazendo economia de poucos recursos que conseguem amearhar para custear seus estudos, quando na verdade o acesso ao saber superior deveria ser franqueado a todos e todas numa sociedade que se diz, que se proclama democrática.

As IES, ao assumirem a condição de empresas em uma localidade com demanda limitada de possíveis clientes, ou consumidores, estão impelidas a estabelecer processos de concorrência que não se diferenciam em muito das demais empresas capitalistas instaladas na cidade. Nem sempre o diferencial na apresentação de seus produtos é a qualidade ou a responsabilidade e alcance social das ações que a empresa se propõe a desenvolver. Na prática já se pode visualizar a redução do percurso de determinados cursos como estratégia de colocação deste produto no mercado.

Na lógica perversa do mercado tudo passa a valer. As IES, portanto, dada a sua natureza privada, são levadas a se posicionar em um mercado cada vez mais

¹⁰³ APPLE, 2003, p. 23.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 23-24.

competitivo restando-lhe muitas vezes poucas alternativas no sentido de atrair possíveis consumidores para os seus produtos. Nessa direção Silva Jr. e Sguissardi sustentam que,

a natureza privada dessas IES, neste contexto da mercantilização da educação superior, põe em movimento uma acirrada concorrência interinstitucional, que faz os gestores dessas instituições flexibilizarem ao máximo suas ações administrativas para que não sucumbam nos duros embates do mercado, outra de suas faces perversas e preocupantes com que cada dia mais se defronta esse setor educacional.¹⁰⁵

E assim, vai-se desenhando a realidade do setor da educação superior privada particular em nosso país como desdobramento da política educacional neoliberal que notadamente foi a da transferência da responsabilidade pela educação superior no Brasil do Estado para a iniciativa privada. Os resultados deste desenho embora em parte já previsíveis, ainda estão para se constituir, e merecem uma cuidadosa análise, tarefa a que não nos pudemos furtar.

As facetas engendradas pela lógica de uma educação superior que se coloca como mais um sofisticado produto no grande supermercado capitalista hodierno estão em processo de configuração, posicionando no contexto de mercado com novas e indelévels formas de linguagem. Estas como anteriormente afirmado pouco se diferenciam das estratégias e linguagens utilizadas pelos demais empreendimentos comerciais na colocação de seus produtos no mercado local.

É neste contexto que sustentamos que a educação superior constitui-se em novo fetiche de consumo, que consiste em conduzir os consumidores ao sucesso, transportando-os de lugares comuns para situações antes não experimentadas. E, é precisamente, neste sentido que as IES, lançam mão de inúmeras estratégias publicitárias, empregando diferentes recursos midiáticos e de *merchandising*, todos imprescindíveis para um posicionamento estratégico no mercado e, principalmente, para o sucesso na colocação de seus produtos educacionais em um ambiente mercadológico cada vez mais competitivo.

¹⁰⁵ SILVA, 2001, p. 271.

6 CONCLUSÃO

No estudo procurou-se demonstrar que as mudanças ocorridas na estrutura do modo de produção capitalista decorrentes da revolução da ciência, da tecnologia, marcadamente da microeletrônica e da robótica desencadearam também alterações nos marcos regulatórios e papel que o Estado deve e passa a desempenhar na sociedade contemporânea. Sustenta-se que houve a minimização da função deste, abrindo espaço para a atuação de empreendimentos mercantis. A educação superior é situada neste contexto, e é precisamente aí que acontece a sua conversão de um bem social em mercadoria.

A partir da análise de dados oficiais presentes ao longo do trabalho confirma-se de forma irrefutável a ocorrência do ciclo expansionista ocorrido na educação superior no Brasil. No ano de 2005, por exemplo, registra-se 2.165 instituições de educação superior, das quais 89,33% (1.934) são do setor privado e apenas 10,67% (231) do setor público. O processo de expansão da educação superior no Brasil deu-se, sobretudo, a partir da iniciativa privada. O fenômeno registrado no Brasil e que aconteceu simultaneamente na cidade de Macapá é parte e resultado das novas feições adquiridas pelo capitalismo tardio, que na sua forma globalizada transnacional mercantil atua, fundamentalmente, no setor de serviços segmento mercadológico em que a educação passa a ser situada.

Afirma-se peremptoriamente que após significativo ciclo de expansão, o setor começa a experimentar uma nova fase, que é o da alta competitividade, da concorrência, da associação ao capital transnacional e a operação e comercialização de seus produtos na bolsa de valores. Em razão dos altos índices de ociosidade verificada no setor a tendência é que as IES devam assumir-se em toda a sua extensão como empreendimentos mercantis, sem o qual tendem a inviabilizar sua atuação e posicionamento no mercado.

Ladeado por um conjunto de composições gráficas, no estudo demonstra-se, portanto, de forma inequívoca a expansão do setor ocorrida no Brasil, capitaneada pela iniciativa privada. Também se destaca as agruras que o setor passa a enfrentar por conta da concorrência que se estabeleceu entre os empreendimentos que atuam neste novo segmento de mercado. Analisa-se ainda, o reposicionamento dos

empreendimentos no setor que transitam de uma situação expansionista e de alta competitividade para a abertura ao capital internacional e entrada na bolsa de valores, o que inaugura uma nova fase desta atividade mercantil.

Sobre a gênese das instituições de educação superior privadas da cidade de Macapá/AP pode-se indicar como sendo características enquanto elementos fundantes justificadores de sua instalação, presentes no contexto local da época: a insipiente oferta de vagas públicas para uma expressiva demanda real de candidatos; o pioneirismo; a preocupação e apelo ao desenvolvimento do Estado do Amapá e Região; a ausência de empreendimentos de cunho privado que ofertassem educação superior; a existência de demandas o que despertou o interesse em empreendimentos de cunho mercantil a instalarem-se na cidade; a vocação regional; a presença de IES de outras regiões; a alta competitividade no setor, e ainda, as mesmas como parte dos negócios mercantis da cidade.

A primeira IES privada de educação superior foi instalada no Estado do Amapá e município de Macapá no ano de 1990. Em 2005, registra-se instaladas e que atuam no setor dez instituições privadas, sem contarem-se outras tantas que também atuam no contexto regional. Com relação à oferta de vagas verifica-se que em 1991 foram disponibilizadas 450 vagas ocorrendo o ingresso de 450 alunos. A relação de uma vaga para cada ingresso se manteve praticamente inalterada até o ano de 1999 quando começa a oscilar negativamente, chegando em 2005 para uma relação de 0,39 alunos por vaga disponibilizada.

O setor em apreço que em 1991 disponibilizava 450 vagas para o equivalente de ingressos, em 2005, ofertou 11.496 ocorrendo 4.159 ingressos, o que confirma a crise que começa a se instalar neste segmento comercial. No período, houve um aumento de 2.714% nas vagas disponibilizadas para um crescimento de 1.070% no número de ingressos. Estes dados confirmam a presença de um novo componente neste segmento de mercado. Trata-se da ociosidade decorrente da oferta de mais vagas que consumidores reais, razão pela qual as instituições são cada vez mais impelidas a situarem-se enquanto empreendimentos mercantis. A oferta de mais vagas que consumidores traz como consequência, ainda, a instalação da prática da concorrência, visivelmente presente nas peças publicitárias utilizadas pelos empreendimentos na venda de seus produtos no mercado local e regional.

Em que pesem as contribuições deste estudo no sentido de reunir dados e proceder-lhes a análise sobre a gênese da educação superior privada do período de

1990 a 2005 da cidade de Macapá, AP, o mesmo situa-se no rol dos trabalhos inconclusos. Inconcluso, por tratar-se do primeiro estudo deste porte realizado no Estado, reunindo em um único documento importantes informações das instituições de educação superior privadas na cidade, bem como pelos inúmeros questionamentos que suscitou. Daí precisamente, situar-se sua riqueza.

Ao final, pode-se dizer com segurança que o setor da educação superior privada no Brasil, especialmente na cidade de Macapá, exerceu e continua exercendo um importante papel com relação à ampliação da oferta de vagas. Contudo, dado ao seu caráter mercadológico, já não é tão seguro afirmar que o mesmo imprima efetivamente processos de desenvolvimento local e regional enquanto sinônimos de sustentabilidade e cidadania emancipatória, conforme anunciado nos seus documentos institucionais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

ANDRADE, Luiz Carlos de Souza. Identidade corporativa e a propaganda institucional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Obtendo resultados com relações públicas** (Org). São Paulo: Pioneira, 2001.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, R. Trabalho e Superfluidade. In: LOMBARDI, C. J.; SAVIANI, D.; SANFELICE J. L. (Org). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

APPLE, Michael. W. **Educando à direita**: mercados, padrões, deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOTELHO, D. A. **Diário Missionário do Pe. Júlio Maria**: o lutador. Belo Horizonte, 1991.

BOTELHO, D. A. O lutador. In: SANTOS, A. B. **Formação, juventude e afetividade no contexto amazônico da modernidade**. Macapá: Faculdade Seama, 2005, p. 26. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Informativo**, ano 3, n. 120 de 21 de dez./2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo120.htm>> Acesso em: 28 dez. 2005 às 17h09.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria nº. 603, de 7 de março de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Educação Superior**: cursos e instituições. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>> Acesso em: jun. 2007.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Antônio Roque; CRESCITELLI, Edson. **Marketing promocional para mercados competitivos**. São Paulo: Atlas, 2003.

DISPONÍVEL em: <<http://www.ceap.edu.br>>.

DISPONÍVEL em: <<http://www.unilist.com.br/ieca/>>. Acesso em 15 jun. 2006.

DISPONÍVEL em: <<http://www.faculdadeatual.com.br>>. Acesso em:

DOURADO, Luiz Fernando & PARO, Vítor Henrique (Orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

ENGUIITA, Mariano Fernandes. **Trabalho, Escola e Ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

ENSINO SUPERIOR. São Paulo: Segmento, ano 9, n. 107, 2007.

FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FATECH. **Regimento Geral**, 2003. Macapá/AP: 2007. Não paginado.

FACULDADE DO AMAPÁ - FAMAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. PDI. Macapá/AP: 2002.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DO AMAPÁ - CETE. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Macapá/AP: 2005.

FACULDADE FABRAN - BRASIL NORTE E FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA - FESAM. **Manual do Candidato**: processo seletivo 2008, 1º semestre. Macapá/AP, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FIGUEIREDO, Hermes. Em busca da conciliação. **Ensino Superior**, São Paulo, Segmento, ano 9, n. 108, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 70.

_____. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador, SC: UnC, 2001.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: SP: Práxis, 1996.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE José Luís. (Orgs) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

INFORMATIVO do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação do Brasil - INEP ano 3, nº. 120 de 21 de dez/2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS, IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002 - 2003 - Perfil das despesas no Brasil - indicadores selecionados, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KUENZER, Acácia Zeneida. O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças no mundo do trabalho? In: CASTANHO, Sérgio & CASTANHO, Maria Eugênia. **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LOMBARDI, C. J.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE José Luís (Org). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MANUAL ACADÊMICO. Instituto Macapaense de Ensino Superior- Macapá/AP, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Bertrand, 1985, livro I, v. 1.

_____. The fetishism of commodities. In: MARX, Karl. **Selected writings**. Edited by David McLellan. New York: Oxford University Press, 1977.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transformação. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, R. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise do conteúdo. In: GRILLO, Marlene Corroero; MEDEIROS, Marilú Fontoura de. **A construção do conhecimento e a sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos. **Amapá**: de capitania a território. Macapá: JM, 2005.

NATALI, A. Executivos sob medida. **Ensino Superior**, São Paulo, Segmento, ano 8, n. 94, 2006.

NUNES, C.. Filosofia, dialética e educação: elementos para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador, SC: UnC, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, L. F; PARO, V. H. (Orgs.) **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

PETRY, Francieli Bete. **Indústria cultural, subjetividade e formação danificadas na dialética do esclarecimento e nas *mínima morali***. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 2007.

PETRY, Oto João. (Org.) **Projeto Pedagógico Institucional**. Macapá: Faculdade Seama, 2005.

RISTOFF, Dilvo. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. In: MOROSINI, Marília. (Org.) **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, Claudinei José (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador, SC: UnC, 2001.

SANTOS, A. B. **Formação e Mídia**. Roma: Vicariatus Romae, 2005.

_____. **Formação, juventude e afetividade no contexto amazônico da modernidade**. Macapá: Faculdade SEAMA, 2005. Mimeografado.

SANTOS, B. S. **Pela mão de alice**: o social e o político na pós-modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, F. R. **Amapá no século XV**: rota de expedições de reconhecimento. Belém: GRAFI Certa, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2004.

SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHEIBE, Leda. Formação e identidade do pedagogo no Brasil. In: CANDAU, V. M. **Ensinar e aprender**: sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHEIBE, Leda. Formação docente para a Educação Básica: um desafio par ao Ensino Superior no século XXI. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (Orgs.) **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 12.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade no Brasil dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília. (Org.) **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SILVA, Júnior João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2. ed. ver. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001 2001.

TRIGUEIRO, M. G. S. **O ensino superior privado no Brasil**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.